

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS**

JÚNIOR CÉSAR OLIVEIRA FARIAS

**O PROTAGONISMO DE IMIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO:
CONDICIONANTES E POSSIBILIDADES**

**São Carlos - SP
2020**

JÚNIOR CÉSAR OLIVEIRA FARIAS

**O PROTAGONISMO DE IMIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO:
CONDICIONANTES E POSSIBILIDADES**

Dissertação de Mestrado apresentada por *Júnior César Oliveira Farias* ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação do Profº Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi, como parte integrante para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

**São Carlos - SP
2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Júnior César Oliveira Farias, realizada em 25/09/2020.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi (UFSCar)

Profa. Dra. Camila Collpy Gonzalez Fernandez (IFSP)

Profa. Dra. Angela Maria Alonso (USP)

Profa. Dra. Svetlana Ruseishvilli (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

*Sólo le pido a Dios
Que el dolor no me sea indiferente,
Que la reseca muerte no me encuentre
Vacío y solo sin haber hecho lo suficiente.*

*Sólo le pido a Dios
Que lo injusto no me sea indiferente,
Que no me abofeten la otra mejilla
Después que una garra me arañó esta suerte.*

[...]

*Sólo le pido a Dios
Que el futuro no me sea indiferente,
Desahuciado está el que tiene que marchar
A vivir una cultura diferente.*

*Sólo le pido a Dios
Que la guerra no me sea indiferente
[...]*

(León Gieco)

AGRADECIMENTOS

Hoje percebo a dádiva que é ter pessoas que confiam em mim mesmo quando nem eu mesmo acredito.

E eu acho mesmo que a amizade é uma das coisas mais lindas. Obrigado aos meus amigos, que me fazem tão bem. Tenho orgulho de ter ao meu lado pessoas sensíveis, bondosas, inteligentes e perspicazes.

Ao pessoal que conheci durante a pesquisa de campo, e que se tornaram bons colegas, minha gratidão.

À minha família, que por vezes nem se dá conta do que faço, agradeço a paciência, confiança e cuidado comigo.

Ao meu irmão, Romerito, agradeço por ser muito mais que um irmão: um grande e bom amigo. Eu não saberia viver sem você.

Agradeço ao Oswaldo pela orientação.

Esta pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001.

FARIAS, Júnior C. O. **O protagonismo de imigrantes bolivianos em São Paulo: condicionantes e possibilidades.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, SP: 2020.

RESUMO

Esta dissertação se propõe a descrever e analisar sociologicamente quais são e como se dão as ações coletivas de imigrantes bolivianos na busca por direitos sociais, culturais, políticos e econômicos, na cidade de São Paulo, contemporaneamente. Nos anos 2000, principalmente na década de 2010, a capital paulista vivencia a emergência de coletivos de imigrantes que passam, juntamente com as organizações mais antigas, a almejar o protagonismo do imigrante ante suas lutas e demandas. Tendo este cenário em mente, pretende-se responder à seguinte questão: em que medida as lutas travadas pelos bolivianos por direitos são representativas, do ponto de vista da democracia, de um novo paradigma emancipatório para os imigrantes? Com o intuito de que os objetivos fossem alcançados, a investigação se valeu de uma abordagem etnográfica, com entrevistas com ativistas que encabeçam mobilizações e manifestações de imigrantes em São Paulo, observações em eventos e manifestações públicas de imigrantes bolivianos, observação em sites de redes sociais de coletivos de imigrantes bolivianos, além de leitura bibliográfica. Procura-se analisar a relação desses imigrantes com o Estado e as políticas públicas, por meio do conceito de “restrições e oportunidades políticas” (Tilly, 2008; Tarrow; 2009). Em face do exposto, espera-se que os resultados possam servir de parâmetro para quem desejar pensar outras situações de ações coletivas empreendidas por imigrantes, sejam eles bolivianos ou não.

Palavras-chave: imigrantes; bolivianos; ações coletivas; mobilização política; São Paulo.

ABSTRACT

This work aims to describe and analyze contemporary collective actions of Bolivian immigrants in the search for social, cultural, political, and economic rights, in the city of São Paulo. In the 2000s, mainly in the 2010s, the capital of São Paulo experienced the emergence of immigrant collectives that, together with former organizations, began to seek immigrants' protagonism in the face of their struggles and demands. With this scenario in mind, we intend to answer the following question: to what extent are the struggles for rights fought by Bolivians representative of a new emancipatory paradigm for immigrants? To achieve this objective, the investigation made use of an ethnographic approach, with interviews with activists who lead immigrant mobilizations in São Paulo, observations at events and public manifestations by Bolivian immigrants, observation on social networking of collectives of Bolivian immigrants, beyond bibliographic reading. It tries to analyze the relationship of these actions (and their agents) with the State and public policies, through the concept of "political opportunities and constraints" (Tilly, 2008; Tarrow, 2009). In this regard, we expect that the results can serve as a parameter and a contribution for those who hope to reflect about other situations of collective actions undertaken by immigrants, whether they are Bolivians or not.

Keywords: immigrants; Bolivians; collective actions; political mobilization; São Paulo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Imigrantes Internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE) entre 2000 - 2015, residentes nos municípios do Estado de São Paulo	21
Tabela 2: Imigrantes Internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiros – RNE), entre 2000 - 2015, residentes nos municípios do Estado de São Paulo, nascidos na Bolívia, segundo estado civil e sexo	22
Tabela 3: Distribuição dos imigrantes bolivianos, por ramo de atividade de trabalho (em percentual) no Brasil.	22

LISTA DE FOTOS

Foto 1: <i>Alasitas</i> disponíveis para venda em uma barraca da festividade que recebe o mesmo nome.	25
Foto 2: Uma das barracas em que era realizado o ritual da <i>Ch'alla</i> .	26
Foto 3: Devota apresentando suas <i>Alasitas</i> no ritual da <i>Ch'ala</i> .	26
Foto 4: Barraca do coletivo SYP na feira da Praça Kantuta.	31
Foto 5: Vista da rua em que fica localizado o coletivo SYP, na Praça Kantuta.	32
Foto 6: Formatura dos alunos do coletivo SYP, realizada em dezembro de 2019.	35
Foto 7: Visita de Chi Hyun, então candidato de extrema direita à presidência da Bolívia, em 22/09/2019.	36
Foto 8: Jogo de futebol na quadra da Praça Kantuta.	37
Foto 9: Parquinho da Praça Kantuta.	37
Foto 10: Grafite na Praça Kantuta.	38
Foto 11: Domingo de manhã na Praça Kantuta, antes de a feira ser montada.	39
Foto 12: Grupo de dança se apresenta na praça Kantuta.	43
Foto 13: Público assiste à apresentação de um grupo de dança no 3º Festival de Danças Folklóricas.	43
Foto 14: Manifestantes na Avenida Paulista. Na imagem é possível ver diversas <i>Whipalas</i> , assim como bandeiras tricolores da Bolívia.	48
Foto 15: Manifestantes em ato na avenida Paulista.	49
Foto 16: Ato em Defesa da Democracia e dos povos originários da América Latina, visto de cima de um prédio.	50

Foto 17: 13ª Marcha dos Imigrantes e Refugiados na avenida Paulista.	53
Foto 18: Feira da Praça Kantuta.	73
Foto 19: Atendimento móvel do CRAI na feira da praça Kantuta.	87
Foto 20: “2ª Conferência Municipal de Política para Imigrantes”, realizada em novembro de 2019, na Faculdade Zumbi dos Palmares.	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Página do coletivo <i>SYP</i> no Facebook.	30
Figura 2: Cartaz de divulgação do <i>Ato em Defesa da Democracia e dos Povos Originários da América Latina</i> .	47
Figura 3: Cartaz de divulgação da 13ª Marcha dos Imigrantes e Refugiados.	53
Figura 4: Imagem intitulada “tua luta é minha luta” publicada na página do coletivo <i>Equipe de Base Warmis</i> , no Instagram, no dia 1º de junho de 2020.	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DE IMIGRANTES EM S.P.	17
1.1. A imigração contemporânea no Brasil	17
1.1.1. A imigração boliviana em São Paulo	19
1.2. O trabalho de campo: caminhos percorridos	23
1.2.1. A entrada em campo: a festividade “ <i>Alasita</i> ”	23
1.2.2. O associativismo de imigrantes bolivianos em São Paulo	27
1.2.3. Um caso de associativismo local: o coletivo <i>Sí, Yo Puedo!</i> (SYP)	29
1.2.4. A relação dos imigrantes com o Estado e as políticas públicas: a <i>2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes</i>	39
1.2.5. As manifestações culturais de imigrantes em espaços públicos	41
1.2.6. As manifestações políticas de imigrantes em espaços públicos	44
1.2.6.1. <i>O Ato em Solidariedade ao Povo Boliviano e Contra o Golpe</i>	46
1.2.6.2. <i>A 13ª Marcha dos Imigrantes e Refugiados</i>	51
2. O PROTAGONISMO IMIGRANTE	54
2.1. O ativista boliviano em São Paulo	55
2.1.1. Morar, trabalhar e ser ativista em São Paulo	55
2.1.2. A trajetória de uma ativista	59
2.1.3. Causas	64
2.2. Das instituições religiosas aos coletivos de imigrantes	69
2.2.1. As instituições ligadas à Igreja Católica	70
2.2.2. Quando os imigrantes entram em cena: os coletivos de imigrantes	71
3. MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS E AS INTERAÇÕES DE IMIGRANTES COM O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	76
3.1. Teoria dos movimentos sociais: breve panorama	76
3.1.1. As estratégias de ação de imigrantes em mobilizações políticas	79
3.2. As interações do movimento social de imigrantes com o Estado	83
3.2.1. O imigrante e as políticas públicas em São Paulo	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
Anexos	101

INTRODUÇÃO

Imigrantes, neste início de século, despontam como sujeitos coletivos que se mobilizam por direitos sociais, políticos, culturais e econômicos (GOHN, 2013). No Brasil, na última década, a presença de imigrantes cresceu e ganhou maior visibilidade nas ruas de cidades como São Paulo - por meio de passeatas (como a Marcha dos Imigrantes), atos de protesto (manifestações de bolivianos contra a crise democrática vivenciada na Bolívia no segundo semestre de 2019, por exemplo) e ocupações socioculturais (como as que acontecem aos domingos na Praça Kantuta, no bairro Canindé). Neste cenário, a recente literatura sobre o tema (GUIRADO NETO, 2014; LEÃO e DEMANT, 2016; SILVIA CRISTINA, 2017; ZANELLA, 2014) aponta que pessoas vindas da Bolívia assumem a *avant-garde* das mobilizações e manifestações de estrangeiros no país e, especialmente, na cidade de São Paulo. Tendo isso em mente, no sentido de fazer um recorte dentro da comunidade de imigrantes, optamos por pautar a pesquisa em ações coletivas empreendidas por pessoas vindas da Bolívia. Deste modo, nos concentramos em uma parte – importante – do movimento de imigrantes, sem, contudo, deixar de pensá-lo de modo geral. Isso porque temos como hipótese o fato de que esse ativismo contemporâneo de imigrantes bolivianos se conecta em rede com imigrantes oriundos de outros países e, até mesmo, com brasileiros que levantam diferentes bandeiras, mas que compartilham experiências de opressão e exclusão em seus cotidianos.

Imigrantes bolivianos migram (voluntária e involuntariamente) ao Brasil, principalmente para a cidade de São Paulo, à procura de oportunidades de emprego e melhores condições de vida. Aqui, porém, muitas dessas pessoas imigrantes e em situação de refúgio são submetidas a experiências de opressão e exploração em suas relações sociais, trabalhistas, culturais e de gênero (BAENINGER, 2012, 2017; DUTRA, COGO, BADET, 2016; SILVA, 1997,2012). O cenário torna-se mais dramático para os imigrantes em situação irregular, tendo em vista que estes são silenciados e invisibilizados pela condição de “clandestinos”. Como indica Villen (2015), a situação irregular faz com que estes sujeitos estejam à margem da sociedade oficial, expostos a práticas de exploração e opressão inimagináveis.

A imigração aumenta a diversidade étnica e cultural de modo a ampliar as possibilidades de hibridações culturais; todavia, também acaba por gerar conflitos e tensões. Há de se considerar que, no Brasil, as trajetórias de imigrantes oriundos de países

da periferia do capitalismo podem ser, porventura, marcadas por diversos estigmas, ou seja, por atributos demasiadamente depreciativos que os identificam como corporalmente, moralmente e/ou etnicamente desviantes daquilo que é considerado normal ou padrão (GOFFMAN, 2013). Assim sendo, alguns dos estigmas mais evidentes com os quais os imigrantes bolivianos podem se deparar são de ordem: corporal, por serem identificados como “morenos”; jurídica e social, por estarem na posição de “clandestinos” e serem identificados como detentores de “pouca cultura” e ligados ao tráfico; e de ordem étnica, por serem identificados como indígenas (SILVA, 1997). Membros deste grupo social são, ainda, estereotipados pelos discursos jornalísticos (NANETTA, 2012).

Desde o período em que cursava minha graduação em Relações Internacionais acompanho discussões acerca da imigração contemporânea no Brasil. Já naquela época notava a escassez de notícias que apresentassem aspectos positivos sobre a comunidade boliviana que vive em território brasileiro. Mais do que isso, por meio de conversas informais, dentro do próprio meio acadêmico, percebia que a imigração boliviana em São Paulo era quase sempre associada aos trabalhos precários – análogos à escravidão, em alguns casos - nas fábricas de confecção e, paralelamente, às irregularidades documentais. O desconhecimento da realidade da comunidade boliviana que vive no Brasil leva à propagação de um discurso que faz crer que a pessoa oriunda da Bolívia está condicionada a ser “clandestina” e/ou “escrava”. Esta constatação me motivou a recorrer à literatura especializada no tema com o objetivo de identificar autores que haviam se dedicado a pensar o imigrante boliviano para além de seus estereótipos e estigmas. Neste processo, é fundamental destacar o pioneiro trabalho de Sidney Silva (1997), que acompanhou a trajetória de alguns imigrantes bolivianos que trabalhavam no ramo da costura, de modo a buscar explicitar a complexa rede de relações sociais que se estabelecia entre a sociedade local e aqueles imigrantes (SILVA, p.15). Silva (1997, 2012) enfatizou o fato de as manifestações de práticas culturais da comunidade boliviana em espaços públicos da capital paulista serem representativas da ocupação de novos espaços de sociabilidade e visibilidade por parte desses imigrantes. Os trabalhos acadêmicos, posteriores ao de Silva (1997), sobre bolivianos no Brasil, foram, em menor ou maior grau, influenciados por sua pesquisa. Aqui, vale apontar os estudos desenvolvidos por Guirado Neto (2014), Zanella (2014), Fernandez, (2015), Leão e Demant (2016), e Silvia Cristina (2017). Investigações estas que, cada qual ao seu modo, trataram sobre ações coletivas de

imigrantes bolivianos em São Paulo e foram importantes para a elaboração desta dissertação.

No percurso de escolha do tema da pesquisa, ainda, me deparei com “Era o Hotel Cambridge” (2016), longa-metragem dirigido por Eliane Caffé e que mostra o cotidiano de refugiados que ocupavam, junto com brasileiros, um hotel abandonado no centro de São Paulo. As gravações deste filme foram realizadas com os próprios moradores da ocupação e acabaram resultando no surgimento do Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto (GRIST), formado por refugiados e imigrantes de diversas nacionalidades que sofriam com a questão da falta de moradia. O que me chamou a atenção nesse grupo foi o protagonismo assumido pelos imigrantes e refugiados: não era um coletivo formado por brasileiros *para* imigrantes, mas sim um grupo *de* imigrantes interessados em mudar a realidade social em que viviam. O caso do GRIST, assim como a leitura bibliográfica, abriu minha percepção para o fato de que existiam, principalmente na cidade de São Paulo, organizações da sociedade civil (coletivos, associações, ONGs) fundadas e mantidas por imigrantes que procuravam – cada qual ao seu modo – garantir uma cidadania emancipatória a essa população. Este longa-metragem me instigou, desta maneira, a pesquisar em *sites* de redes sociais (principalmente o Facebook) por páginas/perfis e grupos de organizações sociais protagonizadas por imigrantes.

Esse protagonismo do sujeito imigrante em organizações da sociedade civil é algo que ganha visibilidade no início do século XXI e se faz notar nas ruas da maior cidade brasileira. Ao pensarmos especificamente o caso da emergência do imigrante boliviano como sujeito sociopolítico é possível afirmar que ela pode ser explicada pelo fato de a imigração de pessoas vindas da Bolívia para São Paulo já não ser uma condição temporária, mas sim uma situação permanente (SILVA, 2006; GUIRADO NETO, 2014). Isto faz com que muitos dos imigrantes bolivianos que vivem no Brasil tenham que redefinir seus projetos de vida e buscar uma integração mais efetiva na sociedade brasileira. Viver permanentemente no Brasil faz com que o universo reivindicatório dos imigrantes vá além da dimensão social do trabalho, passando a incluir também temas ligados a direitos sociais, políticos e culturais. Em outras palavras, o imigrante boliviano passou a estabelecer, ao longo dos anos, relações mais duradouras com a realidade brasileira e, desta forma, começou a buscar estratégias de inserções socioculturais na cidade.

Tendo isso em mente, e diante de todo o exposto até aqui, posso dizer que, de forma resumida, esse foi o caminho que percorri para chegar ao tema desta pesquisa,

iniciada em 2018. Naquele momento, partíamos do pressuposto de que imigrantes bolivianos estabeleciam entre si relações singulares e densas que resultavam em estratégias de engajamento social e político. Por este caminho, a primeira etapa da investigação foi dedicada à realização de uma pesquisa exploratória que teve o intuito de identificar organizações sociais e coletivos fundados e mantidos por bolivianos em São Paulo. Tratou-se de uma pesquisa exploratória feita em ambiente *online*, através da observação de *websites* e perfis de sites de redes sociais de organizações sociais pró imigrantes. O objetivo foi identificar coletivos e organizações fundados por imigrantes bolivianos e que tivessem entre seus membros um número expressivo de pessoas vindas da Bolívia. Nesta etapa, foi muito útil o “Mapeamento de Grupos de Imigrantes ou ligados à temática migratória no município de São Paulo¹” realizado pela Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) da Prefeitura de São Paulo². Por meio da consulta a este mapeamento e da observação em sites de redes sociais foi possível delimitar algumas organizações e coletivos fundados e mantidos por pessoas vindas da Bolívia. Dentre estes, destacamos o coletivo “Sí, Yo Puedo”³ e a “Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas”.

Naquele momento inicial da pesquisa estávamos adentrando no universo dos movimentos sociais de imigrantes. Para que este percurso fosse exitoso, todavia, precisávamos de uma definição do termo ‘movimento social’ que nos permitisse pensar este movimento de maneira prática por meio de uma perspectiva teórica. Não há consenso na literatura sobre o esclarecimento deste termo, mas, dentro deste cenário, a definição de Gohn (2011) nos soou pertinente. Esta autora caracteriza os movimentos sociais como:

ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito de novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o

¹O Mapeamento encontra-se disponível no seguinte link: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/noticias/?p=269959>. Acesso em: 17/01/2019.

² A SMDHC também publicou o “Mapeamento de Feiras Imigrantes em São Paulo” e o “Mapeamento de Cursos de Português oferecidos pela Sociedade Civil no município de São Paulo”.

³ O perfil oficial do coletivo no site Facebook pode ser acessado através do link: <<https://www.facebook.com/ColetivoSiYoPuedo/>>.

desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são produtos dessa comunicabilidade” (Gohn, 2011, p.335).

Esta definição de movimentos sociais, por nós compartilhada, possibilitou uma delimitação mais precisa do que pretendíamos ter como objeto de pesquisa. As ações coletivas empreendidas por imigrantes bolivianos na busca por melhorias nas dimensões econômica, social, cultural e política, desta forma, instigaram a questão que move esta pesquisa: em que medida as lutas travadas pelos bolivianos por direitos são representativas, do ponto de vista da democracia, de um novo paradigma emancipatório para os imigrantes? Nesta perspectiva, o presente trabalho se propõe a descrever e analisar sociologicamente quais são e como se dão as ações coletivas empreendidas por pessoas vindas da Bolívia na busca por melhorias nas dimensões política, cultural, social e econômica na capital paulista. O estudo apresenta, ainda, os seguintes objetivos específicos: traçar um panorama da imigração boliviana em São Paulo, assim como das ações coletivas de imigrantes vindos da Bolívia na cidade; verificar quais são as pautas, as demandas, as motivações, as formas de organização, os projetos políticos, as estratégias de atuação e as redes de mobilizações que imigrantes bolivianos estabelecem na capital paulista; refletir sobre as relações que estes imigrantes estabelecem com o Estado e com as políticas públicas; e, por fim, pensar os alcances e limites dessas ações coletivas na contemporaneidade.

Com o intuito de que os objetivos fossem alcançados, a investigação valeu-se de uma abordagem etnográfica. Para tanto, utilizou-se dos seguintes métodos: entrevistas semi-estruturadas com ativistas que encabeçam mobilizações e manifestações de imigrantes em São Paulo; observações em reuniões, eventos e manifestações públicas realizadas por pessoas vindas da Bolívia que se reúnem em organizações civis - como o ‘Coletivo Sí, Yo Puedo’; observações em *sites* de redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube) de organizações civis de bolivianos; e leitura bibliográfica.

A abordagem etnográfica foi empregada com o intuito de identificar a gramática das ações coletivas estabelecidas por imigrantes bolivianos e, também, contextualizar essas ações em suas dimensões social, política, econômica e cultural mais amplas. Neste sentido, entende-se etnografia como:

un proceso investigativo que se sustenta en una observación prolongada, continua o fraccionada, de situaciones, en espacios públicos, organizaciones o comunidades, que implica manejar con habilidad el acceso al (a los) terreno(s) (lograr la aceptación, ganar la confianza, encontrar el lugar propio, saber salir y despedirse...), la toma de notas lo más densa y precisa posible (implicando muchas veces la grabación en audio o video de actividades in situ) y un trabajo

de análisis arraigado (grounded) en esta experiencia de trabajo de campo (CEFAI, 2013, p. 103).

Este trabalho consiste, assim sendo, em uma etnografia de um grupo de bolivianos que se organiza para mudar a realidade social de sua comunidade. Em um primeiro momento, pretendíamos realizar o estudo de campo em dois coletivos de imigrantes, todavia, depois do Exame de Qualificação, julgamos pertinente concentrar os esforços em apenas um coletivo: o ‘Sí, Yo Puedo’ – previamente selecionado por meio da pesquisa exploratória. Gohn (2011), aponta que uma das premissas básicas sobre movimentos sociais é que “são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes”. Segundo a autora, para analisar esses saberes é preciso buscar as redes de articulações que esses movimentos estabelecem cotidianamente e que geram as aprendizagens e os valores da cultura política (GOHN, 2011, p. 333). Tendo isso em mente, nossa estratégia foi, a partir da etnografia de um coletivo, pensar as mobilizações e as redes de articulações que o movimento social de imigrantes estabelece. O ‘Sí, Yo Puedo’ possui um papel de protagonismo dentro do movimento social de imigrantes na capital paulista. Esse protagonismo se fez presente, como exemplo, quando o coletivo encabeçou, juntamente com outra organização civil de imigrantes, as manifestações que reuniram milhares de bolivianos na Avenida Paulista contra os atentados à democracia vivenciados na Bolívia no segundo semestre de 2019; ou na participação ativa de seus membros na preparação e realização da “2º Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes”, realizada na Faculdade Zumbi dos Palmares.

Nesta perspectiva, durante alguns domingos do primeiro semestre e, principalmente, do segundo semestre de 2019 desci na estação Armênia do Metrô e andei umas duas quadras (cerca de dez minutos) até a Praça Kantuta, localizada no bairro do Canindé. Lá, aos domingos, acontece uma feira boliviana, mantida pela “Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana Padre Bento”, onde o “Sí, Yo Puedo” (SYP) desenvolve suas atividades. Na feira, o coletivo possui uma barraca que presta serviços de informação aos imigrantes – não apenas bolivianos – que frequentam o local. Ainda, o “SYP” oferece aulas de Português (nível 1 e 2), empreendedorismo e cursinho preparatório para o vestibulinho das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs). Fundado em 2012, por Veronica Quispe Yujura – que segue sendo a coordenadora do grupo - o coletivo acredita no potencial transformador da educação e da informação. Minhas funções no coletivo foram prestar atendimento na barraca e auxiliar no desenvolvimento de atividades culturais.

Além da pesquisa de campo no coletivo, fiz observações em passeatas e atos de protesto organizadas por imigrantes: a “13º Marcha dos Imigrantes”; e duas manifestações de bolivianos em defesa da democracia na Bolívia, na Avenida Paulista. Participei, também, da “2º Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes”, realizada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) em parceria com organizações e coletivos – como o “SYP”. Ainda, estive presente em diversas manifestações culturais da comunidade boliviana em espaços da cidade. Por fim, vale destacar as observações feitas em sites de redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube) de coletivos de imigrantes, como a “Equipe de Base Warmis”, e em canais de comunicação criados e mantidos por bolivianos, como o “Bolívia Cultural⁴” e o canal do Youtube “TV Planeta América Latina⁵”. Com a pesquisa de campo procurei, como dito anteriormente, verificar quais são as pautas, as demandas, as motivações, as formas de organização, os projetos políticos, as estratégias de atuação e as redes de mobilização que imigrantes bolivianos estabelecem contemporaneamente na cidade de São Paulo. As atividades em campo foram registradas em diário e as entrevistas gravadas, em alguns casos. Reuniões, por se tratar de um momento particular do grupo, não foram registradas em áudio e vídeo.

A dissertação é composta por três capítulos, cada qual com seus subitens. No primeiro capítulo o universo da pesquisa é apresentado com o intuito de familiarizar o leitor com o tema das ações coletivas de imigrantes, assim como com o ambiente do estudo de campo e com as origens e atualidade da imigração boliviana em São Paulo. No segundo capítulo, a partir das experiências em campo, discutimos o perfil do ativista boliviano em São Paulo, assim como algumas pautas, demandas e motivações desses imigrantes. No capítulo final, por sua vez, analisamos as performances políticas desses imigrantes, assim como suas interações com os imigrantes com o Estado e as políticas públicas.

Espera-se que os resultados da investigação – que não devem ser generalizados – possam servir de base para outras análises que envolvam a comunidade boliviana no Brasil e movimentos sociais – sejam eles de imigrantes ou não.

⁴ A página oficial da “Bolívia Cultural” no Facebook é a seguinte:

<<https://www.facebook.com/BOLIVIA CULTURAL/>>

⁵ A página da “TV América Latina” no Youtube pode ser acessada através do link:

<<https://www.youtube.com/user/PlanetaAL>>

1. A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DE IMIGRANTES EM SÃO PAULO

1.1 A imigração contemporânea no Brasil

A imigração não é um fenômeno recente, entretanto, nesta era global, ela parece estar se intensificando por conta das velozes mudanças nos vínculos políticos, econômicos e culturais entre os países. Dentro deste contexto, o Brasil por conta, entre outros fatores, do fortalecimento de sua influência política e econômica (BÓGUS, FABIANO, 2015), experimenta, no início do século XXI, um crescente movimento de entrada de estrangeiros. A presença de refugiados no país também aumentou nos últimos anos: até dezembro de 2018, 11.231 pessoas haviam tido sua condição de refugiado reconhecida (CONARE, 2019⁶). O estado de São Paulo é o principal destino de imigrantes em território brasileiro sendo que só a capital paulista concentrava, no ano de 2016, 32% (385.120 pessoas⁷) do total destes (IPPDH; OIM, 2017, p.187⁸).

Para compreender o atual cenário migratório que se verifica no Brasil é necessário entender o contexto em que essas migrações ocorrem. Trata-se de um momento em que as interações cotidianas entre pessoas do mundo todo, fruto não somente da migração, mas também das imagens e informações que são transmitidas pelos meios de comunicação, estão modificando de forma substancial a sociedade. Na contemporaneidade a migração, na concepção de Castles, Hass e Miller (2014), sofre um processo de diversificação, aceleração, globalização e feminilização. Nesta “era das migrações” (CASTLES, HASS, MILLER, 2014) o Brasil se apresenta como uma sociedade de acolhimento, com destaque para o expressivo número de pessoas vindas de países periféricos. A literatura (BAENINGER, 2012, 2017; BÓGUS, FABIANO, 2015; SILVA, 1997; ZANELLA, 2014) aponta o significativo número de latino-americanos, africanos e asiáticos que migram (voluntária e involuntariamente) para o Brasil,

⁶ CONARE. **Refúgio em números**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017. Disponível em:

<<http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2017/refugio-em-numeros-2010-2016>>

⁷ Todavia, vale ressaltar que esses números não abarcam os imigrantes indocumentados que vivem em território brasileiro. Uma expressiva quantidade de imigrantes, por razões diversas, vive no país sem o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e, deste modo, deixa de ser contabilizada em estatísticas oficiais. Pensando por essa perspectiva, pode-se afirmar que o número de migrantes internacionais que vivem em São Paulo, na realidade, é maior que o apresentado oficialmente.

⁸ IPPDH; OIM. **Migrantes regionais na cidade de São Paulo: direitos sociais e políticas públicas**. Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL; Organização Internacional para as Migrações, 2017.

principalmente para a cidade de São Paulo, à procura de oportunidades de emprego e melhores condições de vida. Em território brasileiro, todavia, muitas dessas pessoas imigrantes e em situação de refúgio são submetidas a experiências de exploração e opressão em suas relações trabalhistas, sociais, culturais e de gênero (BAENINGER, 2012, 2017; DUTRA, COGO, BADET, 2016; SILVA, 1997). A situação torna-se mais dramática para os imigrantes em situação irregular, tendo em vista que estes acabam tendo que viver à margem da sociedade oficial, silenciados e invisibilizados pela condição de “clandestinos” (VILLEN, 2015).

Na verdade, latinos-americanos, africanos e asiáticos enfrentam dificuldades desde o princípio de suas trajetórias migratórias. São esses imigrantes que enfrentam as maiores dificuldades para transpor fronteiras territoriais, principalmente para ingressar em países do centro do capitalismo. Basta ter em mente que, como sugere Bauman (1999), no mundo atual há uma hierarquia de mobilidade onde os que estão no topo (a elite global desterritorializada) são livres para circular enquanto as camadas inferiores enfrentam graus diversos de limitações espaciais. Os que estão na base encontram as maiores dificuldades para transpor fronteiras por serem vistos como “*personas non gratas*”. Estes, quando migram, acabam tendo que viver à margem da sociedade oficial, correndo sérios riscos de sofrerem humilhações e serem deportados. As barreiras aos fluxos migratórios representam uma forma de impedir a entrada de pessoas associadas à pobreza e/ou vistas como perigosas - ironicamente, é o próprio capitalismo que produz as condições econômicas e sociais precárias que incentivam essas pessoas a sonharem com melhores condições de vida em um país que não o seu de origem. Bauman (1999, p. 113), neste sentido, aponta que:

A assimetria das condições manifesta-se nos graus respectivos de previsibilidade. O lado cuja gama de opções comportamentais é mais amplo introduz o elemento da incerteza na situação vivida pelo outro lado, o qual, enfrentando uma liberdade de opção muito menor ou nenhuma opção em absoluto, não pode revidar. A dimensão global das opções dos investidores, quando comparada aos limites estritamente locais de opção do “fornecedor de mão-de-obra”, garante essa assimetria que por sua vez é subjacente à dominação dos primeiros sobre o segundo. A mobilidade e sua ausência indicam a nova polarização moderna avançada ou pós-moderna das condições sociais. O topo da nova hierarquia é extraterritorial; suas camadas inferiores são marcadas por graus variados de restrições espaciais e as bases são, para todos os efeitos práticos, *globae adscripti*. (BAUMAN, 1999, p.113)

Entretanto, por mais que as fronteiras sejam extremamente vigiadas com o intuito de impedir a entrada de estrangeiros indesejados é inegável que o fluxo de pessoas entre essas fronteiras atinge, neste momento da modernidade, proporções inéditas – aliás, esse

crescimento de circulação de pessoas é usado para justificar o aumento de vigilância nas áreas fronteiriças. Mas, essa dificuldade de acessar os países do centro do capitalismo – em grande parte localizados no Norte geográfico do globo terrestre – faz com que pessoas de países da periferia do capitalismo migrem para países periféricos – geralmente localizados no Sul do Globo terrestre: a chamada migração sul-sul.

A dificuldade para migrar para países do centro do capitalismo, associada à proximidade geográfica, o Acordo de Livre Circulação do MERCOSUL, a fiscalização branda nas áreas fronteiriças, estimula a presença de bolivianos no Brasil. Todavia, cabe ressaltar que, apesar de o boliviano não enfrentar dificuldades para entrar em território brasileiro, ele encontra obstáculos para se regularizar documentalmente: a ausência de documentos, como dito anteriormente, acaba deixando-os à margem da sociedade oficial, sujeitos a diversos tipos de opressão e exploração.

1.1.1. A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA EM SÃO PAULO

Até a década de 1940 a presença de imigrantes bolivianos no Estado de São Paulo era pequena. O processo de vinda de pessoas da Bolívia para o Brasil iniciou-se, a partir da década 1950, com jovens que vinham para São Paulo para estudar ou trabalhar, mas que acabavam por permanecer em território brasileiro. Ainda, tiveram aqueles que vieram por questões políticas, tendo em vista que a Bolívia enfrentou bastante instabilidade democrática naquele período. Como demonstra Sala (2005), os bolivianos que chegaram nesse período apresentavam uma média de escolaridade maior que a dos brasileiros. Alguns desses imigrantes, que permaneceram no país (e, no geral, eram profissionais liberais – médicos e dentistas – ou pequenos empresários) foram os responsáveis por criar a primeira associação de bolivianos em São Paulo, a “Associação de Residentes Bolivianos” (ADRB). Esse perfil de imigrantes com elevado grau de escolaridade passou a ser modificado a partir dos anos 1970:

A partir da década de 1970, com o crescimento da economia brasileira, estimulada pelas grandes obras do regime militar, o fluxo de imigrantes se mantém, e mesmo no decênio de 1980 com a recessão da economia brasileira temos um intenso fluxo de bolivianos que emigram em busca de trabalho e acabaram preenchendo a necessidade de mão de obra barata para as pequenas confecções, cujo mercado antes dominado pelos judeus, passou a partir da década de 1970, a ser abarcado pelos coreanos, quando grande parte deles começa a chegar ao Brasil, muitos de forma clandestina (SILVA, 1997, p. 85)

O fluxo migratório se intensificou nos anos 1980, e passou a ser caracterizado por “migrantes laborais”, ou seja, pessoas que deixavam a Bolívia em busca de trabalho e

melhores condições de vida, fugindo da crise social e econômica que assolava aquele país. Muitos desses imigrantes passaram a trabalhar no setor da costura, como indica Silva (1997). Na verdade, este setor continua sendo o que mais emprega bolivianos na atualidade:

O setor que mais absorve mão-de-obra boliviana é o da costura. Em primeiro lugar, poderíamos dizer que os dados levantados indicam a existência de “enclaves étnicos” em São Paulo, cujas relações de apadrinhamento e parentesco são fundamentais para a manutenção desse fluxo migratório, como também para a reprodução econômica das pequenas confecções, muitas delas clandestinas. Em segundo lugar, porque a falta de documentação possibilita o processo de exploração dessa mão-de-obra pelos donos das confecções, sejam eles coreanos, brasileiros, judeus, bem como os próprios compatriotas. Em terceiro lugar, pelo fato de que os empregadores lhes fornecem casa e alimentação, o que facilita muito a vida de quem chega à cidade sem recursos para alugar um imóvel, considerando-se as dificuldades que isso implica, por não terem documentos. E, finalmente, podemos levantar a hipótese de que a razão pela qual muitos optam por tal atividade é o fato de que ela representa a possibilidade de ascensão social, na medida em que puder comprar suas próprias máquinas de costura, e assim começar seu próprio negócio, contratando mão-de-obra boliviana, repetindo-se o seu próprio negócio de exploração vivenciado pelo próprio imigrante (SILVA, 1997, p. 14).

Essa situação do imigrante boliviano no setor da costura parece não ter mudado muito até hoje. Diversos entrevistados, ao relatarem a chegada em São Paulo, contaram exatamente o que Silva (1997) descreveu: deixaram a Bolívia por causa da situação econômica; vieram para o Brasil através de pessoas (redes) que garantiram o emprego no setor da confecção; passaram a morar na oficina de costura ganhando salários muito baixos e tendo longas jornadas de trabalho. A questão do trabalho no setor da costura é central na vida dos bolivianos que vivem em São Paulo, e, acaba por influenciar diretamente nas mobilizações políticas e sociais dessa comunidade – por essa razão, tendo entrevistas como suporte, esse tema será abordado a fundo no capítulo 2.

Do total de 88.604 imigrantes bolivianos registrados, no período de 2000 a 2015 (tabela 1), – ou seja, que adquiriram o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) – no Estado de São Paulo, a maior parte é homem e solteiro (tabela 2), trabalha no setor da indústria de extração e transformação – isso em âmbito nacional - (tabela3), e é jovem (tem entre 20 e 34 anos). Sempre é bom lembrar que esses números abarcam apenas imigrantes com situação documental regular. Organizações Sociais, como a Missão Paz, sempre frisam que o número de bolivianos que vivem em São Paulo, quando se considera os que estão em situação irregular, é bem maior que os números oficiais.

Tabela1: Imigrantes internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE) entre 2000-2015, residentes nos municípios do Estado de São Paulo, nascidos na América Latina e Caribe segundo países de nascimento:

PAÍS DE NASCIMENTO	REGISTROS
Bolívia	88.604
Argentina	16.586
Peru	15.726
Colômbia	13.105
Paraguai	10.448
Haiti	8.960
México	7.325
Chile	6.247
Cuba	3.628
Venezuela	3.203
Uruguai	2.436
Equador	1.942
Honduras	1.177
República Dominicana	871
Guatemala	748
Costa Rica	685
Nicarágua	568
Panamá	403
Jamaica	363
El Salvador	313
Porto Rico	174
Trinidad e Tobago	134
Guiana	58
Suriname	27
Guiana Francesa	18
Granada	17
Bermudas	13
Aruba	12
Outros	46
TOTAL DE CASOS VÁLIDOS	183.837

Fonte: Baeninger, Rosana; Fernandes, Duval (Coordenadores), **Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Internacionais**. Campinas – SP: Núcleo de Estudos da População – NEPO/ Unicamp, 2017, p.91.

Tabela 2: Imigrantes Internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiros – RNE), entre 2000- 2015, residentes nos municípios do Estado de São Paulo, nascidos na Bolívia, segundo estado civil e sexo.

Estado Civil	Homens	Mulheres	Total
Solteiro (a)	44.888 (55,2%)	36.356 (44,8%)	81.244 (100%)
Casado (a)	2.675 (48,4%)	2.850 (51,6%)	5.525 (100%)
Divorciado (a)	33 (32%)	70 (68%)	103 (100%)
Separado (a)	15 (46,9%)	17 (53,1%)	32 (100%)
Viúvo (a)	51 (26,7%)	140 (73,3%)	191 (100%)
Outros	717 (47,5%)	792 (52,5%)	1509 (100%)
Total	48.379 (54,6%)	40.225 (45,4%)	88.604 (100%)

Fonte: Baeninger, Rosana; Fernandes, Duval (Coordenadores), **Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Internacionais**. Campinas – SP: Núcleo de Estudos da População – NEPO/ Unicamp, 2017, p. 94. Tabela alterada pelo autor.

Tabela 3: Distribuição dos imigrantes bolivianos, por ramo de atividade de trabalho (em percentual) no Brasil.

OCUPAÇÃO	REGISTROS (em percentual)
Indústria de extração e transformação	31.81 %
Saúde e Serviço Social	17.37 %
Comércio	10.82 %
Atividade Imobiliária	7.17 %
Construção	5.85 %
Alojamento e alimentação	4.21 %
Administração Pública	3.11 %
Educação	2.82 %
Transporte	2.80 %
Outros serviços sociais e pessoais	4.92 %
Outras atividades	3.82 %
Total	100 %

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (sub-amostra) in Vilela, Elaine Meire. Imigração boliviana e estratificação no mercado de trabalho brasileiro. Tese de Doutorado em Ciências Humanas. Belo Horizonte, UFMG, 2008. Tabela alterada pelo autor.

Através da *tabela 1* é possível notar que bolivianos são maioria entre os imigrantes oriundos da América Latina e Caribe e que residem no estado de São Paulo. 54,6% desses imigrantes são homens, 45,4% mulheres (*Tabela 2*), sendo que a maioria são solteiros (*Tabela 2*). Quanto à ocupação (*Tabela 3*), a maior parte dos bolivianos trabalha na

indústria de extração e transformação (31,81%) – onde está incluso o setor da confecção, na área da saúde e serviço social (17,37%), e com comércio (10,82%).

1.2. O TRABALHO DE CAMPO: CAMINHOS PERCORRIDOS

1.2.1. A ENTRADA EM CAMPO: A FESTIVIDADE “ALASITA”

Meu primeiro contato com a comunidade boliviana foi na “Alasita”, uma das maiores – se não a maior – festividade de bolivianos em São Paulo. Típica da região de La Paz, a Alasita acontece no dia 24 de janeiro e, no ano de 2019, foi realizada no Parque Dom Pedro II, localizado no Brás – bairro que abriga uma expressiva quantidade de bolivianos na capital paulista. Nesta festividade, as pessoas compram, nas diversas barracas construídas ao longo do parque, miniaturas de objetos (as *alasitas*) que simbolizam desejos para o futuro. O que mais notei lá foram miniaturas de dinheiro (Real e Dólar, principalmente), carros, casas e apartamentos. Me chamou atenção, ainda, as miniaturas de animais, bastante adquiridas pelos frequentadores da festa. A vendedora de uma barraca me explicou que o sapo, por exemplo, representa a fertilidade financeira e o galo, por sua vez, a esperança em dias melhores. Havia, também, grande procura pelas miniaturas de Ekeko, Deus andino da abundância. Ekeko, na verdade é a figura cultuada da festividade, tendo em vista que todas as miniaturas, depois de adquiridas, são apresentadas (por meio do ritual da *Ch'alla*) à essa divindade, por intermédio de um sacerdote (designado Yatiri). Esta tradição, que segundo Paredes (1973), data de antes da conquista espanhola, foi “reinventada” ao longo dos anos, e, como destaca Silva (2012), no contexto de migração e reprodução do capital, que caracterizam a contemporaneidade, Ekeko passou a ser visto como “patrão da fortuna”. Influências do catolicismo também são notadas na festa: ao meio-dia, assim como acontece na festividade de La Paz, uma missa é realizada e as *alasitas* dos interessados são abençoadas por um padre - algo que não surpreende, tendo em vista que Bolívia e Brasil foram colonizados na fé católica.

Dia 24 de janeiro de 2019 foi um dia quente, típico de verão. Era uma quinta-feira comum em São Paulo: metrô cheio; trânsito caótico; pessoas apressadas para não perder o horário do trabalho. O fato de a Alasita estar sendo festejada em uma quinta-feira me fez acreditar que não haveria tantas pessoas no Parque Dom Pedro. Mas eu estava equivocado! O parque estava lotado com famílias de bolivianos que compravam suas

alasitas e degustavam comidas – como o Plato Paceño, composto de batatas cozidas, carne bovina, queijo, milho e vagens – e bebidas – como a “chicha”, uma bebida fermentada de milho – típicas da Bolívia. No ar havia um misto de cheiro de churrasco, que era comercializado em diversas barracas, e de incensos utilizados nos rituais da Ch'alla. As filas para chegar até os sacerdotes eram imensas e não diminuíram nem mesmo com o início dos shows no palco principal. Os espetáculos musicais foram acompanhados com atenção e entusiasmo por milhares de bolivianos, imigrantes de outras nacionalidades e brasileiros. O Parque Dom Pedro estava lotado e o clima festivo me fez esquecer que aquele era um dia normal de trabalho para os moradores da capital paulista.

Até 2018 a comunidade boliviana se dividia entre duas festas Alasita: uma realizada pela Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Padre Bento, no Memorial da América Latina; outra organizada no Parque Dom Pedro II, pela Associação de Empreendedores Bolivianos da rua Coimbra (ASSEMPBOL). Em 2019, as duas organizações se uniram para realizar uma festa conjunta, com o lema “por que la unión hace la fuerza”. Ronald Soto, presidente da ASSEMPBOL, destacou que a união das duas organizações representava melhorias na infraestrutura e no número de público do evento, tendo em vista que as pessoas não precisariam mais se dividir entre duas festas. Parte da publicidade do evento foi feita em português, indicando uma estratégia de ação coletiva encabeçada por duas organizações civis que visavam difundir uma manifestação cultural boliviana para além de sua comunidade. A festividade é uma oportunidade de a coletividade boliviana mostrar aos brasileiros a riqueza da cultura da Bolívia e, por este caminho, desmistificar esteriótipos. A Alasita, que desde 2014 faz parte do calendário oficial da cidade, contou, também, com a presença de figuras políticas, como o prefeito Bruno Covas (PSDB), que foi acompanhado de perto pelos presidentes das duas organizações realizadoras da festa. A presença de figuras políticas, como o prefeito, parece trazer, ao menos para uma parte dos bolivianos, a sensação de que eles não estão esquecidos pelo poder público. Isso ficou claro, por exemplo, nesta frase de uma matéria publicada no site Bolívia Cultural sobre a presença de Bruno Covas no evento: “a espontaneidade do prefeito paulistano, desperta a luz de esperança, humanidade, e respeito pelos imigrantes na cidade de São Paulo⁹” (PORTAL BOLÍVIA CULTURAL, 2019).

⁹ Disponível em: <<https://www.boliviacultural.com.br/noticia/bruno-covas-prefeito-da-cidade-de-sao-paulo-visitou-a-feira-boliviana-de-alasita>>. Acesso 26/02/2019.

Fiquei na Alasita até o momento em que começou a cair uma tempestade, como tipicamente acontece nos dias quentes de verão. Devo admitir que eu não tinha tantas pretensões quando fui à festividade: queria apenas tomar contato com a comunidade boliviana. Eu tinha noção da importância que a Alasita possuía culturalmente para a comunidade vinda da Bolívia, porém, foi só ali, na festa, que percebi que aquela celebração não deixava de ser um ato político. Como aponta Silva (2012, p.21), a imagem negativa atribuída aos bolivianos pela imprensa local e a situação trabalhista precária vivenciada por parte expressiva dessa população instigaram o surgimento de organizações sociais e culturais de imigrantes bolivianos em décadas passadas. A Alasita é uma ação coletiva encabeçada por duas dessas organizações civis de bolivianos, e não deixa de ser uma estratégia que esses sujeitos utilizam para chamar atenção das esferas pública e política para seus problemas e demandas.



Foto 1: *Alasitas* disponíveis para venda em uma barraca da festividade que recebe o mesmo nome.



Foto 2: Uma das barracas em que era realizado o ritual da Ch'alla.



Foto 3: Devota apresentando suas *alasitas* no ritual da *Cha'lla*.

A Alasita de 2019 foi a celebração de duas associações civis que se uniram, em rede, para realizar uma manifestação simbólica, típica da Bolívia, em um espaço público da cidade. Esta festividade foi, sem dúvida, um excelente primeiro contato com a comunidade boliviana e abriu minha percepção para o fato de que eu não poderia, em hipótese alguma, em minha pesquisa, desconsiderar as manifestações culturais como sendo importantes estratégias de visibilidade desses imigrantes. As duas organizações

realizadoras da Alasita, têm como objetivo principal – mas não único -, a difusão da cultura boliviana, seja na Praça Kantuta – a Associação Folclórica Boliviana “Padre Bento” – ou na Rua Coimbra – a ASSEMPBOL. Além dessas duas organizações, identificamos - por meio do ‘Mapeamento dos grupos de imigrantes ou ligados à temática migratória’, realizado pela Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente da Prefeitura de São Paulo, e de consultas a sites de redes sociais (principalmente o Facebook) - mais três organizações fundadas e mantidas por bolivianos na metrópole: o *Coletivo Sí, Yo Puedo*, o canal de comunicação *Bolívia Cultural*, e a *Associação de Residentes Bolivianos (ADRB)*.

1.2.2. O ASSOCIATIVISMO DE IMIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO

O histórico de associativismo de imigrantes bolivianos em São Paulo tem início com a fundação da Associação de Residentes Bolivianos (ADRB)¹⁰, em 25 de maio de 1969. A ADRB nasceu em um contexto onde pessoas da Bolívia vinham à São Paulo para: estudar – e depois do término dos estudos acabavam por permanecer no Brasil; para se especializar em suas respectivas áreas profissionais; atrás de melhores oportunidades de emprego; ou por questões políticas, tendo em vista que a democracia boliviana vivia um período de interrupção¹¹. Em São Paulo, naquela época, a coletividade de imigrantes se organizava em diversas agremiações esportivas que se reuniam para a realização de um campeonato de futebol. A formação do 1º Comitê Central Desportivo de Residentes Bolivianos deu origem à ADRB que, inicialmente, tinha o intuito de unir a comunidade boliviana residente na capital paulista sob a bandeira do esporte. Todavia, a ADRB, fundada por pessoas do estrato social médio da Bolívia, viu, a partir dos anos finais da década de 1980, mudar o perfil dos imigrantes que vinham para São Paulo e, além disso, a instituição se deparou, a partir do final da década de 1990, com o surgimento de organizações de imigrantes que tinham objetivos parecidos com os seus. Estes fatos acabaram obrigando a ADRB a se reformular. Guirado Netto (2014, p. 113), aponta que a promoção cultural e desportiva, característica dos anos iniciais da organização, foi, nas décadas posteriores, cedendo espaço para serviços de assistência social (assistência jurídica, médica e odontológica). Nos anos recentes, a organização passou a ter um

¹⁰ Mais informações sobre a ADRB podem ser obtidas no perfil da associação no Facebook: <<https://www.facebook.com/adrb.residentes>>.

¹¹ A Bolívia viveu uma ditadura militar no período entre 1964 e 1982.

engajamento político maior em defesa dos direitos dos imigrantes (GUIRADO NETTO, 2014).

Mas foi nos anos 2000 que surgiu a maior parte das organizações sociais de bolivianos: Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Padre Bento (2002); Bolívia Cultural (2008); Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra (2012); Coletivo Sí, Yo Puedo (2012). Ainda, vale destacar o surgimento de organizações fundadas por bolivianos, mas que têm como público alvo não somente pessoas desse país – é o caso da Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas (2013), coletivo voltado para mulheres imigrantes latino-americanas. Tendo em vista que esta pesquisa se propõe a descrever e analisar sociologicamente quais são e como se dão as ações coletivas empreendidas por pessoas vindas da Bolívia na busca por melhorias nas dimensões política, cultural, social e econômica na cidade de São Paulo, optamos por nos valer de uma perspectiva etnográfica, de modo a selecionar uma organização para a realização do estudo de campo: o coletivo Sí, Yo Puedo!.

Scherer-Warren (2006), indica que a sociedade civil “é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em uma sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas” (Scherer-Warren 2006, p. 110). Na sociedade brasileira contemporânea, a autora indica que esses níveis podem ser, de forma genérica, tipificados da seguinte forma: 1) associativismo local (coletivos, ONGs, organizações, etc); 2) formas de articulação inter-organizacionais (fóruns da sociedade civil, redes de organizações/ coletivos/ ONGs ; redes de redes); 3) mobilizações na esfera pública (marchas, protestos, ocupações de espaços públicos). O coletivo Sí, Yo Puedo, nesta perspectiva, é visto como uma forma de associativismo local, que se articula com outras organizações e realiza ou participa de manifestações em espaços públicos. Por meio da imersão em campo procuramos verificar quais são as pautas, as demandas, as motivações, as formas de organização, os projetos políticos, as estratégias de atuação e as redes de mobilizações que imigrantes bolivianos estabelecem na capital paulista. Além disso, visamos refletir sobre as relações que estes imigrantes estabelecem com o Estado e com as políticas públicas e, ainda, os alcances e limites dessas ações coletivas na contemporaneidade.

1.2.3 UM CASO DE ASSOCIATIVISMO LOCAL: O COLETIVO SÍ, YO PUEDO!

A entrada em campo é um momento complexo, que gera certa expectativa por parte de pesquisadores e pesquisados. Sobre isso, diz Silva (2005):

Entre os momentos do processo de construção do conhecimento nas ciências sociais, que compreendem o “olhar, o ouvir e o escrever”, talvez sejam o olhar e o ouvir os momentos de maior tensão e expectativa, tanto da parte do pesquisador quanto do pesquisados. Isso porque, da parte do pesquisador, o trabalho de campo é o momento de confronto do instrumental teórico com os dados fornecidos pelo campo empírico, o qual é uma criação do pesquisador que “já fora previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo”, uma vez que a realidade em foco passa a ser observada a partir do crivo teórico de sua disciplina (Cardoso de Oliveira, 2000, p.19). Da parte dos “pesquisados”, surgem, com toda razão, as indagações ou suspeitas sobre os objetivos da pesquisa, o porquê do interesse do pesquisador por algum aspecto de sua cultura e qual será o grau de interferência em sua comunidade, bem como os benefícios que o estudo lhe trará, sejam eles de cunho político, cultural, jurídico, etc (SILVA, 2005, p 115).

Meu primeiro contato com o SYP foi por meio de sites de redes sociais (o Facebook, especificamente). Na verdade, as redes virtuais (Facebook, Twitter, e-mail, WhatsApp) possibilitam que as demandas de grupos, como o SYP, tenham maior visibilidade. Nestes espaços, as organizações e redes enunciam suas experiências e se articulam discursivamente com organizações e redes territorializadas (Sherer-Warren, 2013; Cogo, 2015). Foi através do Facebook que conversei pela primeira vez com membros do coletivo e que comuniquei o interesse em realizar o estudo de campo na organização. O Sí, Yo Puedo é um coletivo que tem o objetivo de promover a democratização do conhecimento e da informação para imigrantes – apesar de a maior parte do público ser bolivianos, pessoas oriundas de outras nacionalidades também são atendidas. Fundado em 2012 por Veronica Quispe Yujura, o coletivo acredita no potencial transformador da educação e, por isso, oferece cursos de português, de preparação para o vestibulinho das ETECs (Escolas Técnicas Estaduais) e de empreendedorismo. Além disso, o coletivo mantém uma barraca na feira da Praça Kantuta, onde todos os domingos são oferecidas informações sobre cursos, atividades culturais etc.



Figura 1: Página do Coletivo *Sí, Yo Puedo!* no Facebook.

Durante alguns domingos do primeiro semestre e, principalmente, do segundo semestre de 2019 eu descí na estação Armênia do Metrô e andei umas duas quadras (cerca de dez minutos) até a Praça Kantuta. No primeiro dia que fui à campo na Kantuta fui abordado, enquanto saía da estação, por um rapaz que me perguntou, em espanhol, como ele deveria fazer para chegar até a Arena Corinthians – haveria algum jogo do Campeonato Paulista naquela data. Peguei meu celular e, mostrando o mapa da Rede de Transporte Metropolitano, expliquei que ele deveria seguir pela Linha Azul até a estação Sé e lá fazer a transferência para a Linha Vermelha que o levaria até a estação Corinthians – Itaquera. Depois de explicar o trajeto, perguntei qual era a sua nacionalidade, ele me respondeu que vinha da Bolívia, me agradeceu e partiu rumo à plataforma de embarque. Este fato ocorrido na estação de metrô, na verdade, já indicava uma característica dos bairros da região (Pari, Canindé, Brás): a grande presença de imigrantes, muitos dos quais bolivianos, sendo que muitos desses falam pouco ou nada de português. Na rua Pedro Vicente, que eu usava para ir da estação até a Kantuta, era possível ver muitos imigrantes indo ou vindo da praça. Rebatizada, no ano de 2002, com o nome de Kantuta – uma flor típica do altiplano andino por imigrantes que realizam ali uma feira - na praça, aos domingos é possível comer e beber alimentos típicos da Bolívia, comprar artesanatos,

roupas e, até mesmo, realizar cortes de cabelo. Lá, pessoas oriundas da Bolívia se encontram, escutam músicas de seu país de origem e assistem apresentações típicas que acontecem na quadra da praça. É na Kantuta, também, em frente ao campus do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), que o *Sí, Yo Puedo* arma semanalmente sua barraca de atendimento ao público.

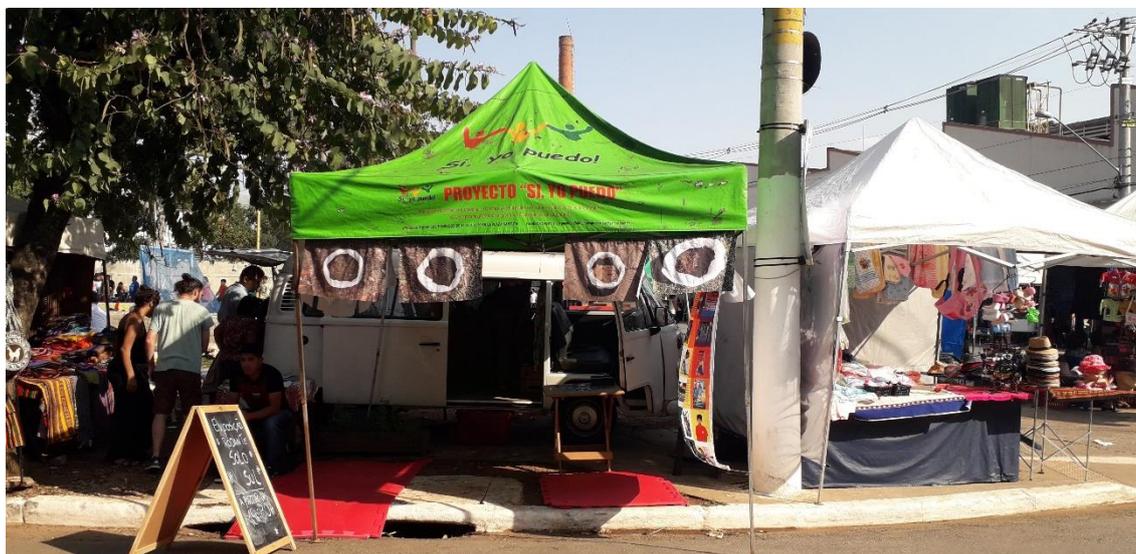


Foto 4: Barraca do Coletivo *Sí, Yo Puedo!*, na Feira da Praça Kantuta.

Verônica, a fundadora do coletivo, veio ao Brasil com sete anos de idade. Dentista, formada pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e doutora em Patologia Geral pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), atualmente é funcionária pública em um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). Em 2019 lançou seu primeiro livro, juntamente com a Professora Dr^a Deisy Ventura (Faculdade de Saúde Pública / Universidade de São Paulo), que trata sobre a questão da saúde do imigrante e refugiado em contexto local, nacional e internacional. Sua mãe é uma das percussoras da feira da Praça Kantuta - assim como da Festa Alasita em São Paulo – e isto explica o motivo de o coletivo estar localizado lá. Todas as conversas que tive com Verônica deixaram bem claro a ligação afetiva que ela tem com a Praça e com a comunidade boliviana. Em 2012, ciente das mudanças que a educação vinha causando em sua vida, ela decidiu sentar-se na praça e começar a dar informações sobre possibilidades educacionais e trabalhistas para os imigrantes que frequentavam o local. Ela desejava que outros imigrantes também tivessem acesso ao ensino superior e à trabalhos mais dignos. A ideia do coletivo surgiu quando Veronica ainda era estudante de graduação e percebeu a ausência de imigrantes nas universidades.



Foto 5: vista da rua em que fica localizada a barraca do Coletivo SYP na feira da praça Kantuta.

Sobre o surgimento do coletivo, Rocio Quispe Yujra, irmã de Veronica, que acompanha o coletivo desde sua fundação, diz:

Na Praça Kantuta era aberta a barraca com a intenção de dar orientação, e em um segundo momento, teve a possibilidade de começar a oferecer curso de português para imigrantes. Todos através de voluntariado, porque a Praça Kantuta é um local onde tinha bastante pessoas que tinham o interesse em dar aula de português – ou porque fazia Pedagogia, ou era estudante de Letras, ou porque fazia campo para algum Mestrado, alguma pesquisa. E foi se criando esse curso de português para a necessidade de o imigrante poder falar português e ir atrás de novas oportunidades. As aulas eram na própria Praça da Kantuta, na barraca ou era realizada dentro da [sala da] sede [da organização cuidadora da feira na Praça]. [...] O projeto foi crescendo, os voluntários foram aumentando, a demanda foi crescendo. [...] As cadeiras eram as dos próprios feirantes, o espaço era pequeno, não tinha ar-condicionado, nem um ventilador, nem um projetor, era tudo muito simples (ROCIO, fala em evento realizado no dia 12/12/2019).

Em 2015, o coletivo passou a realizar suas aulas de português no campus do Instituto Federal de São Paulo. Com essa nova parceria, além do conforto proporcionado aos alunos, o coletivo pôde começar a oferecer cursos de empreendedorismo, como salienta Rocio:

Você via aquele paredão [o muro do Instituto Federal de São Paulo] marrom, com tijolos, sempre fechado. E o que acontecia? A gente fala tanto de fronteiras, mas a nossa fronteira era aquele paredão, porque a gente já tinha uma atividade que já tinha se consolidado, tinha voluntários que poderiam dar aulas, só precisava do espaço. E o universo inspira – me ensinaram a falar isso. Em 2014 eu passei em um concurso público nesta instituição. Hoje sou servidora de lá e, mesmo assim, eu demorei um ano ainda para tentar entender como funcionava lá. [...] O coletivo, dentro das ações dele tinha a participação na Marcha dos Imigrantes, que é sempre em dezembro. E, no fim de 2014 a gente foi para a Marcha dos Imigrantes e fez um abaixo-assinado com o pessoal que estava lá, pedindo para que o Instituto Federal de São Paulo tivesse ações aos fins de semana para a comunidade imigrante. Por quê? Porque como eu já

estava lá, comecei a me inteirar de como funcionava o projeto de extensão do IF. A maioria dos projetos de extensão de lá é durante a semana, em horário de expediente, o que impossibilitava a gente de participar. Dependendo da situação do imigrante ou do refugiado, ele tem disponibilidade de noite, mas o imigrante boliviano só tem disponibilidade depois do sábado, depois das três da tarde, porque é o momento em que ele trabalhou até o meio-dia, ele foi almoçar e depois ele começa os momentos de cuidados pessoais dele e depois, quem sabe, ele consegue sair para um momento de lazer. [...] E, fora que, também, a instituição era bem fechada, falando sobre requisitos, sobre documentações que eram exigidas para fazer um curso, participar de um curso de extensão. Eles exigiam, nos requisitos, colocar RG. Só de você falar e colocar a simples palavra RG, a pessoa que é imigrante fala “não, eu não tenho RG”. Se você coloca CPF, a pessoa fala “não, eu tenho RNE, mas não tenho CPF” – naquela época tinha muitas pessoas que não tinham CPF. E tinha comprovante de endereço... O cúmulo do absurdo foi a instituição pedir ensino fundamental para quem quisesse fazer curso de português. Se fosse um curso específico, digamos, um curso específico em que há uma necessidade específica acadêmica, até dava para entender. Mas não era isso. Isso foi a gota d’água. Na verdade, isso foi construído com pessoas que não trabalham com a comunidade e não entendem a situação migratória. E aí, com esse abaixo-assinado, eu fui à sala do diretor e falei “eu tenho uma atividade que vai começar mês que vem (risos), está funcionando lá fora, mas na verdade a gente queria que funcionasse aqui dentro, porque aqui tem espaço”. [...] Aí correu tudo legal e a gente começou nossas atividades no IF. [...] A gente pode contar com o espaço do IFSP para trabalhar. A gente tem várias aulas, não tem mais só duas. Atualmente a gente tem uma turma de português básico 1, português básico 2, a gente tem um curso de empreendedorismo para mulheres imigrantes, um curso de gestão de negócios para um público misto (ROCIO, fala realizada em evento no dia 12/12/2019)

Dentre as atividades do coletivo há, ainda, um curso preparatório para o vestibulinho das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), que surgiu diante da demanda dos alunos do curso de português se inserirem na educação formal. Estudar em uma Escola Técnica poderia ser o primeiro passo para que esses alunos ingressassem, futuramente, no ensino superior – a própria Verônica, antes de cursar Odontologia, fez um curso técnico em enfermagem.

Meu primeiro contato com o coletivo foi em uma reunião de planejamento. Meu maior medo era ser visto com resistência pelo fato de ser pesquisador: eu acreditava que minha situação acadêmica poderia passar a impressão de que eu estava no grupo apenas para tirar algum proveito deles, sem dar nada em troca. Porém, aconteceu, no início da reunião, uma rodada de apresentação dos presentes, e lá pude perceber que a maioria das pessoas ali eram ligadas, de alguma maneira, à academia – alunos de graduação, recém-formados, pós-graduandos etc. Talvez por essa razão, meu status de pós-graduando, que estava interessado em pesquisar aquela comunidade, não causou espanto entre os presentes. Quando me apresentei disse o que pretendia (como pesquisador) e deixei claro a minha intenção de retribuir, de alguma maneira, com o coletivo. Para minha surpresa, fui bem recebido no grupo e recebi várias sugestões de como eu poderia participar da

organização do coletivo. Na verdade, essa liberdade de participar da organização do coletivo, assim, logo de cara, me assustou um pouco. Eu sabia, por meio de leitura bibliográfica, que coletivos – esse novo formato de organização civil na sociedade contemporânea – possuem centros de poder democratizados, entretanto, viver a teoria de forma prática sempre traz suas surpresas. A estrutura organizativa horizontal permite que todos os membros do coletivo proponham e façam ações – comigo, como participante do coletivo, não foi diferente. Não existe uma burocracia que define rigidamente posições dentro da organização do grupo, todavia, posso dizer que há três funções básicas exercidas por seus membros: 1) coordenação; 2) docência (de português, de empreendedorismo e de preparatório para a ETEC); 3) atendimento na barraca do coletivo, localizada na Praça Kantuta, e realização de atividades culturais;

A coordenação do grupo fica ao cargo de Veronica, que é a fundadora do coletivo, como dito anteriormente. Por mais que o centro de poder no grupo seja democratizado, é possível notar que ela é o elo mais forte do coletivo: todos têm liberdade para propor e executar ações, entretanto, todos tomam o cuidado de comunicar essas ações à ela – possivelmente em forma de respeito pela história que ela tem desenvolvido junto à comunidade imigrante. Com outros coletivos que tive contato também notei que sempre existe uma pessoa (ou algumas) que detêm maior poder de influência, algo que parece mostrar que as estruturas de poder não se dissolvem nos coletivos - todavia, nestes casos, estas estruturas são bem mais horizontais. Existe, ainda, no *Sí, Yo Puedo!* outra pessoa que exerce um papel de coordenação: Rocio, irmã de Veronica.

Os professores são quase todos brasileiros e as aulas acontecem aos domingos, tendo em vista que boa parte da comunidade boliviana em São Paulo só tem esse dia da semana livre – nos demais dias estão trabalhando, muitas vezes em empregos precários, como será discutido mais adiante nesta dissertação. No curso de português, que é semestral, os alunos tomam contato com o idioma falado no Brasil e, além disso, conhecem um pouco da cidade e da cultura brasileira por meio de visitas a museus e centros culturais, como a Pinacoteca do Estado de São Paulo. No curso de empreendedorismo os alunos aprendem noções de administração, recursos humanos, matemática financeira etc. Existe uma turma, semestral, para homens e mulheres e outra, anual, apenas para mulheres, os professores de ambas as turmas são bolivianos. No curso preparatório para o vestibulinho da ETEC, que é anual, por sua vez, os alunos têm aulas de disciplinas que são cobradas na prova e, além disso, também visitam centros culturais

da cidade – como o Instituto Tomie Ohtake. Ao final de cada semestre é realizada uma formatura para a entrega dos certificados de conclusão de curso aos alunos.



Foto 6: Formatura dos alunos do Coletivo SYP, realizada em dezembro de 2019 no IFSP.

Minha função no coletivo foi prestar atendimento na barraca, que funciona aos domingos, das 13h às 17h:30m na feira da praça Kantuta, em frente ao IFSP. Seis voluntários – todos brasileiros -, incluindo eu, se revezavam de modo com que em cada domingo ficasse ao menos duas pessoas nesta função. No começo dos semestres há um movimento grande na barraca do coletivo, tendo em vista que as inscrições para os cursos são feitas lá. Neste período, muitas pessoas, dentre as quais várias falam pouco ou nada de português, procuram a barraca para realizar as matrículas ou tirar dúvidas a respeito dos cursos. O processo de matrícula é bem simples: basta que o interessado informe nome completo, um telefone/ WhatsApp, nacionalidade e um número de documento. A grande maioria de alunos, assim como do público da feira, são bolivianos, entretanto, existe alguns oriundos de outros países, principalmente da América do Sul. Fora do período de matrícula os voluntários prestam informações sobre oportunidades educacionais e culturais que estão disponíveis em outros lugares da cidade e, além disso, dão suporte para os professores que ministram as aulas no IFSP.

Estar na barraca do Sí, Yo Puedo me proporcionou contato direto com a comunidade frequentadora da feira. Ali, sentado, entre um atendimento e outro, eu via as famílias que almoçavam nas tendas, os ensaios de grupos folclóricos que aconteciam em vários espaços da praça, os jogos de futebol que eram praticados na quadra – vez ou outra eu era atingido por uma bolada-, as apresentações culturais que aconteciam nesta mesma

quadra, os turistas que olhavam com encanto tudo ao redor, os acadêmicos que procuravam informações para seus trabalhos/ pesquisas. A feira da Kantuta se apresenta como uma forma de uso e apropriação do espaço urbano que faz com que a praça, aos domingos, se transforme em um local onde convergem e se encontram bolivianos que vivem na capital e em outros lugares do Brasil. Certa vez, por exemplo, uma senhora recém chegada no Brasil e que vivia em Americana, interior de São Paulo, perguntou se eu não conhecia algum grupo que desenvolvesse trabalho semelhante ao do coletivo naquela cidade. A Kantuta possui uma importância política para a comunidade boliviana e isso ficou bem claro para mim quando, em 22 de setembro, Chi Hyun, então candidato de extrema direita à presidência da Bolívia, visitou a feira: o candidato chegou cercado por alguns apoiadores, tirou algumas fotos com crianças no colo, deu um giro na feira e foi embora. A presença de um candidato à presidência demonstra a importância que aquele local possui para a comunidade boliviana. Todavia, essa importância não é suficiente para gerar políticas públicas de reestruturação e de cuidado da praça.



Foto 7: Visita de Chi Hyun, então candidato de extrema direita à presidência da Bolívia, em 22 de setembro de 2019.



Foto 8: Jogo de futebol na quadra da Praça Kantuta.



Foto 9: Parquinho da Praça Kantuta.



Foto 10: Grafite na Praça Kantuta.

A Kantuta fica em uma região do centro marcada pela grande presença de pessoas em situação de rua. Aos domingos, nos arredores da praça é possível notar muitas barracas improvisadas que comportam, muitas vezes, famílias inteiras. Na verdade, são essas pessoas em situação de rua que ocupam a Kantuta durante a semana, inclusive com barracas construídas na própria praça. Mais ou menos por volta das 10h, todo domingo, um caminhão pipa da Prefeitura lava a praça, retirando a sujeira acumulada durante a semana e, assim deixando o espaço apto para a realização da feira. Todas as manhãs de domingo as pessoas em situação de rua desmancham suas barracas e vão se abrigar nos entornos da praça que, então passa a ser ocupada por milhares de imigrantes. Na verdade, a infraestrutura da praça está bastante precária: faltam bancos para sentar-se, árvores que propiciem sombras, asfaltamento decente, banheiros dignos, dentre outras coisas. Algumas pessoas com quem conversei confidenciaram que a praça não é um local seguro fora do horário da feira. Isso me fez pensar em que medida as ações coletivas de imigrantes conseguem chamar a atenção da esfera pública para seus problemas e demandas. Vale ressaltar que no Brasil imigrantes não tem direito a voto, isso acaba fazendo com que os políticos – que muitas vezes estão preocupados em conseguir eleitores – não deem a devida atenção à essa população. Toda esta situação me fez pensar que, em campo, eu deveria me atentar às formas como as ações coletivas de imigrantes dialogam com o poder público, tendo em vista que políticas públicas são a melhor forma de se garantir que direitos sejam assegurados.



Foto 11: Domingo de manhã na Praça Kantuta, antes de a feira ser montada.

1.2.4. A RELAÇÃO DOS IMIGRANTES COM O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS :A “SEGUNDA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA IMIGRANTES”

No ano de 2019, aconteceu a “Segunda Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes: Somos todos cidad@os”. Rocio, do Sí, yo puedo, participou, como membro convidado, de todo o processo de realização da conferência – preparação, execução, pós-execução. Junto com ela também estavam presentes membros de outros coletivos, organizações, associações de imigrantes e/ ou que trabalham com a temática: Equipe de Base Warmis, União Social dos Imigrantes Haitianos, Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, Miredes, Sindicato das domésticas do setor de imigrantes, CONIC, Sarau das Américas, Kollasuyu Maya, Colectivo Feminista de Argentinxs em São Paulo, Rede de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, Associação Cultural Folclórica Bolívia Brasil, Casa das Áfricas, ProMigra, e Visto Permanente. A Conferência foi convocada pelo Conselho Municipal de Imigrantes – órgão consultivo vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo e teve como principais objetivos: “aprofundar o debate sobre imigração; monitorar, avaliar, aprimorar, e fortalecer a Política Municipal para a População Imigrante; propor bases para a criação de um Plano Municipal; ampliar e promover formas de institucionalização das políticas públicas para a população imigrante, e promover a participação social e política de imigrantes”. (Caderno da Conferência, 2019, p. 11).

A Conferência foi realizada nos dias 8, 9 e 10 de novembro, todavia, nos meses de agosto e setembro foram realizadas pré-conferências e conferências livres, preparatórias para o evento principal. Nesses encontros preparatórios, os participantes discutiram e elaboraram propostas que foram encaminhadas para a Conferência. As propostas deveriam se enquadrar em um dos seguintes eixos temáticos: participação social e protagonismo imigrante na governança imigratória local; acesso à assistência social e habitação; valorização e incentivo à diversidade cultural; proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, racismo e intolerância religiosa, e outras formas de discriminação; mulheres e população LGBTI+: acesso a direitos e serviços; promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional; acesso à educação integral, ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade; acesso à saúde integral, lazer e esporte. O Sí, Yo Puedo participou das pré-conferências regionais (organizadas pela Comissão Organizadora) e de duas conferências livres (organizadas por coletivos, organizações ou associações) – uma que reuniu coletivos culturais de imigrantes em São Paulo, e outra da Frente de Mulheres Imigrantes, encabeçada pelo Sí, Yo Puedo e pela Equipe de Base Warmis. Dessas pré-conferências e conferências livres saíram as propostas que foram discutidas e analisadas no evento principal.

No primeiro dia da 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes houve a cerimônia de abertura e a leitura, discussão e aprovação do regimento interno. No segundo dia ocorreram as discussões dos oito grupos de trabalho. Estive no eixo “participação social e protagonismo imigrante na governança imigratória”, que tinha a tarefa de discutir e selecionar 10 propostas, dentre as 21 oriundas das pré-conferências e conferências livres, para serem encaminhadas para a plenária final. No domingo os participantes de todos os grupos de trabalho se reuniram para discutir e aprovar as propostas selecionadas em cada eixo. Ao final, foram aprovadas 78 propostas que deverão guiar as políticas públicas da cidade de São Paulo nos próximos anos.

Como aponta Scherer- Warren (2006, p.111) as conferências são formas de mediação que produzem “a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado”. Além disso, a Conferência permite que um caso de “associativismo local”, como o do Sí, Yo Puedo, se articule, em rede, com outras associações, organizações e coletivos que possuem bandeiras de luta iguais ou similares. A Conferência foi fundamental para refletir sobre a relação de imigrantes com o Estado, e compreender o que eles querem das políticas públicas.

1.2.5. AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE IMIGRANTES BOLIVIANOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS.

Ao longo do trabalho de campo, pude acompanhar algumas manifestações em espaços públicos empreendidas pela comunidade boliviana - ou com a participação dela. As manifestações com que primeiro tive contato foram de cunho cultural. A *Alasitas* (apresentada no início desse capítulo), foi uma dessas. Sobre essas manifestações, vale destacar, que acontecem majoritariamente aos domingos, como destaca Fernandez (2018, p.155)

O dia de folga dos bolivianos é o domingo. De segunda a sábado pouco são vistos pelos bairros estudados, se encontram dentro das oficinas e comércios. Quando avistados estão de passagem ou indo ao atendimento de saúde. Agora, no domingo é diferente: esses e/ou imigrantes tomam o espaço público. Podem ser avistados nas ruas, nas praças, nos parques, nos shoppings e principalmente nas quadras de futebol, gratuitas ou particulares (FERNANDEZ, 2018, p.155)

É importante apontar que esta presença de bolivianos em espaços públicos é mais marcante em bairros da região do Bom Retiro, Pari, Canindé, Brás. É nessa região que está localizada, por exemplo, a Praça Kantuta, importante ponto de sociabilidade de imigrantes na capital paulista, como discutido anteriormente. A Kantuta é um dos principais locais de manifestações culturais dessa comunidade em São Paulo. A quadra da praça, nas tardes de domingo, está sempre ocupada por alguma manifestação cultural. Quando não há atividade cultural, são os campeonatos de futebol que ocupam a quadra.

Vale ressaltar que a presença de bolivianos em pontos turísticos fora das regiões da cidade supracitadas - como a Avenida Paulista ou o Parque do Ibirapuera - não é tão marcante. Sobre isso, um entrevistado disse o seguinte:

Eu creio que o boliviano que vive aqui não busca relacionar-se com o brasileiro. Bolivianos que vivem aqui estão isolados, ilhados nas comunidades deles: no Brás, em Guarulhos, Bom Retiro, Carapicuíba, Vila Maria. Essas são as regiões onde os bolivianos vivem e se relacionam entre eles [...] eles, aqui, se relacionam entre eles, é difícil ver boliviano se relacionando com brasileiro. Boliviano pode se relacionar com peruano, paraguaio, africano ou venezuelano. Muito por causa do idioma, porque nós vivemos um desafio no Brasil, que é o idioma [...] é que na Bolívia a maioria tem vergonha de sua origem porque são discriminados: há muita discriminação na Bolívia. Há o boliviano branco, o moreno e o negro. É difícil entender isso... assim como no Brasil há discriminação, lá também há. O boliviano, ao se relacionar com o brasileiro pensa que vai ser discriminado, porque no Brasil existe muitos brancos. Então eles sentem vergonha, não querem sair da Coimbra, da kantuta, do Brás (MIGUEL, ativista, cuidador de idosos).

Não é objetivo dessa pesquisa adentrar na questão da territorialidade espacial ocupada por esses imigrantes, todavia, vale ressaltar que, assim como o entrevistado

acima, outras pessoas também relataram o perfil reservado, e, muitas vezes, desconfiado, dos bolivianos que vivem no Brasil. Mais do que isso, pude perceber esse perfil dos membros dessa comunidade por meio das observações e conversas que tive em campo. Como apontou uma entrevistada, a desconfiança se justifica quando se pensa no tanto de exploração a que estes imigrantes estão submetidos – principalmente nas oficinas de confecção. É importante salientar que esse perfil reservado, apesar de majoritário, não é compartilhado por todos os bolivianos: durante a pesquisa de campo encontrei pessoas vindas da Bolívia que apresentavam pouca ou nenhuma resistência para bate-papos amigáveis. A dificuldade de integração do boliviano com a comunidade brasileira – destacada pelo entrevistado acima – demanda estudos específicos, entretanto, é possível afirmar que o medo de ser discriminado não é o único fator que determina que esses imigrantes não se desloquem por outras regiões da cidade. Basta ter em mente que o imigrante passa a maior parte da semana trabalhando, e esse trabalho, muitas vezes, não lhe rende dinheiro suficiente para o lazer e a mobilidade na cidade. Entre passar o domingo na Kantuta ou na Avenida Paulista (que aos domingos é aberta aos pedestres e se torna um grande corredor de apresentações artísticas e atividades culturais), estar na kantuta soa mais econômico e seguro para esses imigrantes.

Neste sentido, a Kantuta é um ‘point’ da comunidade boliviana, que compra, come e se diverte na feira. Pude presenciar diversos jogos e campeonatos de futebol de imigrantes bolivianos na Kantuta. O Parque do Tietê (no bairro Bom Retiro) também é bastante utilizado por esses imigrantes para jogos de futebol. Vale salientar que, durante minha estadia em campo não vi mulheres bolivianas desempenhando essa prática esportiva. Mais tarde, por meio de entrevistas, concluí que a estrutura patriarcal da sociedade boliviana acaba por definir o lugar do homem e da mulher na sociedade, e o lugar da mulher, definitivamente não é jogando futebol – o tema da estrutura patriarcal que afeta a posição social da mulher boliviana será discutido mais profundamente no capítulo 2.

Sobre os jogos de futebol, diz Fernandez (2018):

Os jogos no parque, quadras e praças propiciam o fortalecimento das redes existentes e a constituição de novas redes. São momentos de troca de informações sobre ofertas de emprego, regularização da documentação, exploração laboral, dicas de serviços voltados especificamente para a comunidade, além de encontros entre famílias que propiciam futuros vínculos afetivos (FERNANDEZ, 2018, p. 157).

Além dos campeonatos de futebol – organizados pela associação mantenedora da feira da Kantuta -, da barraca de atendimento do coletivo “Sí, Yo Puedo”, pude acompanhar diversas manifestações culturais que ocorreram no ano de 2019 na quadra da praça. Aqui, vale destacar o “3º Festival de Danças Folkóricas”, que reuniu grupos de danças tradicionais como o Taquirari, Chacarera, Bailecito, Caporal, Salay e Tinku. Realizado no dia 27/10/2019, pela associação mantenedora da feira da Kantuta e com apoio do “Coletivo Sí, Yo Puedo”, o festival reuniu milhares de pessoas que torciam animadamente por seus grupos de dança favoritos.



Foto 12: Grupo de dança se apresenta no 3º Festival de Danças Folklóricas, na Kantuta.



Foto 13: Público assiste a apresentação de um grupo de dança no “3º Festival de dança Folkórica”.

Este evento, assim como a Alasita, reforçam a ideia de que as manifestações culturais são importantes ações coletivas empreendidas por organizações da sociedade

civil – que muitas vezes se organizam em rede – no sentido de dar visibilidade para essa comunidade.

Como destaca Fernandez (2018):

Uma maneira encontrada pela comunidade boliviana de romper com os estigmas estabelecidos pela sociedade de “acolhimento” foi apresentar a riqueza cultural de suas tradições, costumes e manifestações de fé. A alegria do e/imigrante que vem trabalhar e consegue realizar seus sonhos em terras estrangeiras é reforçada nas festas devocionais – e não a imagem de trabalhador explorado, pobre, sem capacitação e necessitado (FERNANDEZ, p. 250).

A autora prossegue:

A imagem construída nas festas a partir das manifestações culturais traz visibilidade a uma “bolivianidade” ou “nueva bolivianidad”, ação alinhavada pelos imigrantes que almejam novos vínculos além dos estabelecidos na rede ou nas esferas de trabalho e estudos. Os protagonistas do processo emigratório buscam agora romper com os estigmas negativos, se estabelecer na sociedade de acolhimento, de forma digna e ver sua cultura representada no calendário oficial de eventos da cidade, nos espaços públicos e em eventos não só destinados à comunidade boliviana. É uma estratégia de mudar a imagem atual de “trabalhador explorado” para a de membro de uma “cultura exótica”. (FERNANDEZ p. 277)

1.2.6. AS MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS DE IMIGRANTES BOLIVIANOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS

As mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGS, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de participantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político- pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (SCHERER-WARREN, 2006, p.112)

A mobilização política de imigrantes no Brasil, especificamente em São Paulo, foi abordada por Leão e Demant (2016), em um artigo em que os autores analisam dois episódios de assassinatos de membros desse grupo social. O primeiro caso é o de Zulmira Cardoso, uma estudante angolana que foi morta em um bar no bairro Brás. Na ocasião, um frequentador do bar insultou um grupo de angolanos com os dizeres “macacos que vieram de Angola”, iniciando uma briga. A confusão foi contida com a chegada da Polícia e o grupo do qual o insultador fazia parte deixou o bar. Entretanto, depois de vinte minutos, um homem voltou ao bar e atirou contra os frequentadores. Quatro pessoas foram atingidas pelas balas. Zulmira foi uma delas e morreu no local. O segundo caso envolve o assassinato do menino boliviano Bryan Yanarico Capcha, de 5 anos, no dia 28 de junho de 2013. O garoto, junto com seus pais e um tio, foi feito refém na casa onde

morava, em São Mateus, Zona Leste de São Paulo. Bryan levou um tiro na cabeça por, segundo os familiares, um dos criminosos ter se irritado com seu choro. Os cinco homens, depois do ocorrido, fugiram levando R\$ 4,5 mil que a família guardava em casa. Bryan foi levado ao hospital, mas acabou morrendo.

Leão e Demant (2016) revelam que esses dois trágicos eventos geraram, ao invés de meras manifestações de frustração, uma série de protestos de caráter político. As mobilizações geradas pelos assassinatos, através do incentivo de organizações da sociedade civil, procuraram dar visibilidade a problemas que imigrantes e refugiados lidam diariamente, como o racismo e a xenofobia. Esses dois casos são emblemáticos para se pensar manifestações políticas de imigrantes em São Paulo, sendo que o caso do menino Bryan envolve diretamente a comunidade boliviana, e, nesse sentido, nos interessa amplamente.

O caso Bryan fortaleceu uma discussão que já vinha sendo feita há algum tempo por movimentos sociais: a necessidade de facilitar a abertura de contas bancárias para imigrantes. A dificuldade para conseguir guardar dinheiro em bancos era um fato que fazia com que migrantes mantivessem grande quantidade de dinheiro em suas residências. Criminosos, cientes dessa característica das famílias bolivianas, invadiam as casas na expectativa de furtar as reservas familiares – ao que tudo indica, foi isso que aconteceu no caso do menino Bryan. Segundo Leão e Demant (2016) e alguns dos entrevistados, o caso Bryan acabou motivando o acordo que foi feito entre a Coordenação de Políticas para Imigrantes e a Caixa Econômica Federal para a facilitação de abertura de contas bancárias para imigrantes:

[...] Apesar de não ter sido uma reivindicação direta do movimento, a Coordenação de Políticas para Imigrantes firmou, em outubro de 2013, um acordo com a Caixa Econômica Federal para facilitar a abertura de contas bancárias para imigrantes. A dificuldade de abrir uma conta é uma das características citadas para a ocorrência frequente de assaltos a suas residências, já que muitos deles não têm outra opção a não ser guardar seu dinheiro em casa. Isso já tinha sido assunto de diversas reuniões do CNIg (por exemplo, em maio de 2008 e fevereiro de 2009) e o Banco Central já havia esclarecido que o registro nacional de estrangeiros e a carteira de trabalho e previdência social permitiriam que eles obtivessem os documentos necessários para abrir contas bancárias (carta circular n.3.355, de 1º de dezembro de 2008). Adicionalmente, o próprio CNIg recomendou ao Ministério da Justiça que tomasse ações para garantir que os documentos já emitidos pudessem ser utilizados para exercer direitos, até mesmo o de abertura de contas (resolução recomendada n. 12, de 18 de agosto de 2010). Apesar disso, funcionários da Coordenação de Políticas de Migrantes descrevem que o caso Bryan foi decisivo para que os bancos decidissem pela facilitação de abertura de conta (apenas com a apresentação do protocolo do RNE para migrantes do MERCOSUL e associados), já que tal iniciativa vinha sendo discutida pelos movimentos sociais há bastante tempo sem avanços (LEÃO, DEMANT, 2016, p. 9)

Vale ressaltar que o “Estatuto do Estrangeiro” (Lei 6. 815/ 1980), vigente até o ano de 2017, proibia que estrangeiros exercessem qualquer atividade de cunho político no Brasil. Na concepção de Leão e Demant (2016), esta lei foi, em décadas anteriores, um empecilho para a mobilização política de imigrantes no Brasil. Em novembro de 2017, entrou em vigor a nova Lei da Migração, que passou a garantir – entre outros pontos – o direito de manifestação política aos migrantes internacionais. É nesse cenário que acontecem as duas manifestações políticas que acompanhamos durante a pesquisa de campo: o protesto contra a renúncia do presidente eleito Evo Morales - que gerou uma onda de violência na Bolívia; e a Marcha dos Imigrantes. Em cada uma dessas manifestações, nos esforçamos para observar três momentos: a organização; a execução; e o pós manifestação. Na fase de organização procuramos identificar quais pessoas e instituições/ coletivos estavam por detrás do planejamento do ato; durante a execução de cada ato – ambos na Avenida Paulista – nos interessou ver quais as ações foram adotadas; por fim, através de entrevistas visamos identificar, o que aconteceu depois dos atos – quais foram as avaliações sobre as manifestações.

1.2.6.1. O “Ato em solidariedade ao povo boliviano e contra o golpe”.

As manifestações contra a instabilidade democrática na Bolívia, tiveram origem com a renúncia do presidente eleito Evo Morales. As eleições gerais da Bolívia de 2019 foram realizadas em 20 de outubro. No Brasil, mais de 45 mil estavam aptos a votar – 36 mil na capital paulista – nos diversos locais de votação, como o IFSP, localizado em frente à Kantuta. Evo Morales e seu vice, Álvaro Garcia Linera, venceram o pleito, todavia, houve, por parte da oposição e de organismos internacionais, denúncias de fraude na apuração. Tal fato levou a uma onda de protestos que acabou culminando com a renúncia de Evo Morales e seu vice. Uma onda de violência tomou conta do país e diversos manifestantes foram feridos ou mortos em confrontos com a polícia e o exército.

No Brasil, membros de coletivos como o “Sí, Yo Puedo” e da “Equipe de Base Warmis”, se uniram para a formação do “Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Boliviano e Contra o Golpe”. Por meio de reuniões que aconteceram no Al Jannah – importante espaço político e cultural de imigrantes e refugiados em São Paulo – ativistas e representantes de diversas organizações sociais (não somente de imigrantes) decidiram pela realização do “Ato em Solidariedade ao povo boliviano e contra o golpe”, na Avenida

Paulista, no dia 17 de novembro. É importante destacar que o período entre a criação do Comitê e a realização da manifestação foi muito curto: as lideranças bolivianas que estavam no Comitê eram unânimes ao dizer sobre a urgência de mostrar ao povo brasileiro a gravidade da situação que a Bolívia estava vivenciando.

O manifesto, escrito pelo Comitê e entregue para os presentes no dia da manifestação, dizia:

Um golpe organizado pela extrema direita, com apoio do imperialismo norte-americano, está em curso na Bolívia. A ofensiva do exército, da polícia, e de bandos fascistas forçou a renúncia do presidente eleito Evo Morales e agora reprimem a população que defende a manutenção da legalidade e da constituição. Desde o Brasil, somos solidários à luta do povo trabalhador boliviano contra esse golpe. Não reconhecemos como presidente da Bolívia a autoproclamada Jeanine Áñez, uma fraude, assim como Juan Guaidó, o autoproclamado presidente da Venezuela [...] Assim surge o “Comitê Brasileiro de Solidariedade ao povo Boliviano contra o golpe de Estado”. Em primeiro lugar, denunciamos os objetivos reacionários desse golpe da direita boliviana, em aliança com o imperialismo norte-americano, e as ações bárbaras organizadas pela extrema direita no país. Buscaremos dialogar com os trabalhadores brasileiros sobre a necessidade de barrar esse golpe na Bolívia como parte da luta para derrotar os ataques da própria burguesia brasileira e do odioso governo Bolsonaro, que também está alinhado com o imperialismo americano, e é um dos apoiadores desse golpe na Bolívia. Conclamamos a todas as organizações progressistas e democráticas a se somarem em defesa da luta do povo boliviano e se opor ao golpe em curso (MANIFESTO – Comitê brasileiro de solidariedade ao povo boliviano e contra o golpe, 2019).



Figura 2: Cartaz de divulgação para o “Ato em defesa da democracia e dos povos originários da América Latina”

No dia 17 de novembro, a preparação para a Marcha aconteceu na Praça do Ciclista, na extremidade da Avenida Paulista. Quando cheguei lá, cerca de dez pessoas confeccionavam cartazes que seriam levantados na Marcha. Na estátua de Francisco de

Miranda (venezuelano precursor da Independência da América Espanhola) estava pendurada em uma faixa com os dizeres “abajo el golpe”. Na parte superior da entrada do túnel da Avenida Paulista havia uma bandeira pendurada, a Whipala. A Whipala foi reconhecida pela constituição de 2009 como símbolo oficial do Estado Boliviano. Composta por sete cores (vermelho, laranja, amarelo, branco, verde, azul e violeta), a bandeira representa a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas e passou a ter o mesmo status da bandeira verde, amarela e vermelha. A Whipala é símbolo do Estado Plurinacional que, por meio da Constituição de 2009, passou a reconhecer todos os povos originários existentes no país. Após a renúncia de Evo Morales, a Whipala passou a ser retirada de prédios oficiais e queimada, tendo em vista que um setor da oposição acredita que ela é um símbolo ligado à Morales e, nesse sentido, deve ser erradicada.

Segundo diversos relatos de participantes do ato, o desprezo do governo interino e de parte da oposição em relação à Whiplala foi a gota d’água para explodir a revolta popular na Bolívia. Na concepção dessas pessoas, todo o processo que vinha acontecendo – desde os protestos que forçaram a renúncia e exílio de Evo até a queima da Whiplala – representava o desprezo de uma classe média e elite, majoritariamente branca, para com a população indígena e pobre – maior grupo social do país.



Foto 14: Manifestantes na Avenida Paulista. Na imagem é possível ver diversas Whipalas, assim como bandeiras tricolores da Bolívia.

Na data da manifestação ocorreu, também, na Avenida Paulista, um ato da direita brasileira a favor do presidente Jair Bolsonaro e contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Tal fato gerou certa preocupação entre os organizadores da marcha dos

bolivianos e fez com que o percurso do ato fosse repensado para evitar conflitos. Ficou decidido, em acordo com a Polícia Militar, que os manifestantes da direita – que usualmente fazem seus protestos na frentes da FIESP – ficariam com o trecho da Paulista que vai do MASP em direção à Vila Mariana; os bolivianos, por sua vez, fariam sua manifestação no trecho da Paulista que vai do MASP rumo à Rua da Consolação. Quando cheguei no MASP – ponto de concentração do ato me surpreendi com a quantidade de bolivianos ali presentes. Esse número aumentou muito até as 15 horas, quando a passeata foi iniciada. Eram milhares de bolivianos que seguravam cartazes e gritavam palavras de ordem como “la Whipala se respeta”.

Eu estava presenciando um momento histórico para a comunidade boliviana em São Paulo. A Paulista – lugar que usualmente não é frequentado por essa comunidade – estava lotada de bolivianos que faziam algo que não é comum para essa população: protestar. Dentre os manifestantes haviam aqueles que defendiam Evo Morales e, por isso acreditavam que ele estava sendo injustiçado; e aqueles que eram críticos à Evo Morales – principalmente pelo fato de ele ter ficado quase quatorze anos no poder -, mas que eram contrários à forma violenta como tudo estava se desenrolando na Bolívia. Esses últimos manifestantes levantavam mais uma bandeira de “paz na Bolívia”. De qualquer modo, todos marcharam juntos e de forma bastante entusiasmada do MASP até próximo da Rua da Consolação.



Foto 15: Manifestantes em ato na Avenida Paulista.



Foto 16: “Ato em defesa da democracia e dos povos originários da América Latina” visto de cima de um prédio.

A manifestação, que estava prevista para terminar às 16 horas, teve seu fim às 18 horas, devido ao entusiasmo dos manifestantes que não paravam de expressar sua indignação em relação ao que vinha acontecendo na Bolívia. Uma população que geralmente é invisibilizada em São Paulo estava ocupando a principal avenida da cidade. E por isso, eles gritavam, dançavam e percebiam que, pelo menos naquele momento, na maior cidade da América do Sul, eles estavam sendo vistos e ouvidos. Quer dizer, apesar de o objetivo do ato ser o de conscientizar os brasileiros sobre a instabilidade democrática que a Bolívia vinha vivenciando, a manifestação também teve – e isso provavelmente sem querer, pois os organizadores não esperavam aquela quantidade de gente – um papel de visibilizar a comunidade boliviana em São Paulo. Muitos brasileiros olhavam com curiosidade, tiravam fotos e perguntavam sobre o que era o ato.

Após o término, em uma conversa em um bar com alguns dos organizadores, ficou claro a surpresa e satisfação que a manifestação os tinha proporcionado. Mais que isso, segundo eles, aquela grande mobilização trazia o desafio de o que fazer dali para frente. Como proceder para que o movimento não perdesse força? Um segundo ato foi realizado no dia 24 de novembro, com um público menor – em grande medida por causa do clima chuvoso. Depois disso, o “Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Boliviano e Contra o Golpe” seguiu realizando reuniões semanais e eventos (rodas de conversa, festas) em lugares privados.

1.2.6.2. A 13ª Marcha dos Imigrantes e Refugiados

A segunda manifestação política de imigrantes em espaço público que acompanhamos foi a “13ª Marcha dos Imigrantes e Refugiados - Para igualdade e dignidade não existem fronteiras: livres com direitos em qualquer lugar do mundo, que aconteceu no dia 1º de dezembro de 2019, como parte das mobilizações do Dia Internacional das Pessoas Migrantes e Refugiadas – data criada pelas Nações Unidas para refletir sobre os direitos dessa população em todo o mundo -, comemorado no dia 18 de dezembro. A Marcha, em São Paulo, é liderada pelo CAMI (Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante), e foi na sede dessa instituição que as reuniões de preparação foram realizadas. A grande maioria de pessoas presentes nas reuniões preparatórias eram imigrantes e refugiados oriundos de países da América Latina e África. Havia, ainda, refugiados vindos da Ásia – principalmente da Síria -, representantes de organizações – como a OAB -, e alguns acadêmicos. O CAMI procurou reunir e empoderar imigrantes e refugiados nas reuniões, para que esses sujeitos articulassem a participação de suas comunidades/ grupos/ coletivos na Marcha. As reuniões aconteceram sempre em tardes de sábados e reuniram várias pessoas, muitas delas bolivianas. Nessas reuniões, me chamou atenção a fala de um dos membros da Comissão Organizadora da Marcha: “aqui não temos nacionalidade”. Essa mesma pessoa, ao se apresentar, disse que era “habitante do planeta terra” – ao invés de dizer sua nacionalidade, como os demais participantes haviam feito. Na verdade, mais tarde percebi que a ideia de um mundo sem fronteiras era bastante difundida naquele meio - apesar de muitos presentes reconhecerem se tratar de um ideal utópico. A cidadania universal foi uma das 15 bandeiras de luta escolhidas nas reuniões preparatórias para nortear a Marcha. As bandeiras de luta foram:

- 1) Pelo protagonismo e garantia de direitos para os imigrantes e refugiados no mundo;
- 2) Contra a cultura do ódio, discriminação e xenofobia;
- 3) Pela revogação da Portaria 770 do Ministério da Justiça, pelo fim das deportações e repatriações
- 4) Pelo direito de ampla defesa nas medidas de expulsão e extradição;
- 5) Pelo fim do trabalho escravo;
- 6) Pelo direito de votar e ser votado;
- 7) Pela anistia ampla e irrestrita a todos os indocumentados;
- 8) Por um ensino que respeite a diversidade cultural, reconhecimento e validação dos diplomas;
- 9) Pela implementação de políticas públicas para imigrantes e refugiados;
- 10) Por um atendimento mais humanizado nos serviços públicos: educação, saúde, assistência social, acesso à Justiça e moradia de qualidade;
- 11) Pela capacitação e sensibilização dos agentes e órgãos públicos;
- 12) Contra as multas e taxas abusivas para se regularizar;
- 13) Respeito à participação popular, de forma democrática, na regulamentação da Lei de Migração;
- 14) Pela implementação de políticas públicas que facilitem o acesso ao microcrédito;
- 15) Por uma cidadania universal.

Percebe-se que as bandeiras de lutas foram bem amplas e diversas, assim como o público da Marcha. Pessoas de diversos países – principalmente da América Latina e África. Na Avenida Paulista, deu para notar que as pessoas de cada nacionalidade tendiam a ficar agrupadas com as pessoas de sua própria nacionalidade. Assim sendo, era fácil identificar o grupo de bolivianos ou de chilenos, por exemplo. Havia, ainda, grupos compostos por várias nacionalidades, como o das mulheres imigrantes. A Marcha dos Imigrantes e Refugiados é realizada desde 2011 em São Paulo. Inicialmente ela ocorria na região da Praça da Sé. Todavia, com o intuito de dar maior visibilidade ao ato, em 2016 a manifestação passou a ocorrer na Avenida Paulista – emblemático ponto de protestos em São Paulo. Na Paulista, segundo os organizadores, o ato passou a dialogar com um número maior de brasileiros, tendo em vista que a Praça da Sé não possui tanto movimento nos domingos.



Figura 3: Cartaz de divulgação da *Marcha dos imigrantes e Refugiados*.



Foto 17: 13ª Marcha do Imigrantes, na Avenida Paulista

2. O PROTAGONISMO IMIGRANTE

No primeiro capítulo, vimos algumas estratégias de ação coletiva que imigrantes bolivianos adotam com o intuito de mudar a realidade social de sua comunidade e de chamar atenção das esferas pública e privada para seus problemas e demandas. Essas ações partem de organizações sociais (coletivos, associações, ONGs), como o “Sí, Yo Puedo!” – um caso de associativismo local de imigrantes bolivianos. Este coletivo, como mostrado no capítulo 1, investe em ações na área educacional (aulas de Língua Portuguesa, de Empreendedorismo e de preparação para o vestibulinho das Escolas Técnicas Estaduais – ETEC). Ainda, o “Sí, Yo Puedo”, desenvolve e apoia ações culturais e presta informações (oportunidades educacionais e culturais) presencialmente – na barraca construída na feira da kantuta – e pela internet - por meio de sites de redes sociais (Facebook e Instagram). Essas são, pode-se dizer, as ações que o coletivo realiza em nível local, ou seja, são ações executadas pelos seus voluntários, sem a participação direta de grupos externos. Entretanto, há situações em que o coletivo precisa se articular com outras organizações para executar suas ações. Nesse sentido, o processo de organização e desenvolvimento da “2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes” mostrou algumas articulações inter- organizacionais e, ainda, elucidou uma forma de relação que o “Sí, Yo Puedo”, e outras organizações sociais, estabelecem com o Estado. A articulação com outras organizações da sociedade civil também levou ao desenvolvimento de manifestações culturais - como o “3º Festival de Danças Folkóricas” – e políticas – o “Ato em solidariedade ao povo boliviano e contra o golpe”, por exemplo.

Todo esse percurso em campo, narrado no primeiro capítulo, em suma, elucidou estratégias de ações coletivas e formas de organização de um grupo de imigrantes bolivianos na capital paulista. No segundo capítulo visamos, em um primeiro momento, refletir sobre quem são os imigrantes bolivianos que, de alguma maneira, participam ou articulam ações coletivas, como as apresentadas no primeiro capítulo.

2.1. O ATIVISTA BOLIVIANO EM SÃO PAULO

Ser ativista, na visão dos entrevistados, demanda tempo e dinheiro, coisa que a maior parte dos membros da comunidade boliviana que vive em São Paulo não possui. Tal constatação leva a uma questão: quem é o ativista boliviano que atua na capital paulista? É essa pergunta que procuramos responder aqui, através das observações em campo, mas, principalmente, por meio de entrevistas. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2019 e primeiro de 2020, com pessoas que fui tomando contato por meio da estadia em campo. Os nomes dos entrevistados foram alterados para manter a privacidade deles. De modo geral, são bolivianos e ativistas que, na maioria das vezes, se organizam em coletivos. Se queremos entender a gramática das ações coletivas empreendidas por bolivianos é fundamental que saibamos quem é o imigrante que faz essas ações. Conhecer esse imigrante, na verdade, ajuda a contextualizar o fenômeno estudado em suas dimensões social, política e econômica mais amplas.

2.1.1. MORAR, TRABALHAR E SER ATIVISTA EM SÃO PAULO

Habitação e trabalho, aponta Sayad (1998), são questões que estão interligadas e “definem a condição do imigrante”. Ter um endereço fixo é fundamental para se obter um emprego, mas, sem um emprego torna-se impossível manter uma habitação. Neste sentido, aponta Sayad:

Mais do que em qualquer outra circunstância, trabalho e habitação estão, no caso dos trabalhadores imigrantes, numa estreita relação de mútua dependência. Constituem não só as duas dimensões que estruturam toda a sua existência – isso também é verdade com relação às condições de existência das classes populares – mas, mais do que isso, os dois elementos que definem o estatuto do imigrante: o imigrante só tem “existência” (oficial) na medida em que possui uma habitação e um empregador (SAYAD, 1998, p.74).

Imigrantes que chegam da Bolívia são, como mostrado no capítulo 1, em sua maioria, jovens, solteiros, que migram por questão de trabalho (migração laboral). Como apontado por Silva (1997), existem redes de conhecimento e parentesco que articulam a vinda do imigrante para São Paulo e a estadia dele na cidade. Esse tipo de rede não é exclusivo da migração boliviana, todavia, claramente, cada rede migratória guarda suas especificidades. Nesta perspectiva, Truzzi (2008), aponta que as redes de relações sociais

são fundamentais para estabelecer as relações entre demandas e ofertas de mão-de-obra em processos migratórios:

Passada a fase de deslocamento dos pioneiros, qualquer processo migratório de massa sempre tende a associar demandas e ofertas de mão-de-obra. O conceito de redes enfatiza que essas duas esferas entram em contato e se concretizam no interior de uma trama de relações pessoais, através das quais fluem as informações sobre trabalho disponível. São as relações pessoais que determinam quem partirá e tomará tal trabalho. A informação não é concebida como um bem livre: os indivíduos compartilham e dispõem de informações limitadas, sempre dependentes de sua rede de relações. Nessa perspectiva, são, portanto, as redes de relações sociais que estruturam oportunidades tanto de partir como de se colocar no novo país (TRUZZI. 2008, p. 210)

No período de integração na sociedade receptora, os vínculos comunitários (redes) continuam sendo importantes na vida do imigrante. O boliviano, de um modo geral, chega em São Paulo com emprego – nas oficinas de confecção, na grande maioria das vezes -, moradia – que é na própria oficina – e alimentação – fornecida pelo dono da confecção. Não é novidade que o trabalho e moradia do imigrante boliviano são, em muitos casos, precários, porém, Cymbalista e Xavier (2007, p.124) apontam que essas pessoas, por causa das redes de relações sociais – que muitas vezes envolvem parentes e/ou amigos - têm ideia das condições a que estarão submetidas em São Paulo. Esta constatação fica clara no trecho da entrevista que será reproduzido abaixo. O entrevistado, Miguel, que teve sua vinda para cá articulada por um amigo, relata que sabia das condições de trabalho e moradia que encontraria em São Paulo:

Eu vim para o Brasil no ano de 2014, no começo da Copa [do Mundo]. Eu vim para ficar, porque na Bolívia eu estava sem trabalho, e aqui eu tinha um amigo que me recomendou para vir para cá tentar a sorte. Vim com pouco dinheiro, quase nada, e uma mão na frente e outra atrás, com a maletinha de roupas, e pronto. Quando cheguei aqui, como você sabe, existem as oficinas de costura, que escravizam o boliviano, gerenciadas por bolivianos que trazem pessoas da Bolívia para explorá-los. A única coisa boa desses lugares é que você tem onde ficar: tem cama, tem teto, tem trabalho. Ganha uma miséria, mas pelo menos está lá dentro. Está trabalhando de manhã, tarde e noite, mas, ao menos tem onde dormir e o que comer. A diferença é que você vem trabalhar, vem buscar sua vida, mas não tem dinheiro para pagar um aluguel, e muito menos tem condições de encontrar em trabalho, entendeu? Então, isso [o trabalho em uma oficina de confecção em São Paulo] foi um auto sacrifício. Eu sabia que eu ia chegar nesse lugar, eu escolhi [...] eu comecei a trabalhar de ajudante de costura, trabalhar das sete da manhã às sete da noite, ganhava 500 reais mensais. Essa foi a maneira que fiz para começar. Não falava nada de português, trabalhei três meses nessas condições, porque eu quis, porque não tinha outra opção (MIGUEL, ativista, cuidador de isodos).

Miguel, logo no começo de sua fala, deixa claro que veio para o Brasil com o desejo de permanecer. Tendo isso em mente, ele utilizou o setor da confecção como um ponto pé inicial enquanto procurava outro emprego que lhe oferecesse melhores condições. Ele, todavia, aponta que se vê como uma exceção dentre os imigrantes bolivianos de primeira geração, exatamente pelo fato de não ter o desejo de retornar para a Bolívia e, por esta razão, procurar formas de integração na sociedade brasileira. Boliviano e homossexual, Miguel diz: “eu vim da Bolívia, um país mais atrasado, e estar aqui [em São Paulo] é como viajar uns vinte anos no futuro para quem é do mundo LGBT”. Quer dizer, ele se sente mais à vontade para exercer sua sexualidade aqui do que em seu país de origem, e isso o motiva a procurar formas de ficar permanentemente no Brasil. Ele via o trabalho na confecção como um empecilho para o seu desenvolvimento pessoal e, por isso, procurou investir em sua formação profissional:

Nesses quase seis anos que estou aqui fiz vários cursos: de modelagem de costura, no SENAI, de graça; de barbeiro, também gratuito. Depois de permanecer três meses na oficina de confecção, trabalhei em uma fábrica de perucas, aqui na Sé. A fábrica era de brasileiros, eu era o único migrante. Eu trabalhava registrado, de segunda a sexta, ganhando meu salário como costureiro de perucas. Fiquei quatro anos e meio nesse trabalho. Depois disso, comecei a fazer um curso de auxiliar de enfermagem e, atualmente, estou trabalhando como cuidador de idosos, por meio de um projeto para a população trans e de vulnerabilidade em São Paulo, chamado “transcuidadores” (MIGUEL, ativista, cuidador de idosos)

Além de trabalhar como cuidador de idosos, Miguel é ativista da causa migrante e LGBTQ+, e faz performances, como *drag queen*, vestido de *chola* – mulheres tidas como símbolo da Bolívia indígena e que se caracterizam por vestir saias do tipo *pollera*, ponchos coloridos, chapéus-coco e joias – em eventos privados e públicos, como a Marcha dos Imigrantes e Refugiados – local onde o conhecemos. Ele acredita que sua história se diferencia da de outros bolivianos que vivem em São Paulo, na medida em que: “o imigrante boliviano busca apenas trabalhar, trabalhar, trabalhar na costura por quinze ou vinte anos sentado na mesma máquina e voltar para a Bolívia, ter um negócio, construir sua casa, e pronto, acabou” (MIGUEL, ativista, cuidador de idosos). Pucci e Vêras (2019) caminham nesta mesma direção ao apontar que boa parte dos bolivianos que migram para São Paulo vem para trabalhar, juntar dinheiro e aplicar em algum negócio futuro, que, na grande maioria das vezes, é na Bolívia. Estes autores argumentam que para o imigrante de primeira geração a ideia do retorno ao seu país de origem está

sempre presente, mesmo que com o passar do tempo o projeto desse imigrante seja reformulado e ele acabe por permanecer no Brasil de forma definitiva:

A “ilusão provisória” faz com que ele [o imigrante de primeira geração] não queira assumir um compromisso de longo prazo, como a aquisição de uma casa própria [...] a ideia de adquirir uma casa própria vai se arrastando, pois representaria um enraizamento que é ambíguo, desejado e indesejado ao mesmo tempo (Pucci e Vêras, 2019, p. 617).

Tendo isso em mente, a constatação de Sayad (1998) de que a habitação do imigrante é degradante e provisória faz sentido quando aplicada ao caso de bolivianos em São Paulo, pelo menos aos de primeira geração:

Residente provisório por definição, o imigrante só deve ser alojado provisoriamente; trabalhador pobre, só deve ser alojado pobremente. Entretanto, posto que o caráter provisório do imigrante e de sua imigração não passa de uma ilusão coletivamente mantida, ele permite a todos que se sintam contentes com a habitação precária, degradada e degradante, que se atribui ao imigrante. Isso mostra a que ponto a dissimulação (*i.e.*, a ilusão do provisório) que se encontra no próprio princípio da perpetuação da imigração é, aqui, necessária. E quando a imigração deixa, de fato, de ser provisória enquanto a habitação continua sendo esta, é a ilusão do provisório que permite mascarar o paradoxo de uma habitação para sempre provisória (SAYAD, 1998, p. 78).

Recorrendo, mais uma vez a Sayad (1998), não é exagero afirmar que a condição do imigrante é definida por uma contradição fundamental entre provisoriedade e permanência definitiva. Embora permaneça de forma definitiva no país receptor, essa condição de permanência não é assumida:

Oscilando, segundo as circunstâncias, entre o estado provisório que a [a imigração] define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato, a situação do imigrante se presta, não sem alguma ambiguidade, a uma dupla interpretação: ora como que para não confessar a si mesmo a forma quase definitiva com que frequência cada vez maior a imigração reveste, apenas se leva em conta na qualidade de imigrante o seu caráter eminentemente provisório (de direito); ora, ao contrário, como se fosse preciso desmentir a definição oficial do estado de imigrante como estado provisório, insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se “instalar” de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes. Por se encontrar divididas entre essas duas representações contraditórias que procura contradizer, tudo acontece como se a imigração necessitasse, para poder se perpetuar e se reproduzir, ignorar a si mesma (ou fazer de conta que se ignora) e ser ignorada enquanto provisória e, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo. Da mesma forma como se impõe a todos – aos imigrantes, é claro, mas também à sociedade que os recebe, bem como à sociedade da qual provém -, essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da própria condição do imigrante, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que

é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse “provisório” possa durar indefinitivamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse definitivo jamais seja enunciado como tal (SAYAD, 1998, p. 46)

Todavia, Pucci e Vêras (2019) concluem que essa lógica da “ilusão provisória” é desfeita quando imigrantes de primeira geração - para quem a ideia do retorno está sempre presente – passam a projetar um futuro mais estável para seus filhos (imigrantes de segunda geração). Esta perspectiva de um futuro mais estável se solidifica por meio da intenção de que seus filhos tenham acesso à casa própria, que é sinônimo de fixação e de enraizamento.

A “ilusão provisória”, neste sentido, é um empecilho para que imigrantes de primeira geração se engajem politicamente e socialmente, tendo em vista que eles acabam evitando assumir compromissos de longo prazo - entretanto, há exceções, como o caso de Miguel, apresentado acima. Soma-se a isso, como alguns entrevistados apontaram, o fato de que o imigrante tem pouca experiência em participação política e/ ou advém de sistemas pouco participativos. Imigrantes ativistas de primeira geração, nesse sentido, geralmente já possuíam alguma habilidade pessoal para a participação política. Para imigrantes de gerações subsequentes (que vieram para o Brasil quando eram crianças ou jovens) a ideia de retorno para a Bolívia é pequena ou inexistente, levando em conta que eles tendem a ter uma integração maior na sociedade brasileira, quando comparados a seus pais.

2.1.2. A TRAJETÓRIA DE UMA ATIVISTA

O caso de Paloma, que veio para o Brasil ainda pequena, é interessante para elucidar a trajetória de uma ativista – uma trajetória que, diferentemente de imigrantes de primeira geração, foi quase que totalmente construída em São Paulo, apesar da proximidade que ela mantém com a cultura da Bolívia. Como é de praxe entre imigrantes recém chegados, seus primeiros momentos estiveram ligados às oficinas de confecção:

Eu cheguei no Brasil em 1989, vim para cá pequena, com meus pais. Quem estava migrando, naquela época era minha mãe, meu pai, eu e minhas duas irmãs. Como eu cheguei muito pequena, eu não cheguei a trabalhar, de cara, na oficina de costura com meus pais. Quem começou a trabalhar mesmo foi minhas irmãs. Eu era criança, ficava pelos cantos [na oficina]. Às vezes, ajudava em alguma coisa, mas eram coisas leves. Já com minhas irmãs a coisa foi bem diferente. Por exemplo, a mais velha, que chegou aqui com 15 anos, quando ela chegou faltava um ano

para ela terminar o ensino médio na Bolívia. Ela não tinha os requisitos para voltar a estudar, não tinha o RG brasileiro, não tinha algumas coisas que se exigia para voltar a estudar. No meu caso, eu até voltei a estudar no ensino fundamental, só que quando eu consegui, logo em seguida veio uma normativa que pedia que os alunos estivessem em situação migratória regular, e minha família não estava. Parei de estudar por um ano, até minha família voltar para a Bolívia, regularizar a situação e, aí sim, eu poder voltar a estudar (PALOMA, ativista, funcionária pública)

Neste trecho, fica evidente as dificuldades geradas pela situação documental irregular vivenciada pela família de Paloma – característica comum a muitos dos bolivianos que migram para o Brasil. Neste sentido, nunca é demais apontar que a maior dificuldade do boliviano que vem para o Brasil não está nas fronteiras geográficas, que são pouco fiscalizadas – mais recentemente, o acordo sobre Documentos de Viagem dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados (CMC nº 18/08) permite que pessoas moradoras desses países transitem entre os Estados que fazem parte ou são associados ao MERCOSUL, para tanto, basta portar um documento de identificação com foto -, o maior problema é a questão da regularização documental em território brasileiro – um processo demorado, burocrático e caro. A família de Paloma conseguiu se regularizar e isso permitiu que ela voltasse a estudar, entretanto, ela não concluiu o Ensino Médio:

Antes de completar dezoito anos eu fui morar com o pai da minha filha. Eu não terminei o ensino médio. [...] Eu optei por construir minha família, mas não deu certo. Com seis ou sete anos de relacionamento eu me vi em uma situação muito ruim, onde eu percebi que o que estava vivendo estava muito errado. Eu morava com o pai da minha filha e não mantinha relação direta com meus pais. Eu sofria agressões verbais e até físicas, mas eu não conseguia perceber que a situação estava errada. Eu achava que ele era meu marido e estava tudo bem. Até o momento em que percebi que essa pessoa [o ex-marido] queria, além de tudo, me manter em uma relação extraconjugal. Eu me lembro, quando eu era criança eu via isso: os homens [da oficina de confecção] saíam com outras mulheres. E a mulher aceitava porque não tinha certeza ou “o que vão dizer as outras pessoas” ou porque a culpa é da mulher. Aí eu falei: não! [...] Acho que na cabeça dele ele pensava que como homem boliviano ele ia me pegar, levar para minha mãe e dizer “olha, sua filha não cumpre com tal função; ela não presta” ... Como sempre botar a culpa na mulher. E ele pensava que minha mãe ia falar para mim “olha filha, porque você está me trazendo esses problemas, você deveria tentar resolver seus problemas com seu marido na sua casa. Era isso que a maioria das mulheres bolivianas faziam. Digamos que os pais têm vergonha do que a comunidade vai pensar [...]. Mas minha mãe foi totalmente feminista. Ela disse para ele: “você vai embora agora, sozinho”. “Vai embora, vai viver sua vida”. [...] Na mente do homem boliviano, a mulher tem que ser a dona de casa, a cozinheira da oficina

de costura, tem que ser a faxineira da oficina de costura dele e não ganhar nada por isso, enquanto o homem administra a oficina – e tanto faz se o negócio dele tem lucro ou não, se dá lucro ou não. E era, mais ou menos, o que acontecia com meus pais também. Então, foi o fim de um relacionamento, mas um começo para mim (PALOMA, ativista, funcionária pública).

Paloma mostra algo que praticamente todos os entrevistados relataram: o machismo da sociedade boliviana e o quanto isso afetou ou afeta a vida deles. Depois do término do relacionamento, Paloma voltou a morar com sua mãe e começou a trabalhar como comerciante informal na “feirinha da madrugada”, no bairro Brás:

Eu trabalhava todos os dias e gostava. Eu sempre gostei de comércio. Eu cheguei a comprar um ponto comercial, já tinha minha barraca na feirinha da madrugada. Já ia com a tendência de ficar no comércio mesmo. Só não tinha uma oficina de costura porque quando fui morar com o pai da minha filha eu abri minha primeira oficina de costura e eu não queria voltar a isso. Porque na minha cabeça, eu precisava de um homem para gerenciar uma oficina de costura, e é difícil mudar isso. Eu ainda tinha coisas presas dentro de mim. [...] Eu gosto de comércio, só que eu tinha uma cobrança de educação: de continuar meus estudos, de me formar em alguma coisa, porque eu não tinha o ensino médio completo. Aí, teve um dia que eu estava saindo da feirinha e acabei parando na frente da minha escola, a escola em que estudei. Eu não pensei, em nenhum momento, em parar lá [não foi algo proposital]. Na frente da escola havia uma placa escrito ‘EJA – inscrições’, bem grande. Aí fui perguntar na secretaria e quem estava atendendo era um professor antigo de Educação Física – que não chegou a dar aula para mim, mas eu o conhecia. Já havia uns oito ou nove anos que eu havia abandonado a escola. Eu perguntei sobre as inscrições, ele olhou para mim, e acho que me reconheceu. Ele pegou meu nome, pegou meu prontuário e disse “assine aqui”, e eu assinei. E me disse: “você está inscrita e suas aulas começam na próxima semana”. [...] Aí eu voltei para casa toda envergonhada e falei para minha família: “vou voltar a estudar” (PALOMA, ativista, funcionária pública).

No EJA, Paloma conta que conheceu uma amiga que a influenciou a prestar o vestibulinho da ETE (Escola Técnica Estadual), atual ETEC. Paloma já havia prestado este vestibulinho outras vezes – quando era adolescente – mas não havia passado na prova. Desta vez foi diferente: Paloma foi aprovada para cursar o curso Técnico em Contabilidade. Já na ETE, conheceu uma amiga que a estimulou a prestar o ENEM e concursos públicos. A nota que ela obteve no Exame Nacional do Ensino Médio lhe garantiu uma bolsa PROUNI em Ciências Contábeis em uma faculdade particular. Nesse período, ela começou a trabalhar na Caixa Econômica Federal oferecendo crédito e abertura de conta corrente para a comunidade boliviana, principalmente na feirinha da madrugada – esse trabalho se deu no contexto pós manifestações pela morte do menino

Bryan Capcha, narrada no primeiro capítulo dessa dissertação. Paloma confessa que sua família também foi vítima de criminosos que se aproveitavam do fato de bolivianos guardarem suas economias em casa por não poderem ter conta corrente. Nesse período em que cursava sua graduação em Ciências Contábeis, Paloma, também prestou um concurso público, foi aprovada e atualmente é funcionária pública federal. Foi a estabilidade financeira gerada por esse emprego e a reorganização de sua vida que permitiu que Paloma se envolvesse com o coletivo de imigrantes do qual faz parte atualmente:

Hoje eu me reconheço como uma trabalhadora da área da educação. E foi assim que eu comecei a trabalhar no coletivo que hoje faço parte. Até minha graduação, eu, desesperadamente, queria retomar minha vida, queria ter uma estrutura financeira digna. Antes eu não tinha condições de oferecer uma ajuda - ajuda que eu precisava, na realidade. Mesmo agora, às vezes, fico pensando que eu preciso de muita ajuda. Mas eu tenho condição de ir atrás, já. Antes eu não tinha condição nenhuma. [...] Eu precisei ter uma estrutura mínima possível para me engajar. Eu não me senti preparada para participar de coletivo até eu sentir que eu estava com condições. Não só financeira, mas de eu ter uma formação para isso. Não especificamente para educar, mas de eu estar formada, de eu ter conquistado alguma coisa, porque, para mim, o contrário disso era fracasso. [...] por isso que eu falo que cada imigrante que chega aqui no Brasil tem seu pé. Se eu falar para a pessoa “faz isso e aquilo e aquilo” ... eu não sei as condições que ela tem para fazer, para colher essas oportunidades, porque ela pode não ter onde morar, ou pode estar em um relacionamento abusivo, ou pode não ter conhecimento. [...] Como você vai se engajar se você está procurando a subsistência? Mesmo no caso do coletivo do qual faço parte, a gente não consegue apoiar o imigrante a se engajar, A gente teria que ter recursos para isso, e a gente não tem. E outras organizações fazem isso? Eu acho que não (PALOMA, ativista, funcionária pública).

No Brasil desde 1989, Paloma reconhece que só foi possível vir a ser uma ativista por causa da estabilidade pessoal e financeira que passou a vivenciar depois de 2014. Atualmente, ela se divide entre o trabalho como funcionária pública – de onde obtém sua renda – e a atuação voluntária no coletivo do qual faz parte. Paloma não se diferencia, nesse aspecto, de outros entrevistados que se dividem entre o ativismo e o trabalho. Na verdade, a estabilidade financeira gerada pelo emprego permite que esses imigrantes se dediquem a alguma causa. Como aponta Gohn (1997, p.340), nos anos 60, 70 e 80 o engajamento em causas coletivas demandava grande disponibilidade de tempo, representando um “quase total despojamento dos desejos e vontades pessoais e uma entrega quase completa às causas que eram definidas e estruturadas para os movimentos”. Na contemporaneidade, ao menos no caso do movimento social de imigrante, é possível

afirmar que ativistas bolivianos, de modo geral, não vivem apenas do ativismo. Eles trabalham em empregos que lhes garantem renda e, conseqüentemente, propiciam certa estabilidade – esses empregos, geralmente, não estão ligados diretamente ao ativismo desses imigrantes, todavia, em alguns casos, eles procuram, na medida do possível, exercer seus ativismos nos lugares em que trabalham.

Vale destacar, como apontado pelos entrevistados, que os imigrantes que se engajam em causas sociais e políticas não trabalham no setor da confecção, tendo em vista que, como dito anteriormente, os trabalhadores dessa área, usualmente, têm pouco tempo livre e guardam o desejo de retornar à Bolívia, o que faz com que evitem adquirir compromissos que os fixem no Brasil. O desejo de retorno à terra natal é levado tão a sério ao ponto de alguns imigrantes se negarem a ter a situação documental regularizada. Uma entrevistada disse que há casos em que o patrão deseja assinar a carteira de trabalho do imigrante, todavia, para que isso seja possível este imigrante deve estar com a situação documental regularizada. Nessa situação, afirmou a entrevistada, o imigrante, interessado apenas em juntar dinheiro para retornar à Bolívia, faz um acordo com o patrão para que sua carteira não seja assinada e o dinheiro que seria fornecido ao INSS seja adicionado ao seu salário, que é pago em espécie. Ou seja, nesta situação, o imigrante faz de tudo para juntar dinheiro sem criar laços que o prenda ao Brasil. Como indica a entrevistada:

Quando você está no trabalho da confecção, você acaba se alienando e não conseguindo fazer ativismo. Quando você consegue sair desse círculo, você tem uma visão um pouco mais ampliada e você tem, vamos dizer assim, um pouco mais de liberdade, no sentido de, aí sim, você conseguir pautar as suas causas. Nas confecções tem bastante gente formada, muitos deles vem, pensando que vão ficar três anos, ganhar dinheiro e depois voltar. Como, teoricamente é algo temporário, por que eles questionariam? O ativismo começa a surgir quando, de repente, eles percebem que já ficaram três anos, muitas vezes não conseguiram aquele rendimento que eles imaginaram que iam juntar. Aí eles acabam tendo que morara aqui, e aí surge essa questão da luta por mais direitos. (LUPITA, ativista)

A maioria dos ativistas atuam em coletivos e organizações. Todavia há alguns que atuam independentemente, se juntando aos coletivos apenas em momentos específicos de ações coletivas.

2.1.3. CAUSAS

Quais as causas desses ativistas e coletivos de imigrantes? As entrevistas e as observações em campo permitem inferir que, apesar de a defesa de direitos para imigrantes ser a base das lutas, cada ativista ou coletivo/ organização possui pautas específicas. Isso não significa, porém, que as pautas priorizadas por um coletivo não sejam apoiadas, ou mesmo compartilhada, pelos outros. Neste sentido, podemos pegar o coletivo “Sí, Yo Puedo!” como exemplo. Veronica, fundadora do coletivo, conta que o Sí, Yo Puedo surgiu como uma luta por direito à informação. Entretanto, com o passar do tempo, ela foi percebendo que o direito à informação não era suficiente para atender às necessidades da comunidade boliviana que vivia em São Paulo:

No começo era uma luta por direito à informação. Foi a partir disso que eu comecei a entender que, infelizmente, ainda, em amplos aspectos da vida, a gente precisa ser ativista no sentido de reivindicar direitos. Inicialmente, na minha cabeça, era o direito à informação, porque eu achava que as pessoas não iam atrás [de oportunidades de estudo e trabalho] porque não tinham informação. Aí, nos primeiros meses que me sentei na Kantuta, vi que o buraco era muito mais embaixo. O ativismo não podia lutar apenas pelo direito à informação. Tinha que ser também pelo direito ao documento, por melhores condições de trabalho... Foi aí que eu comecei a me enquadrar no ativismo mesmo” (VERONICA, ativista).

O Sí, Yo Puedo, atualmente, mantém seu foco no direito à informação e educação para imigrantes e refugiados, porém, outras pautas entraram na agenda do grupo ao longo do tempo: valorização e incentivo à diversidade cultural, luta contra o racismo e xenofobia, promoção do trabalho decente, participação e protagonismo imigrante, e defesa dos direitos das mulheres e LGBTI+ migrantes. Na verdade, essas pautas levantadas pelo coletivo são, em graus diferentes, também defendidas por outras organizações sociais e, pode-se dizer, que são pautas imbricadas (ou interseccionadas). Ou seja, são pautas que envolvem questões de classe social, “raça” / etnia e sexo/ gênero e que não podem ser pensadas isoladamente (FALQUET, 2008; HIRATA, 2014). Essa perspectiva de imbricação entre relações sociais enfatiza, como exemplo, que quando você pensa em uma luta por direito à informação e educação para imigrantes e refugiados, você necessariamente está lidando com questões de classe, “raça” e etnia, sexualidade e gênero. Sobre esse tema, Falquet, em entrevista na obra de Petteni (2017) diz:

Essas três relações sociais estruturais, de sexo, de raça e de classe, são co-formadas, co-construídas ou imbricadas de maneira inseparável. É preciso então considerar-lhes intelectual, política e metodologicamente com a mesma importância. Não há razão para pensar que a relação de classe (relação de exploração) é o fio principal ao qual podemos acrescentar depois as outras duas relações. Partindo-se dessa perspectiva da imbricação (que acho muito mais interessante do que aquela da interseccionalidade), então a questão não é de acrescentar ou não algumas “variáveis” por “ética política”. As relações sociais estruturais já *são* sempre imbricadas, queiramos ou não. É, portanto, por uma questão de eficácia que é preciso lutar contra as três relações com a mesma determinação. Concretamente, como eu procuro explicar com o conceito de “vasos comunicantes”, se nós mexemos com uma dessas relações, isso afeta automaticamente as outras (não necessariamente em proporções idênticas nem com um sentido previsível) ... Com certeza, havendo apenas uma vida e 24 horas por dia, e estando situadas cada um/a em um lugar preciso dessas relações, nós não podemos lutar a toda hora contra as três relações sociais estruturais com a mesma intensidade. Mas é absurdo e contra produtivo lutar contra apenas uma relação por vez. Na verdade, isso é um luxo daquelas e daqueles que têm certos privilégios – de classe, de raça ou de sexo – sobre os quais se apoiar. (PETTINI, 2017, p.245)

Tal perspectiva é compartilhada por Jobana Moya, boliviana fundadora da “Equipe de Base Warmis” – um coletivo de mulheres imigrantes que tem como foco a questão de gênero -, que afirma que quando se fala de imigração, muitas vezes, se invisibiliza as mulheres. Para ela, as mulheres imigrantes, além da xenofobia e discriminação, estão suscetíveis à violência sexual, ao tráfico de pessoas, além de serem condicionadas a realizar os trabalhos domésticos e de cuidados com os filhos. A “Equipe de Base Warmis”, assim sendo, apesar de ter sua agenda pautada na questão de gênero, não deixa de abarcar questões étnicas/ raciais e de classe. A imagem abaixo, publicada nas redes sociais do coletivo deixa clara a perspectiva de imbricação: uma mulher negra segura uma placa com o lema típico do movimento social de imigrantes “nenhum ser humano é ilegal”, enquanto que a outra, de pele mais clara, segura uma placa com os dizeres “vidas negras importam”; na linha que liga o coração de uma à outra se lê “sua luta é minha luta”.



Figura 4: Imagem intitulada “Tua luta é minha luta”, publicada na página do coletivo “Equipe de Base Warmis” no Instagram, no dia 1º de junho de 2020. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CA51ZwCHPDD/>>.

Membros da “Equipe de Base Warmis” e “Sí, Yo Puedo!” formam a “Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas”, que foram responsáveis, por exemplo, pela realização da conferência livre “Mulheres Imigrantes e Refugiadas e Políticas Públicas”, preparatória para a” 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes”. Tal

constatação explícita o fato de que, ao menos com os entrevistados e coletivos que tivemos contato, há forte presença da questão de direitos das mulheres. Como destaca Sayad (1998), emigrante e imigrante são, na verdade, a mesma pessoa e, nesse sentido, a trajetória desses sujeitos antecede o momento em que “nasceram para a imigração”. Assim sendo, os vínculos que o imigrante boliviano estabelece com a sociedade brasileira são em grande medida construídos no país de origem. É importante ter isso em mente porque algo que chamou atenção é o fato de que quase todos os entrevistados citaram a estrutura patriarcal e machista da sociedade boliviana. E, pode-se argumentar, que as experiências de opressão por gênero e/ ou sexualidade vivenciadas na Bolívia, influência no engajamento de imigrantes bolivianos em causas nessas áreas, na cidade de São Paulo.

Vejamos o exemplo de Miguel – boliviano homossexual que realiza performances como *drag queen* em eventos e manifestações públicas -, que, diferentemente de muitos imigrantes de primeira geração, veio para o Brasil com o desejo de permanecer. Em São Paulo ele viu a chance de exercer sua sexualidade de forma mais livre do que em seu país de origem. Sobre este tema diz Miguel:

O Brasil é um país avançado na questão LGBT, quando comparado com países vizinhos, como a Bolívia, que é um pouco atrasada. Lá o machismo é mais forte que aqui. Quando digo aqui, estou me referindo à São Paulo, capital. Sobre outros estados, não sei. Eu creio que não, porque sendo o Brasil um dos países onde há mais feminicídio contra as trans, as travestis e maior número de homicídios contra as gays. Então é bom por um lado e ruim por outro. Mas ser homossexual no Brasil é aceitável por meio dos artistas, da televisão, dos meios de comunicação, onde mostram *drags*, em programas como o *RuPaul's Drag Race* [reality show estadunidense de drag queens, transmitido pela Netflix]. Entra pela TV, pelo celular, pela música... Pablo Vittar [cantora drag queen brasileira] – uma drag, um ‘viado’ cantando, isso ajuda. Ajuda a ser aceito mais facilmente pela sociedade e ajuda os gays a se aceitarem – tanto os meninos brasileiros que podem ‘sair do armário’, quanto imigrantes e refugiados de países africanos e árabes, onde ser gay é um pecado – não é comum, não é normal. Aqui eles têm uma liberdade maior (MIGUEL, ativista, cuidador de idosos)

Ao se vestir de *chola*, Miguel procura chamar atenção para as causas que defende: a visibilidade de imigrantes e refugiados LGBT+. Todavia, ao fazer isso, ele acaba sendo visto como uma referência para mulheres imigrantes, que, muitas vezes são oprimidas pela estrutura patriarcal que as delega um papel de submissão:

Minha causa é alcançar a visibilidade de imigrantes e refugiados LGBT, usando minha homossexualidade, me vestindo de mulher e usando minha cultura para ser visto. E com isso, quero que os brasileiros e outros imigrantes vejam como é uma Bolívia gay. Minha convicção é

chegar a ser um exemplo, uma luz, um guia para os demais imigrantes homossexuais e transsexuais aqui em São Paulo. Minha convicção é, usando minha cultura, mostrar que todo mundo pode fazer isso. Me encantaria que houvesse imigrantes e refugiados que mostrassem a cultura de seus países, que façam performances/ shows, assim como eu faço. Eu comecei fazendo shows, aí foram aparecendo outras oportunidades para mim. Aí, fui me convertendo em um exemplo para meus próprios conterrâneos e para imigrantes de outros países. Cada pessoa é um mundo, cada pessoa é uma referência. Eu procuro chamar atenção colocando uma peruca, vestindo uma lhama [de pelúcia], dançando música típica, folclórica... Esse meu show atual não é típico folclórico, eu comecei com uma personagem caricata. Mais tarde comecei a me vestir de cholita boliviana... Com isso, comecei a chamar atenção com algo diferente, diferente do que as *drags* brasileiras fazem – que é bater cabelo, fazer dublagens das divas da música dos EUA. Eu queria ser uma diva latina, uma diva hispânica. A América Latina é rica em cultura e temos que valorizar isso. Infelizmente estamos americanizados, nós valorizamos mais o que vem dos Estados Unidos do que o que é daqui. Essa é a maneira que utilizo para chamar atenção: me transvestindo e fazendo shows/ performances “latinoamericanamente”. Então, creio que esse é o sentido: valorizarmos a nós mesmos. Somos ricos em tudo. Podemos não ser uma potência mundial – como continente -, mas, pelo menos, somos uma potência em cultura. Não sei se em outros continentes – como a Europa – eles tomam a América Latina como referência. Nós sempre tomamos eles como referência. [...] Minha experiência na Marcha dos Imigrantes de 2019 foi interessante. Mais do que tudo, eu vejo mais mulheres na Marcha, porque mulheres são mais flexíveis em tudo, do que homens machistas. A sociedade boliviana é machista. Apesar de não ser mulher, eu represento a mulher ao me vestir de chola. Ao vestir-me de mulher, as mulheres bolivianas se sentem mais defendidas ou valorizadas ao verem alguém fazendo algo que elas não fariam (MIGUEL, ativista, cuidador de idosos).

Miguel, assim sendo, concilia duas causas: a dos imigrantes e a dos LGBTI+:

Imigrante e LGBT são duas lutas, duas causas. Quando fui à Marcha dos Imigrantes de 2019 passado eu estava lutando por essas duas causas. Eu era o único “maricón” [termo pejorativo em espanhol que pode ser traduzido para o português como “bicha”] vestido de mulher, lutando, como imigrante, por nossos direitos. Havia um tempo que Bolsonaro havia ganhado as eleições, então, muitas coisas vinham à mente, de preocupação. Como imigrantes, muitas leis foram mudadas, existem muitos boatos sobre isso. Agora, como imigrante LGBT é outra luta. Pelos direitos LGBT, também, muitas coisas mudaram desde que Bolsonaro entrou. Então é uma dupla preocupação: ser imigrante e ser LGBT. [...] Todos lutamos por uma mesma coisa, tanto imigrantes, quanto LGBTs. Todos queremos que nossos direitos sejam respeitados e que sejamos visibilizados e respeitados. [...] Todas essas causas têm uma pauta comum, que é: ganhar visibilidade e respeito (MIGUEL, ativista, cuidador de idosos).

O caso de Miguel exemplifica bem a imbricação de causas que existe dentro do movimento social de imigrantes. Isso, por um lado, mostra a diversidade do movimento. Porém, por outro lado, a amplitude de pautas pode acabar dificultando que se chegue a um consenso e, assim, se obtenha resultados práticos das ações coletivas. Como disse uma entrevistada, cada coletivo/ ativista tem suas pautas, e unificá-las é sempre muito difícil. Ela cita que, talvez, a maior pauta da comunidade boliviana em São Paulo, atualmente, seja a valorização e incentivo da cultura, algo que, por exemplo, não é compartilhado pela comunidade africana, que tem suas lutas travadas mais na questão de acesso ao trabalho decente. Ela conclui dizendo que, talvez, a única pauta que una os imigrantes e refugiados de todas as nacionalidades é a questão da desburocratização dos trâmites para regularização documental.

2.2 DAS INTITUIÇÕES RELIGIOSAS AOS COLETIVOS DE IMIGRANTES.

Os estudos sobre movimentos sociais de imigrantes e refugiados no Brasil ainda são incipientes. Neste contexto é possível destacar os trabalhos de Leão e Demant (2016), Zanella (2014) e Guirado Neto (2014), estudos que ajudam a pensar estratégias de engajamento político que migrantes lançam mão para chamar a atenção das esferas pública e política para os problemas que enfrentam cotidianamente. Leão e Demant (2016), neste sentido, abordam mobilizações políticas de imigrantes em São Paulo suscitadas por dois casos de assassinatos de membros desse grupo social. Os autores revelam que esses dois trágicos eventos geraram, ao invés de meras manifestações de frustração, uma série de protestos de caráter político. As mobilizações, através do incentivo de organizações da sociedade civil, procuraram dar visibilidade a problemas que imigrantes e refugiados lidam diariamente, como o racismo e a xenofobia. Zanella (2014), por sua vez, procura analisar e compreender os significados próprios dos movimentos sociais de bolivianos na capital paulista. A autora traça um panorama das relações sociais que imigrantes estabelecem com o intuito de reverter a situação de ausência de direitos e de preconceitos a que estão submetidos na cidade de São Paulo. Zanella (2014) conclui que são coletividades difíceis de serem rotuladas dada a diversidade (social, cultural, política e econômica) e complexidade que apresentam. Compostos, majoritariamente, por latino-americanos – e não apenas bolivianos –, possuem formas de atuação e organização que os singularizam em relação aos demais movimentos sociais (ZANELLA, 2014, p.139). Guirado Neto (2014), por fim, procura

elucidar como imigrantes bolivianos têm se organizado em cooperativas e associações para reivindicar garantias e direitos. Este autor, assim como Silva (2006), indica que esta emergência do imigrante boliviano como sujeito sociopolítico pode ser explicada pelo fato de a imigração de pessoas vindas da Bolívia à São Paulo já não ser uma condição temporária, mas sim uma situação permanente (SILVA, 2006; GUIRADO NETO, 2014). Todos esses autores convergem na seguinte questão: hoje, o imigrante, em muitos casos, é protagonista de suas ações.

2.2.1 AS INSTITUIÇÕES LIGADAS À IGREJA CATÓLICA

Dentre as instituições *para* imigrantes - ou seja, instituições que atendem a esse público, mas que não foram fundadas por imigrantes -, se destacam as ligadas à Igreja Católica. Freitas (2018), neste sentido, aponta os motivos que levaram ao protagonismo de organizações religiosas nesta área. Por meio de uma reconstituição histórica, a autora aponta que a redemocratização do Brasil foi um momento decisivo para a emergência de movimentos pró imigrantes. Tudo teve início com a formação de uma coalizão em apoio aos refugiados políticos latino-americanos durante a ditadura militar. Nesta coalizão, entidades católicas (Cáritas Arquidiocesana, Centro de Estudos da Metrópole (CEM), Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes (AVIM), Centro Pastoral dos Migrantes) tiveram protagonismo, em grande medida pela fase progressista que a Igreja Católica atravessava. Nas décadas de 60 e 70 o foco das ações dessas organizações foram, como dito anteriormente, os refugiados políticos vindo de países da América Latina, situação que começou a ser transformada nos anos 1980, com a chegada de migrantes econômicos latino-americanos, com destaque para os bolivianos. Estes imigrantes recém chegados apresentavam uma situação social mais vulnerável quando comparados com os refugiados políticos, isto fez com que as entidades ligadas à igreja tivessem que rever suas ações, de modo a começar a atender a essa população. Intermediação junto à Polícia Federal, assistência social, visitas domiciliares, e oferecimento das dependências da igreja para realização de celebrações típicas – que antes aconteciam nas próprias residências dos imigrantes – foram as principais atividades que estas organizações passaram a desenvolver.

O período pós redemocratização vivenciou um avanço na área de direitos humanos, particularmente na questão de direitos dos refugiados, devido à, de maneira geral, três fatores: a) “pressões internacionais pela plena incorporação dos regimes de

proteção dos direitos humanos”; b) “as pressões internas por reciprocidade de tratamento devido ao crescimento exponencial das migrações de brasileiros para o exterior nos anos de 1980”; c) “a história da evolução de uma coalização cujos atores principais transitam, durante a transição democrática, do ativismo político para a disputa partidária e, durante os anos 1990, para os governos federal e estadual” (FREITAS, 2018, p. 242). Sobre o terceiro item, Freitas (2018), se utilizando de uma perspectiva analítica dos domínios de agência, indica que nos anos 1990 uma série de encaixes, que conectaram representantes das instituições católicas aos “representantes das estruturas institucionais e executivas do governo estadual”, passaram a ser articulados (FREITAS, 2018, p. 242).

Os atores católicos da coalizão seguiram, depois da redemocratização, sendo os principais protagonistas na luta pelos direitos dos migrantes internacionais, sendo que nos anos 2000 essa estrutura começou a ser modificada com a entrada em cena de coletivos dos próprios imigrantes. As estruturas institucionais do executivo municipal de São Paulo também começaram a ser modificadas nesse período, com políticas que passaram a atender de forma mais clara e permanente a comunidade migrante (FREITAS, 2018, p. 243).

A presença e importância dessas instituições religiosas se faz presente até os dias atuais. Sendo que, nos últimos anos, algumas entidades religiosas passaram a assumir uma postura de engajamento político maior, aliadas aos coletivos de imigrantes.

2.2.2. QUANDO O IMIGRANTE ENTRA EM CENA: OS COLETIVOS DE IMIGRANTES

Podemos dizer que o histórico de associativismo de imigrantes vindos da Bolívia tem origem com a fundação da Associação de Residentes Bolivianos (ADRB) – apresentada no Capítulo 1 - em 25 de maio de 1969. Fundada e mantida por bolivianos de extrato social médio (que eram, em grande medida, profissionais liberais, como médicos e dentistas) a associação teve – ao menos até os anos recentes – um caráter mais voltado para a assistência social (GUIRADO NETO, 2014).

Até o início dos anos 1990, houve alguns imigrantes que se envolveram com movimentos sociais locais, como o por moradia. Isso, na visão de Preturlan (2012 ,p.132), deveu-se à efervescência política que caracterizou o período de redemocratização do país: a grande quantidade de grupos preexistentes permitia a adesão desses imigrantes nesses movimentos locais. Porém, as mudanças das características do fluxo migratório, nos anos 1980, reduziram as possibilidades de engajamento de imigrantes devido à concentração

no setor da costura, que propicia poucas oportunidades de contato com outros trabalhadores. Soma-se a isso, o aumento da população boliviana em São Paulo, fato que permitiu que alguns imigrantes passassem a conviver pouco com brasileiros (PRETURLAN, 2012, p.132). É nesse contexto que, no início dos anos 2000 surge a feira da praça Kantuta – apresentada no capítulo 1. A mantenedora da feira é a ‘Associação Kantuta’, que também realiza eventos em outros locais da cidade, como a “Alasita”. A Kantuta, é importante apontar, é fruto de uma ocupação que acontecia antes de 2002 na praça Padre Bento, localizada em frente à igreja Matriz do Pari. Como diz uma entrevistada: “as pessoas já se organizavam, informalmente, em torno da praça Padre Bento, às 7 horas da noite era o momento em que todos os bolivianos saiam de seus trabalhos, vinha gente de vários bairros”. Foi na praça Padre Bento que surgiu a “Alasita”. Entretanto, a presença dos bolivianos na praça gerou protestos de moradores da região, que os acusavam de sujar o local e atrair o tráfico de drogas e assaltantes. Foi feito um abaixo assinado e uma faixa chegou a ser pendurada na praça com os dizeres: “a praça é nossa! Exigimos respeito, estamos aqui há mais de cem anos”. Tais acontecimentos levaram, depois de muita negociação, a prefeitura a oferecer uma outra praça, no mesmo bairro, para o uso dos bolivianos: este novo local de socialização dos bolivianos passou a ser chamado, oficialmente, de Kantuta (SILVA, 2012). Sobre esses acontecimentos, uma entrevistada, disse:

Acho que a saída da comunidade boliviana da praça Padre Bento foi uma agressão, hoje eu sinto como uma agressão. Na época, o bairro do Pari era um bairro residencial e as nacionalidades que eram moradoras de lá eram brasileiras, descendentes de italianos, descendentes de europeus. De alguma forma, eles se organizavam através da igreja que fica na praça e se sentiram incomodados pelo fluxo de pessoas. E, pejorativamente, falavam do imigrante, falavam da bebida, que o pessoal não era regular... Muitos conflitos aconteciam sim, só que hoje acho que isso causaria um grande escândalo. Mas naquela época o pessoal era mais passivo e estava mais para negociar do que para conflitar. E eles negociaram junto com a Subprefeitura da Mooca para a mudança do endereço do nosso evento e a fim de regularizar a feira, ou seja, a partir do momento em que a feira fosse para a Kantuta ela passaria a ser regularizada (PALOMA).

Com o passar dos anos, a “Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana Padre Bento”, que recentemente passou a ser designada apenas como “Associação Kantuta”, se firmou como uma importante entidade de difusão de manifestações culturais dentro da própria comunidade e fora dela. Vale ressaltar que, até o ano de 2017, vigorou no Brasil uma legislação oriunda do período militar (o “Estatuto

do Estrangeiro”) que tratava o migrante internacional como uma ameaça à segurança nacional e proibia a mobilização política dessa população. Tendo isso em mente, as associações culturais e econômicas, podem ser vistas como uma “estratégia de ação” (Swidler, 2001) possível e esperançosa para que imigrantes bolivianos – diante da percepção do fato de que são impossibilitados de atuar politicamente e da certeza de que são economicamente e socialmente vulneráveis – lutem por melhorias sociais.



Foto 18: Feira da Praça Kantuta.

Tal situação começa a ser modificada nos anos mais recentes, em que há um incipiente ativismo político de imigrantes e refugiados em São Paulo. Essa mudança se fez por meio de entidades *para* imigrantes, que passaram a estimular o engajamento de seus usuários na luta por suas próprias causas: é o caso do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) e CAMI (Centro de Apoio e Pastoral do Migrante) – articulador da Marcha dos Imigrantes e Refugiados na capital paulista. Merecem destaque, também, os coletivos universitários *para* imigrantes: como exemplo, o Projeto de Promoção dos Direitos de Migrantes (ProMigra) e o coletivo ‘Educar para o Mundo’, ambos sediados na Universidade de São Paulo (USP). Mas, o que chama mais atenção é o surgimento de coletivos *de* imigrantes que passam a estimular, na medida do possível, o protagonismo do migrante nas lutas por direitos de cidadania. Como exemplo podemos citar a ‘União Social dos Imigrantes Haitianos’, a ‘Presença América Latina (PAL), a ‘Rede de Mulheres Imigrantes Lésbicas e Bissexuais, “África do Coração” e o coletivo “Visto Permanente”. Tratando-se especificamente da comunidade boliviana, podemos destacar o ‘Coletivo Sí, Yo Puedo’ e a ‘Equipe de Base Warmis’.

Tilly (2008), nesse sentido, aponta que a ação do tempo transforma os repertórios de ação. Os repertórios, que são “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados em um determinado momento histórico (Tilly apud Tarrow, 2009, p.51), surgem nos lugares, nas identidades e nas formas de organização que estabelecem a vida cotidiana. Isso faz crer que existe um padrão de ação coletiva que esses jovens coletivos carregam que extrapola o repertório que entidades mais tradicionais apresentavam. Estes coletivos *de* imigrantes surgiram, de modo geral, na década de 2010 e guardam, em comum, a bandeira pelo protagonismo de imigrantes e refugiados na defesa de seus direitos. São coletivos identitários (Gohn, 2013), que se articulam entre si, com as organizações *para* imigrantes (que, na verdade, lutam pelas mesmas causas) e com o Estado.

É interessante notar que mesmo com uma legislação nacional pouco simpática aos imigrantes e a seus direitos (‘Estatuto do Estrangeiro’ – Lei 6.815/ 1980), que vigorou até 2017, houve um avanço significativo nesta área, principalmente nos anos mais recentes. Esse caminho foi aberto, não se pode negar, pelas instituições religiosas, que desde o período militar abraçaram a causa imigrante, e depois da redemocratização expandiram suas influências. O governo do Partido dos Trabalhadores, nos primeiros anos do século XXI, em âmbito nacional e municipal, abriu canais de diálogos e empoderamento de imigrantes e refugiados. Isto, certamente, encorajou membros dessa comunidade, no

engajamento político e social. A emergência de coletivos *de* imigrantes não é exclusividade do Brasil. Caggiano (2011), se dedica a pensar a luta por direitos de imigrantes na Argentina e aponta um movimento semelhante lá, mais ou menos no mesmo período. Espiro, Zubrzycki e Voscoboinik (2016), se dedicam a pensar a questão dos senegaleses e afrodescendentes na Argentina. Huerta (2016), analisa o ativismo de imigrantes no México, com foco nas ações do “Movimiento Migrante Mesoamericano”. Boisriou (2016) estuda a questão dos *san papiers*, na França. Pieri (2016), por sua vez, se dedica a analisar as intersecções entre o movimento de imigrantes e o sujeito *queer*, por meio do movimento *UndocoQueers*, nos Estados Unidos. Estes estudos fazem crer que esse momento de protagonismo migrante é condicionado por fatores internos, mas também pela conjuntura internacional, que acaba fazendo emergir esses movimentos em diferentes locais do mundo.

3. MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS E AS INTERAÇÕES DE IMIGRANTES COM O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, visamos discutir avanços e limites das ações coletivas de imigrantes, especificamente dos bolivianos. Para tanto, em um primeiro momento, analisamos ações empreendidas por imigrantes em duas manifestações políticas ocorridas em 2019, o “Ato em Solidariedade ao Povo Boliviano e Contra o Golpe” e a “13ª Marcha dos Imigrantes e Refugiados”. Em seguida, nos valendo do conceito de oportunidades e restrições políticas (Tilly, 2008; Tarrow, 2009), analisamos a relação do movimento social de imigrantes com o Estado e as políticas públicas.

3.1. TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: BREVE PANORAMA

É consenso nas Ciências Sociais e, especificamente, na Sociologia o fato de que não há uma única definição para movimento social, da mesma forma que não há uma teoria única que aborde a questão. Até os anos 60, em linhas gerais, vigorou uma abordagem designada como clássica, em que “movimentos sociais e revoluções eram sinônimos” (GOHN, 330). Com o aparecimento, nos anos 60, de mobilizações baseadas em etnia, gênero e estilo de vida – e não mais centradas em classe -, novos olhares foram lançados para a questão. Neste cenário, surgem três teorias de movimentos sociais: a Teoria das Mobilizações de Recursos (TMR); a Teoria do Processo Político (TPP); e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

A TMR - que possui nomes como Olson, Zald e McCarth, analisava as manifestações coletivas por uma ótica econômica, de modo a privilegiar a racionalidade e a organização. Ao aplicar a sociologia das organizações aos movimentos sociais, estes passam a ser vistos como uma firma. Como destaca Gohn (1997, p.51):

[...] Os movimentos sociais [nessa teoria] são abordados como grupos de interesse. Enquanto tais são vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição. As ferramentas básicas utilizadas advêm de categorias econômicas. [...] A variável mais importante da TMR, como o próprio nome indica é a dos recursos: humanos, financeiros e de infra-estrutura variada. [...] A ênfase toda é colocada numa visão exclusivamente economicista, baseada na lógica racional de interação entre os indivíduos, que buscam atingir metas e objetivos, e em estratégias que avaliam os custos e benefícios das ações (GOHN, 1997, p.51).

O caráter racional e estratégico da TMR lhe rendeu muitas críticas, dentre as quais, pode-se destacar a do papel pouco significativo dedicado à cultura e a da ausência de um enquadramento macroestrutural – críticas que tentaram ser superadas pelas escolas subsequentes.

A TPP, que tem nomes como Sidney Tarrow, Doug Mc Adam e Charles Tilly, por sua vez, passa a considerar a dimensão macropolítica e cultural (por meio do conceito de “repertório”) do movimento social, ou seja, o contexto sócio-político em que emerge a ação coletiva é relevante para essa corrente.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais, por fim, guarda semelhanças com a TPP – “o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos” (ALONSO, 2009, p.59). Seus principais teóricos – Alain Touraine, Jurgen Habermas e Alberto Melucci – compartilham, apesar de suas especificidades teóricas, o argumento de que durante o século XX a produção e o trabalho teriam deixado de ser o centro do capitalismo. Essa mudança macro-estrutural teria levado à emergência de novos temas e atores para as mobilizações coletivas. Quer dizer, no século XX os movimentos de classe na concepção destes autores, estavam perdendo espaço para movimentos identitários, simbólicos, de estilo de vida, como o feminismo e o movimento estudantil:

Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos de minoria que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo. Esses analistas, portanto, entendem que a ênfase cultural é uma característica distintiva das novas mobilizações, razão pela qual usaram o advérbio “novo” para distingui-los dos “velhos”. A sobrevalorização da cultura na análise dever-se ia, então, a um imperativo do objeto, não a uma escolha do analista (ALONSO, 2009, p 67).

A TNMS recebeu críticas por essa diferenciação entre “velhos” e “novos” movimentos sociais. Calhoun (1995, apud Alonso, 2009), por exemplo, aponta que muitas das características que a TNMS creditou como novas no século XX já estavam presentes em movimentos do século XIX - o aspecto economicista das análises impedia que os estudiosos da área se atentassem para a diversidade dos atores e para os aspectos culturais e simbólicos dos movimentos. Outros autores reforçaram a crítica de distinção entre “velhos” e “novos” movimentos, defendendo que demandas materiais e simbólicas estão presentes em movimentos sociais de qualquer época.

Na verdade, o polêmico debate identidade *versus* estratégia, subjetividade *versus* objetividade, permeou a agenda dos estudos sobre movimentos sociais nas décadas finais do século XX.

Com o passar dos anos, todavia, novos problemas sociais emergem e novas dinâmicas sociais se estabelecem. Neste sentido, o início do século XXI levou à reelaboração das teorias dos movimentos sociais. Como destaca Alonso (2009), no novo século:

Houve uma mudança da escala do ativismo, de nacional a global. Os protestos contemporâneos envolvem ativistas e temas que atravessam fronteiras e se dirigem, muitas vezes, a instituições multilaterais ou a uma opinião pública transnacional. O Estado nacional deixa, assim, de ser o antagonista prioritário, desafiando todas as teorias dos movimentos sociais, que definiam o fenômeno em escala nacional. Além disso, o ativismo se profissionalizou. Em vários países do Ocidente, movimentos sociais se burocratizaram, se converteram em partido, se empresariaram ou assumiram a prestação de serviços estatais (Rootes, 2003). Assim se esmaeceu a área de inovação política que traziam desde os anos 1970. A associação entre novos movimentos e pautas “pós-materiais” também se esgarçou com a leva de mobilizações étnicas, religiosas, comunitárias e conservadoras. Nelas, a cultura, sobretudo a questão da identidade, ganhou saliência, mas amalgamada a outras pautas, dando aos movimentos uma feição *multi-issue* (Tarrow, 2005) [...] (ALONSO, 2009, p. 74).

Gohn (2013), por sua vez, ao caracterizar os movimentos sociais contemporâneos, afirma que:

Na atualidade, muitos deles apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática, suas ações são pela sustentabilidade e não apenas pelo autodesenvolvimento. Lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Há neles, na atualidade, uma resignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é resignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; e a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas coletivo; autonomia entendida como inserção e inclusão social na sociedade, com autodeterminação, com soberania. Os movimentos sociais sempre têm caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas. Finalmente, os movimentos sociais na atualidade tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais, podendo, portanto, virem a ser matriz geradora de saberes. (GOHN, 2013, p. 16)

3.1.1. AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DE IMIGRANTES EM MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS

Tarrow (2011) mostra que mobilizações, geralmente, acontecem pelo fato de os ativistas perceberem as oportunidades de transformação que elas podem causar. Deste modo, antes do período de mobilização em si, já há laços institucionais e sociais entre os ativistas, que, em muitos casos, se reúnem em organizações ou associações, como as de bairro. Através destas organizações torna-se possível que ativistas percebam pautas em comum e viabilizem a demanda em torno de determinado tema.

Como mostrado no primeiro capítulo, acompanhamos duas mobilizações políticas de imigrantes: o “Ato em Solidariedade ao Povo Boliviano e Contra o Golpe” e a “13ª Marcha dos Imigrantes e Refugiados” - vale destacar que manifestações políticas de imigrantes ainda são escassas no Brasil, por fatores que já foram discutidos anteriormente nesta dissertação. Em cada uma dessas mobilizações, nos atentamos para três momentos: a organização; a execução; e o pós manifestação (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001).

Gohn (1997), afirma que os anos 1990 trouxeram marchas e concentrações para as ruas das capitais, no Brasil e no mundo:

As marchas e concentrações nas capitais – principalmente das federações – tornaram-se parte da agenda comum dos grupos organizados, e as estruturas institucionais reformularam a arquitetura dos símbolos e espaços do poder para ter segurança em caso de eventuais distúrbios. Sair às ruas para comemorar a vitória de um time de jogadores também se tornou usual. E as massas são mobilizadas a partir dos movimentos ou não. Há um chamamento, um apelo, do tipo marcha dos imigrantes para Washington (1996), nos Estados Unidos, ou a marcha dos sem-terra pela reforma agrária e sua concentração em frente ao Palácio da Alvorada, no Brasil, em 1997. A população que participa da concentração final que culmina na Marcha é muito superior às bases militantes dos movimentos. E muitas vezes não é apenas um movimento que faz o chamamento [...] (Gohn, 1997, p.339).

Tendo isso em mente, e levando em consideração o momento de preparação das manifestações por nós analisadas, podemos afirmar que o “Ato em Solidariedade ao Povo Boliviano e Contra o Golpe” – descrito no capítulo 1 - partiu da articulação inicial de dois coletivos (o *Sí, Yo Puedo!* e a *Equipe de Base Warmis*) que, juntamente com outros coletivos e ativistas, fundaram o “Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Boliviano e Contra o Golpe”. Chamou atenção a participação de ativistas brasileiros que lutam em outras causas (e que, em alguns casos, são associados a partidos políticos). Foi um período de organização bem curto, tendo em vista que a situação política e social que a Bolívia estava vivendo demandava ações imediatas. A convocatória para o ato foi feita por meio

de sites de redes sociais, como o Facebook, mas, como salientou uma das organizadoras, a principal estratégia que levou milhares de pessoas à avenida Paulista foi o “boca a boca”.

A organização da *Marcha dos Imigrantes e Refugiados* – descrita no primeiro capítulo -, por sua vez, foi liderada pelo CAMI, que convidou ativistas e coletivos de imigrantes a participarem das reuniões de construção do ato. Representantes de diversas organizações de imigrantes – latinos-americanos, africanos e, em menor quantidade, do Oriente Médio (chama atenção a ausência de imigrantes e refugiados de outros continentes, como apontado por entrevistados) – e de instituições brasileiras (Ordem dos Advogados do Brasil, por exemplo) estiveram presentes. A divulgação do ato foi feita por meio de *sites* de redes sociais e, também, por “boca a boca”.

Quando os movimentos sociais executam a mobilização, eles utilizam um repertório de ações conhecidos.

Esse repertório é formado principalmente por ações modulares, que podem ser utilizadas para diferentes movimentos (ao contrário de ações particulares, sem aplicação fora de seu contexto), de reivindicações cosmopolitas (opondo-se às demandas paroquiais dos episódios contenciosos do século XVIII e anteriores) e autônomas (que começam com a iniciativa do próprio demandante e estabelecem uma forma de contato entre ele e o centros de poder) (Tarrow, 2011, p.41). Esse repertório é utilizado também de acordo com as ações que os ativistas consideram importantes e eficazes no sentido de avançar suas demandas (Leão e Demand, 2016, p.7)

O ‘Ato em Apoio ao Povo Boliviano e Contra o Golpe’ acessou um conjunto de ações disponível para outros movimentos sociais, como a “performance” de marcha/passeata. Os coletivos imigrantes que lideraram o ato não possuíam experiência nesse tipo de manifestação e, nesse sentido, contaram com o auxílio de pessoas ligadas a outros movimentos sociais e que estavam mais habituadas a desenvolver manifestações políticas em espaços públicos. Esses ativistas de outras causas se identificaram com as pautas do Ato e viram nele a oportunidade de mostrar apoio ao povo boliviano e, além disso, pontuar que a América Latina, de modo geral, na opinião deles, vinha sendo vítima de empreitadas neoliberais. Toda marcha tem seus rituais, e no ‘Ato em Solidariedade ao Povo Boliviano e Contra o Golpe’ não foi diferente: palavras de ordem eram gritadas; cartazes com frases de impacto eram levantadas pelos manifestantes; na frente da manifestação era possível ver uma grande faixa que visava deixar claro quem estava à frente do Ato (o ‘Comitê de Solidariedade ao Povo Boliviano e Contra o Golpe’). No final da manifestação, velas foram acesas e homenagens foram feitas aos mortos – seus nomes estavam escritos em

uma grande faixa que foi estendida no chão da avenida Paulista - pela repressão policial na Bolívia. Foi recitado um jogral – jogo de repetição de palavras e frases, típico do repertório de outros movimentos sociais – e, para terminar, os organizadores puxaram a música “Sólo Le Pido a Dios”, consagrada na voz de Mercedes Sosa e vista como símbolo de resistência por muitos ativistas latino-americanos.

A “Marcha dos Imigrantes e Refugiados” de 2019, por sua vez, também acessou uma coleção de ações conhecidas de outros movimentos sociais, todavia, por acontecer há anos, os organizadores já possuíam certa experiência. A Marcha também foi composta por gritos de ordem e cartazes com frases de efeito, porém, quando comparada ao “Ato em Apoio ao Povo Boliviano e Contra o Golpe”, teve um caráter mais festivo. As pessoas, oriundas de diferentes nacionalidades, aproveitaram a oportunidade para mostrar a cultura de seus países aos frequentadores da avenida Paulista. Dentro da Marcha, se destacava um grupo, composto majoritariamente por mulheres bolivianas, que aproveitou a ocasião para chamar atenção para as questões da mulher imigrante e da crise democrática vivenciada na Bolívia. Na verdade, as bandeiras de luta da manifestação foram amplas, variando de temas mais específicos, como o direito ao voto, à temas mais amplos como o direito à uma cidadania universal. Isso, em nossa opinião, fez com que os objetivos do ato tenham ficado um pouco difusos. Algo interessante de apontar, também, foi o fato de os organizadores se preocuparem bastante com a segurança dos manifestantes, diante do receio de que estes pudessem sofrer algum tipo de ataque xenófobo ou racista – dado o aumento de manifestações de grupos de extrema direita no Brasil.

McAdam, Tarrow e Tilly (2001), consideram que, depois dos momentos de manifestações, os movimentos sociais, de modo geral, podem: ter suas ideias absorvidos por outros grupos; ser vítimas de repressão, com esforços para suprimir suas ações; ou podem iniciar um processo de radicalização de suas pautas, passando a articular ações mais transgressoras.

O “Ato em Solidariedade ao Povo Boliviano e Contra o Golpe”, que reuniu milhares de pessoas, pode ser visto, à primeira vista, como um sucesso de articulação de ativistas bolivianos. Porém, como os próprios organizadores revelaram, o sucesso de público deveu-se a uma autoconvocação: “foi uma autoconvocação mesmo, pessoas que se reconheceram naquele momento, viram que as demandas eram as mesmas e se prontificaram a participar”, disse uma das organizadoras. Quer dizer, as pessoas foram ao ato por estarem – muito - revoltadas com a situação vivenciada na Bolívia: preocupadas com seus parentes e amigos que vivem no país vizinho, elas viram no ato a possibilidade

de gritar suas angústias. Estas pessoas, em grande maioria, não possuíam ligações com o “Comitê de Solidariedade ao Povo Boliviano e Contra o Golpe” ou com o movimento social de imigrantes. Por meio de “boca a boca” a informação sobre a manifestação foi sendo passada e o resultado surpreendeu todos os organizadores. Entretanto, diante da situação social em que vivem muitos dos bolivianos no Brasil, não deixa de ser um fato marcante a reunião de milhares de imigrantes na Paulista.

O pós-ato foi marcado pelas tentativas de manter uma agenda de manifestações, mas a grande maioria do público presente no Ato – apesar dos apelos feitos – se dispersou. Dito isso, consideramos que nenhuma das três categorias propostas por McAdam, Tarrow e Tilly (2001) se aplica exatamente ao caso deste Ato. A pouca habilidade das lideranças com este tipo de manifestação, fez com que os organizadores não conseguissem aproveitar aquela situação para transformar o movimento em algo propositivo para a população de bolivianos em São Paulo. Todavia, esse ato abriu a percepção de outros movimentos sociais e partidos políticos de cunho progressista para o fato de que imigrantes são atores sócio-políticos e, deste modo, querem fazer ecoar seus problemas e demandas. Depois do ato, conversei com uma ativista feminista brasileira que contou que desconhecia, até aquele dia, essa insurgente movimentação política de imigrantes. Ainda é cedo para afirmar, mas, talvez essa manifestação tenha servido para o movimento social de imigrantes bolivianos expandir sua rede, estreitando relações com ativistas que lutam por outras causas e, mais que isso, encorajando imigrantes a manifestarem suas demandas em espaços públicos. Não se pode esquecer que, como sustenta Gohn (2013), toda manifestação pública de movimentos sociais é um processo de aprendizado para eles.

A “13ª Marcha dos Imigrantes e Refugiados”, por sua vez, como dito anteriormente, acontece anualmente e, neste sentido, possui uma estrutura organizativa mais organizada. Deste modo, o momento posterior à Marcha já significa o início da preparação da próxima. Este ato tem um poder simbólico enorme para os imigrantes, incluindo a comunidade boliviana, pois representa um momento anual de visibilização dessa população. Neste sentido, as ideias apresentadas na Marcha acabam sendo difundidas para outros grupos e, até mesmo para o Estado. Determinadas demandas que estão em alta em determinado período, são levadas à Marcha. Foi assim, por exemplo, quando se pedia a aprovação da Nova Lei da Imigração, em anos anteriores a 2017.

3.2 AS INTERAÇÕES DO MOVIMENTO SOCIAL DE IMIGRANTES BOLIVIANOS COM O ESTADO

Tilly (2008) e Tarrow (2009) consideram que as estruturas de oportunidades e restrições políticas – que são produtos históricos da interação entre os atores sociais e, principalmente, da relação destes com outros atores - aumentam ou diminuem as possibilidades de engajamento de atores em movimentos sociais. Por oportunidades políticas entende-se “dimensões consistentes da luta política que encorajam as pessoas a se engajarem no confronto político” (Tarrow, 2009, p. 38). A abertura institucional para a participação de novos atores e mudanças na legislação, neste sentido, podem ser vistas como eventos que incentivam a ação coletiva. Restrições políticas, por sua vez, são “fatores – tal como a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes – que desencorajam o conflito que podem estimular ou desestimular o confronto” (Tarrow, 2009, p. 38).

Entendemos que as ações dos movimentos sociais não se limitam a enfrentar o Estado: há, também, cooperação com o poder público e com cidadãos que, não necessariamente, são ativistas. Na verdade, ao observarmos a história, percebemos que, tradicionalmente, os movimentos sociais atuaram, na maioria das vezes, contra o Estado – isso ainda é comum em muitos movimentos. Entretanto, nos últimos anos, diversos movimentos sociais têm procurado formas de interação com outros atores, inclusive com o próprio Estado, por meio de conferências, conselhos e fóruns. Tarrow (2009, p 259), neste sentido, aponta que as limitações políticas são reduzidas com o processo de democratização, porém, este mesmo processo dificulta, na visão deste teórico, que rupturas sejam criadas pelos movimentos sociais, rupturas que, muitas vezes, são o motor para a mobilização social. Assim sendo, a cooperação com atores institucionais pode propiciar ganhos, porém, por outro lado, pode levar à cooptação destes movimentos, tendo em vista que estes podem acabar tendo suas lógicas e seus valores absorvidos. Gohn (2013), nesta direção, indica que as novas políticas do Estado globalizado realizam de forma contraditória os processos de inclusão de camadas populacionais tidas como “vulneráveis e excluídas”

Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos sociais e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transformaram-se as identidades políticas desses sujeitos – construídas em processos de lutas contra diferenciações e discriminações socioeconômicas – em políticas de identidades, pré estruturadas

segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados e controlados por secretarias e Estado, em parceria com organizações civis – tipo organizações não governamentais (ONGs), que desempenham o papel de mediadores. Criam-se, portanto, novos sujeitos sociopolíticos em cena, demarcados por laços de pertencimento territorial, étnico, de gênero etc., como partes de uma estrutura social amorfa e apolítica (GOHN,2013, p.24)

Deste cenário, descrito por Gohn (2013), resulta que muitos movimentos sociais foram obrigados a mudar suas reivindicações e práticas, passando a atuar segundo condicionalidades impostas pela nova institucionalidade criada pelas políticas públicas. Isso, em muitos casos, levou movimentos sociais a retrocederem para antigas formas de clientelismo e trocas de favores, onde a relação com a esfera pública governamental é confundida com o apoio a partidos, políticos ou dirigentes que estão no poder.

Todavia, cada caso guarda suas particularidades. Quando se fala do movimento social de imigrantes, recém constituído e, ainda, pouco articulado – se comparado a outros movimentos sociais – é preciso ter em mente suas especificidades, que foram, em grande medida, mostradas nos capítulos anteriores. O movimento social de imigrantes opera em parceria com o Estado, mas há também conflitos.

Nas páginas que seguem, procuramos compreender as interações entre o movimento social de imigrantes, especialmente dos bolivianos, e as estruturas políticas institucionalizadas. Para tanto nos valem do conceito de Oportunidades e Restrições Políticas.

3.2.1 O IMIGRANTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SÃO PAULO

Não há dúvidas de que desde a criação da primeira associação de imigrantes bolivianos, em 1969, até os dias atuais, muita coisa mudou. No campo institucional, em 1980 entrou em vigor o “Estatuto do Estrangeiro”, que, em seu Artigo 2º dizia: “Na aplicação desta Lei atender-se à precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional”. Tal Estatuto, assim sendo, restringia a participação política de imigrantes, tratando-os como uma ameaça à segurança nacional e um risco ao trabalho dos cidadãos autóctones. O Brasil voltou à democracia em 1988, com uma Constituição Federal que, em seu Artigo 5º diz que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes

no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988¹²). Porém, mesmo com a redemocratização, o “Estatuto do Estrangeiro”, que divergia em diversos aspectos da Constituição de 1988 (como o Art. 5º, apresentado acima), vigorou até o ano de 2017, quando, depois de muita pressão de movimentos sociais, foi aprovada a nova “Lei de Imigração¹³”, que em seu Artigo 4º diz:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

- I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;
- II - direito à liberdade de circulação em território nacional;
- III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes;
- IV - medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos;
- V - direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável;
- VI - direito de reunião para fins pacíficos;
- VII - direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos;
- VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
- X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- XII - isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento;
- XIII - direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do migrante, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ;
- XIV - direito a abertura de conta bancária;
- XV - direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência; e
- XVI - direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória.

§ 1º Os direitos e as garantias previstos nesta Lei serão exercidos em observância ao disposto na Constituição Federal, independentemente da situação migratória, observado o disposto no § 4º deste artigo, e não excluem outros decorrentes de tratado de que o Brasil seja parte (LEI DE IMIGRAÇÃO, 2017)

¹² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

¹³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm>

A nova legislação migratória brasileira, neste sentido, passou a andar em maior consonância com a Constituição de 1988, de modo a garantir mais direitos aos imigrantes e refugiados, inclusive o direito de mobilização política, negado pelo antigo Estatuto do Estrangeiro. Cabe destacar que, apesar dos avanços, alguns pontos, como o direito a votar e ser votado, continuam sendo negados aos imigrantes. De acordo com relatos colhidos em campo, a negação do direito ao voto faz com que políticos deem pouca atenção às demandas dessa população, tendo em vista que os imigrantes não são possíveis eleitores dos candidatos aos cargos públicos.

No âmbito municipal, a Política para a População Imigrante de São Paulo (Lei 16.478), sancionada em 8 de julho de 2016 e regulamentada em dezembro de 2016, foi pioneira no Brasil no sentido de institucionalizar, em âmbito municipal, as políticas públicas que vinham sendo implementadas para essa população em anos anteriores, na cidade. Em outras palavras, com a implementação dessa Lei municipal, políticas de governo que visavam atender imigrantes e refugiados foram reunidas em uma política de estado. No que diz respeito à participação social de imigrantes e refugiados, a Política Municipal diz que:

O poder Público Municipal deverá incentivar o fortalecimento e a articulação de coletivos e associações de imigrantes e de organizações da sociedade civil que promovam ações voltadas a esta população, por meio, dentre outras iniciativas, de editais, oficinas de formação, orientação e apoio aos grupos que queiram constituir tais associações (Art. 2º)

Parágrafo único. Como forma de incentivo, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC realizará e divulgará mapeamento anual de coletivos, associações e organizações da sociedade civil referidos no “caput” deste artigo, indicando o perfil de sua ação

Art. 3º Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal deverão permitir e promover a participação de imigrantes como candidatos e leitores nos conselhos, comitês e órgãos colegiados sob sua responsabilidade (Política para a População Imigrante de São Paulo - Lei 16.478, 2016).

No ano de 2013 foi criada na capital paulista a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD), órgão vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDHC) e que visa “articular de forma transversal, intersectorial e participativa a Política Municipal para a População Imigrante” na cidade de São Paulo. Em 2013, também, foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, que teve o objetivo de promover a participação da comunidade imigrante na discussão das políticas públicas para essa população. Deste processo, iniciado em

2013, ainda, teve origem o Conselho Municipal de Imigrantes, órgão consultivo ligado à ‘CPMigTD’, que busca atuar na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para esta população. Vale destacar, também, a criação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), entidade pública que presta atendimento especializado (suporte jurídico, apoio psicológico, aulas de português, oficinas de qualificação profissional) para imigrantes e refugiados, independentemente da situação migratória e documental. O CRAI mantém, ainda, uma unidade móvel, que presta serviços para imigrantes e refugiados em diferentes pontos da cidade. A maioria dos imigrantes que procuram os serviços do CRAI são originários de países que enfrentaram recentes crises econômicas e políticas, ou catástrofes naturais (de um total de 100%, 26,9% são oriundos de Angola; 10,4% do Haiti; 7,0% da Venezuela; 6,9% da República Democrática do Congo). 5,2% do total de pessoas atendidas no CRAI são originárias da Bolívia. Por fim, merece destaque a rede de acolhimento sócio assistencial que, atualmente, oferece 572 vagas para imigrantes e refugiados, distribuídas em quatro centros de acolhida: na Bela Vista, Pari, Penha e São Mateus. Todas essas medidas foram estabelecidas no governo municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) – de 2013 a 2016 -, que se mostrou bastante simpático à causa dos imigrantes e refugiados.



Foto 19: Atendimento móvel do CRAI na feira da praça Kantuta.

Em 2017, a prefeitura da capital foi assumida pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que está dando continuidade a muitos dos trabalhos instaurados no governo anterior – não se pode esquecer que a Política Municipal de imigrantes é uma política de estado¹⁴. Nesse sentido, no ano de 2019, foi realizada, por exemplo, a 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, apresentada no primeiro capítulo dessa dissertação. As conferências, assim como os conselhos, são importantes meios de negociação entre a sociedade civil e o Estado para a formulação de políticas públicas (Scherer-Warren, 2006).

Estudos e pesquisas têm destacado a importância dos fóruns, plenárias, audiências públicas, mesas de concertação, redes e outras formas de articulação enquanto espaços políticos estratégicos para a ampliação da participação e democratização da informação, bem como mecanismos de ativação e dinamização dos próprios conselhos. No entanto, a dinâmica de funcionamento e o desenho organizacional desses novos espaços públicos precisam ser cuidadosamente pensados, pois condiciona, em larga medida, a capacidade de inclusão de novos atores coletivos, especialmente aqueles excluídos de outras arenas decisórias (Raichelis, 2005, apud Scherer-Warren, 2006).

¹⁴ Não nos cabe aqui fazer uma análise política sobre o tratamento da questão migratória na atual gestão ou da anterior. Isso demandaria um estudo que tratasse apenas dessa questão.



Foto 20: “2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes”, realizada em novembro de 2019, na Faculdade Zumbi dos Palmares.

Sobre a participação de bolivianos na Segunda Conferência de Políticas para Imigrantes, Jeniffer Alvarez, imigrante colombo-peruana que presidiu a CPMigTD no período de 2018 a 2020, diz:

A presença da comunidade boliviana também se fez válida e forte durante a 1ª Conferência de Políticas para Imigrantes, lá em 2013. Especificamente, dentro dessa presença marcadamente andina, boliviana, ela se faz presente na Coordenação, nos últimos anos com um estagiário boliviano contratado por nós. No CRAI existe também uma profissional boliviana. E no Conselho Municipal onde há, também, a representação de um conselheiro boliviano, que faz parte das reuniões e compõe o conselho como membro eleito. Eu coloco isso porque a Conferência não foi só um evento, mas também um espaço que foi propiciado pela Prefeitura em conjunto com o próprio CRAI e o Conselho de Imigrantes, junto à Coordenação de Políticas Públicas para Imigrantes. Isto porque são dois órgãos, um colegiado e o outro institucional, que compõem a governança migratória local. E, sem estes espaços de construção e de execução das políticas públicas para imigrantes no município de São Paulo, não seria possível a realização da Conferência. E quando nós falamos da organização em si, cabe ressaltar que a participação da comunidade boliviana se fez presente

perante algumas lideranças. E aí, se olharmos, por exemplo, para a comissão organizadora, a gente tem quatro lideranças compondo a comissão organizadora, que são bolivianas e tem, dentro de suas trajetórias, lutas muito específicas, sobre gênero, diversidade sexual, educação, cultura e folclore. Então, são quatro particularidades em termos de temas, mas também, quatro lideranças extremamente importantes para o processo deliberativo durante todo o passo-a-passo para a organização da Conferência (Jennifer Alvarez).

Jennifer destaca também a grande quantidade de bolivianos que participaram do processo da Conferência – cerca de 40 – e a importância dos membros dessa comunidade no processo decisório deste evento:

Um exemplo, também bastante concreto dessa participação são as moções que foram apresentadas e aprovadas no final da Conferência. Então, nós temos uma moção que tratava da retomada da Secretaria Municipal da Mulher e, neste espaço, incluir um eixo específico de trabalho com as mulheres imigrantes. Uma outra moção era sobre comunicação para migrantes, e aí, todo o grupo coletivo de comunicadores, que tem uma composição majoritariamente boliviana, também se fez presente nessa moção. E, por último, também, o pedido de que a conferência fosse uma instância deliberativa nas políticas públicas para imigrantes na cidade de São Paulo, conteve mãos e mentes bolivianas na estruturação dessa moção (Jennifer Alvarez)

Podemos observar, nesta fala de Jennifer, a forte imbricação que ativistas bolivianos apresentam com questões de gênero, como apresentado anteriormente. Este movimento, em alguns momentos, acessa ações disponíveis para os movimentos feministas e de mulheres, e tem acesso a instrumentos institucionais que foram conquistados anteriormente (a Secretária Municipal da Mulher, nesse caso).

Em suma, podemos concluir que as interações entre o movimento social de imigrantes e o Estado foram intensificadas nos últimos anos, na cidade de São Paulo. Em grande medida, pelas ações adotadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura. A abertura institucional para a participação de imigrantes e mudanças na legislação – isso não somente em nível local, mas também nacional -, neste sentido, podem ser vistas como eventos que incentivam a cooperação entre Estado e imigrantes. Leitão (2012, apud BODART, 2019), neste sentido, faz a seguinte tipologia que considera a institucionalidade das ações coletivas:

1. Contestação: esse seria o caso mais próximo da literatura tradicional acerca dos movimentos sociais. A relação entre o Estado e os movimentos é conflitiva e não institucionalizada. Nesse modelo, não há espaços e canais formais de interlocução. O conflito violento, a ação

direta, mobilizações de rua etc. são os principais repertórios de ação dos movimentos sociais em um contexto deste tipo.

2. Colaboração: nesse modelo, o conflito é baixo e, apesar de não haver espaços institucionais de relação entre Estado e movimentos sociais, existe uma colaboração entre ambos.

3. Assimilação/Cooptação: nesse modelo, o conflito é praticamente inexistente e os movimentos sociais colaboram com o Estado através de espaços formais de participação.

4. Institucionalização: [...] neste modelo, há espaços formais de participação nas estruturas do Estado, porém o conflito político segue existindo e os repertórios de ação são amplos. Nesse modelo, os partidos políticos são os principais mediadores da relação Estado-movimento. (LEITÃO, 2012 apud BODART, p.89)

Nos valemos desta tipologia para pensar o caso das ações coletivas de imigrantes. Toda a experiência em campo deixou claro que não se trata de um movimento que possui um estilo de contestação por confronto com o Estado. Na verdade, é perceptível o desejo dos imigrantes de obterem direitos por meio de parcerias com o Estado, inclusive através de espaços institucionais de relação. Entretanto, seria imprudente afirmar que esses imigrantes não são críticos ao Estado e que não agem para pressioná-lo. Isso fica evidente quando coletivos se manifestam contra projetos de Lei que os desagradam ou, quando fazem pressão para que o Estado, diante da pandemia do COVID-19, regularize imigrantes que estejam vivendo no Brasil, com o intuito de que estes tenham acesso à saúde. A campanha #regularizajá, encabeçada por diversos coletivos e organizações, como o “Sí, Yo Puedo!” e a “Equipe de Base Warmis”, levou a bancada do PSOL a apresentar um Projeto de Lei – que segue em tramitação - na Câmara dos Deputados. Neste sentido, não é correto afirmar que o conflito com o Estado é inexistente, isso diminui as possibilidades de assimilação e cooptação, porém, não as excluem – talvez haja setores suscetíveis à cooptação, todavia, para se afirmar isso, seria necessário estudos aprofundados que fogem aos propósitos desta pesquisa.

Na verdade, relatamos várias críticas, da parte dos ativistas, à atuação do Estado na condução da causa imigrante. Os entrevistados disseram que existem canais de comunicação entre os imigrantes e o Estado, entretanto, esses canais de comunicação não são ocupados: o poder público, na visão deles, não dá o amparo necessário para que membros dessa população ocupem esses espaços – os ativistas são críticos consigo mesmos, ao afirmarem que também não possuem condições de estimularem esses imigrantes a se engajarem (sobre este tema, como tratado no capítulo anterior, existe uma série de fatores que dificultam o engajamento do imigrante, um deles é o fato de muitas dessas pessoas não possuírem uma cultura de participação política). Em outras palavras, o

canal de comunicação com o Estado existe, mas é falho. Os entrevistados também são unânimes em reconhecer que a Política Municipal para Imigrantes da cidade de São Paulo, assim como as propostas resultantes das Conferências Municipais para imigrantes, são teoricamente muitas boas, mas que, na prática, representam, ainda, poucos avanços na questão de direitos à cidadania.

Em síntese, podemos dizer que a relação dos imigrantes com o Estado é institucionalizada, todavia existem conflitos políticos e um amplo conjunto de ações. Contudo não é seguro afirmar que os partidos políticos são os principais mediadores dessa relação. Na verdade, os partidos políticos ainda abraçam pouco a causa imigrante, por desconhecimento ou desinteresse. Essa indefinição de mediadores entre Estado e movimento social acaba tornando a relação confusa, em parte porque a estrutura burocrática institucional não é totalmente incluyente e informativa, em outra parte porque o próprio movimento social de imigrantes ainda é pouco organizado. Não há dúvidas de que o protagonismo imigrante, por meio de coletivos *de* imigrantes, cresceu nesta década, entretanto, a interação entre esses coletivos ainda é dispersa. As causas dos imigrantes oriundos das diversas nacionalidades são diversas e, neste sentido, existe uma dificuldade de unificação de pautas. Não podemos desconsiderar que quando falamos de movimento social de imigrantes, estamos lidando com pessoas de diferentes contextos sociais, políticos, culturais e econômicos e, nesse sentido, a questão da língua, por exemplo, passa a ser um grande empecilho. Como exemplo da dificuldade linguística, podemos citar o fato de que alguns entrevistados, que falam razoavelmente bem a língua portuguesa e são bem articulados, preferiram conceder suas entrevistas em espanhol, por conseguirem se expressar melhor em sua língua nativa. O movimento social de imigrantes apresenta seus conflitos internos – seja dentro de cada coletivo ou entre coletivos diferentes.

Resumidamente, as ações coletivas de imigrantes encontraram, nos últimos anos, um cenário de oportunidades políticas que permitiu que a relação destes com a esfera pública municipal se institucionalizasse. Imigrantes passaram a ocupar cargos em órgãos públicos. Tal cenário permitiu avanços nas políticas para essa população e fez com que a cidade de São Paulo se tornasse referência nesta área. Todavia, a relação entre o Estado e o movimento social de imigrantes não deixa de ser conflituosa, tendo em vista que os imigrantes, ainda que de forma incipiente, se mobilizam para chamar a atenção das esferas política e pública para seus problemas e demandas e questionam, quando necessário, a atuação do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas travadas pelos imigrantes bolivianos por direitos nos anos recentes representam um novo paradigma emancipatório para esta população?

Como narrado nesta dissertação, em um primeiro momento, foram as instituições religiosas que cumpriram a tarefa de assegurar uma vida mais digna aos migrantes bolivianos que viviam em São Paulo. Os anos 1980 vivenciaram uma mudança no perfil migratório e as entidades ligadas à Igreja Católica, diante deste cenário, atuaram na acolhida e amparo desses imigrantes laborais. Os atores religiosos, foram, nos anos finais do século XX, os principais protagonistas na luta pelos direitos dos imigrantes internacionais. A presença e importância dessas organizações se faz presente até os dias atuais, porém, a partir, principalmente, da década de 2010, elas passaram a dividir espaço com coletivos formados pelos próprios imigrantes. Estes jovens coletivos carregam a bandeira da defesa do protagonismo dos imigrantes e refugiados na garantia de seus direitos e interesses. Como aponta Marinucci:

O migrante quer ser protagonista – na etimologia grega “primeiro ator” (lutador) – de sua história, rejeitando a condição de mera comparsa – vítima colateral ou homo sacer – no palco da globalização neoliberal. Nessa perspectiva, a negação ou o menosprezo da dimensão subjetiva das migrações, que se desdobra, não raramente, em respostas políticas e pastorais meramente paternalísticas, denota uma efetiva negação da dignidade das pessoas em fuga, mesmo entre aqueles que se autocompreendem como seus defensores (MARIANUCCI, 2016, p.7).

A busca pelo protagonismo, neste momento, é a bandeira que une o movimento social de imigrantes – tendo em vista que as pautas do movimento são amplas e variam conforme o país de origem. Esse protagonismo vem sendo buscado através de articulações entre os coletivos *de* imigrantes e destes com organizações *para* imigrantes e o Estado. Estas articulações permitiram avanços nas políticas públicas para essa população nos últimos anos – avanços que, todavia, como apontado por diversos entrevistados, são mais teóricos que práticos -, além da realização de mobilizações públicas, de cunho cultural ou político.

Há um padrão de ação coletiva, que os jovens coletivos de bolivianos carregam, que extrapola o conjunto de ações apresentado por associações mais tradicionais. Esses jovens coletivos: apresentam um engajamento político claro; têm noção de que suas ações são, em si, atos de visibilidade; utilizam os *sites* de redes sociais como canal de divulgação – ou mesmo realização – de suas ações; têm noção da interseccionalidade ou imbricação

de suas causas; tomam emprestado repertórios de outros movimentos sociais, que atuam há mais tempo – principalmente quando precisam fazer manifestações políticas em espaços públicos. Isso não significa que esses coletivos rompem com as associações mais tradicionais, muito pelo contrário: a valorização e difusão da cultura e tradições bolivianas – algo muito caro às organizações mais antigas – continua em voga entre os coletivos mais jovens.

O movimento social de imigrantes ainda é incipiente e envolve várias complexidades, sendo que a mais evidente é a diferença cultural. A questão da língua dificulta a comunicação entre imigrantes e refugiados de diversos países, assim como desses com brasileiros. Por não falar português, muitos imigrantes bolivianos optam por conversar apenas em espanhol com seus compatriotas. Para se alcançar o protagonismo, falar a língua do país receptor é um passo inicial e fundamental. Porém, é impossível deixar de apontar que as diferenças culturais também são um fator que fortalecem o movimento, na medida em que pessoas de diferentes lugares trazem repertórios diferentes, que, quando unidos, podem ter um potencial transformador.

As variedades de pautas e de causas dificultam que se pense em um movimento social de imigrantes e refugiados unificado. Soma-se a isso o fato de que, por mais que haja cooperação, as relações entre coletivos são marcadas também por conflitos, que acabam fazendo com que os interesses sejam divergentes em determinados aspectos. O próprio interior de cada coletivo é permeado por conflitos que, às vezes, dificultam o desenvolvimento de certas ações.

O movimento social de imigrantes, como um todo, está em construção, algo que não é surpreendente quando lembramos que o Brasil é um país onde vigorou, até 2017, uma legislação migratória que, dentre outros pontos, impedia a participação e mobilização política desta população. Nesse processo, os imigrantes contam com o apoio de organizações *para* imigrantes, principalmente as ligadas à Igreja e as universitárias. As lutas dos imigrantes bolivianos envolvem questões migratórias, mas também, temas que são compartilhados com setores da população brasileira. Essas pautas em comum permitem uma aproximação desses imigrantes com outros movimentos sociais – algo que aconteceu no *Ato em Apoio ao Povo Boliviano e Contra o Golpe*, apresentando nesta dissertação - ,parcerias que podem ser produtivas.

No que diz respeito às parcerias com o Estado, ficam claros os avanços obtidos nos últimos anos. Porém, é importante destacar que também existem conflitos com o Estado.

Por fim, toda a trajetória etnográfica, com suporte teórico, permite concluir que as lutas travadas pelos imigrantes bolivianos por direitos nos anos recentes representam um novo paradigma emancipatório para esta população, quando se observa o histórico dessa imigração na cidade de São Paulo. Os imigrantes, agora – por mais que haja problemas – , participam da construção de políticas públicas – e utilizam o direito de manifestação. Por fatores internos e externos, o cenário se tornou favorável para a emergência de coletivos de imigrantes no final da década de 2000 e início da de 2010. No final dessa década o Brasil vivenciou a emergência de um governo de extrema direita no âmbito federal. Tal fato trouxe insegurança aos ativistas, porém, a resposta destes foi na rua: dançando na Kantuta ou se manifestando na Paulista. As manifestações públicas são em si, atos de visibilidade. Seja qual for o objetivo específico, são sempre manifestações que buscam afirmar presença na maior metrópole da América do Sul.

Os desafios ainda são gigantes. A situação de vulnerabilidade da população boliviana, narrada por Silva (1997), principalmente no setor da confecção, pouco se alterou. A questão da irregularidade documental é bastante presente. Neste aspecto, o fato de ter alguns bolivianos engajados em mudar a realidade social da sua comunidade é muito expressivo. Como dito, é um movimento que está se construindo, e, nesse sentido, acaba estando aberto a experimentar várias possibilidades, seja por meio de redes de movimentos sociais nacionais ou internacionais, de parceiras com o Estado, ou, até mesmo, com o setor privado. Esta dissertação pretendeu ser um estímulo para que pessoas interessadas na temática possam estudá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLES, Natália Ledur; COGO, Denise. **Ativismos e usos de TICs por mulheres imigrantes latino-americanas: o caso do coletivo Equipe de Base Warmis**. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: NEPO/ Unicamp, pp.296-308, 2018

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76, pp. 49-86, 2009.

_____. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito**. Sociologia e Antropologia, v. 02. 03, pp. 21-41, 2012.

BAENINGER, Rosana (org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/ Unicamp; FAPESP; UNFPA, 2012.

_____. (org.). **Atlas temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Internacionais**. Campinas, SP: NEPO/ Unicamp, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **A globalização: consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BODART, Cristiano das Neves. **Atuação dos Partidos Políticos e dos Movimentos Sociais na Construção e Manutenção de um Espaço Institucionalizado de Participação Social**. Tese de Doutorado em Sociologia (USP), 2016.

BODART, Cristiano das Neves; SOUZA, Everton Diego de Souza. **O repertório do Movimento de Trabalhadores Sem Terra de Alagoas e suas interações com os partidos políticos**. Revista TOMO, São Cristóvão, Sergipe, n.35, pp. 81-114, jul. – dez. 2019

BÓGUS, Lúcia Maria M.; FABIANO, Maria Lúcia Alves. **O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios**. Ponto e Vírgula, PUC-SP, n.18, 2015, pp. 126-145.

BOISRIOU, Valentine Le Borgne. **Exponer lo disimulado. Los alcances de las movilizaciones de personas indocumentadas en Francia**. REMHU – Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana, Brasília, ano XXIV, n.48, p. 7-10, set./dez. 2016. Disponível em: < <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/656>>

CAGGIANO, Sergio. **Migrantes y lucha por los derechos: posibilidades y limitaciones de la articulación entre organizaciones**. Trabalho apresentado no IV Congreso de la Red Internacional de Migración y Desarrollo. Quito, 2011. Disponível em: <<https://www.flacsoandes.edu.ec/pt-br/agora/migrantes-y-luchas-por-derechos-posibilidades-y-limitaciones-de-la-articulacion-entre>>

_____. **Conexões e entrecruzamentos: configurações culturais e direitos em um circuito migratório entre La Paz e Buenos Aires**. *Mana*, 18 (1): 63-90, 2012.

CARLOS, Euzenia. **Movimentos Sociais e Sistema Político nas Teorias dos Movimentos Sociais**. *Intersecções*, v. 17, n. 1, pp 15-53, 2015.

CASTLES, S.; HASS, H; MILLER, M. **The age of migration: international population movements in the modern world.** New York: Guilford, 2014.

CASTRO, V. **No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é.** ISA, Povos Indígenas no Brasil, São Paulo, 2006. p. 41-49

CEFAI, Daniel. **¿Qué es la etnografía? Debates contemporáneos Primera parte. Arraigamientos, operaciones y experiencias del trabajo de campo.** Persona y Sociedad. Universidad Alberto Hurtado, v. XXVII, n.1, pp. 101-119, 2013.

COGO, Denise. **Internet e redes migratórias transnacionais: narrativas da diáspora sobre o Brasil como país de imigração.** Revista Novos Olhares, v.4, n.1, pp. 91-104, 2015.

CORTES, Thiago. **Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2003.

CYMBALISTA, Renato; Xavier, Iara. **A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidades.** Cadernos da Metrópole (17). São Paulo: EDUC, 2007, pp. 119-133.

ESPIRO, Maria Luz; VOSCOBOINIK, Sonia; ZUBRZYCKI, Bernarda. **Enfrentando el racismo institucional. Análisis de dos casos de migrantes senegaleses en Argentina (2012-2016).** RMHU, ano XXIV, n. 48, set/ dez. 2016.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia.** São Paulo: Boitempo, 2010.

GARCIA, Luana de Freitas (org.). **Histórias que se cruzam na Kantuta.** São Paulo: VGL Translations & Publishing, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: LTC, 2013

GUIRADO NETO, José. **Para além da costura: trabalho imigrante e organização coletiva na metrópole.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Loyola, 1995

_____. **Sociologia dos movimentos sociais.** São Paulo: Cortez, 2014

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** Loyola, São Paulo, 1997

FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal.** Mediações – Revista de Ciências Sociais, v.13, n.1/2, 2008.

FERNANDEZ, Camila Collpy Gonzales. **Entre dois países, sonhos e ilusões: e/imigrantes bolivianos em São Paulo.** São Paulo: e-Manuscrito, 2018.

_____. **Entre dois países, sonhos e ilusões: trajetórias de e/imigrantes bolivianos em São Paulo (1980-2000).** Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC – SP, 2016.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista.** Cadernos de campo. São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006.

FREITAS, Patrícia Tavares de. **Coalizões de Defesa dos Migrantes Internacionais e Política Partidária, durante e transição democrática, em São Paulo.** REMHU, Brasília, v. 26, n. 54, pp. 231-246, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A

HUERTA, Amarela Varela. **Luchas migrantes en contextos de tránsito migratorio, el caso del Movimiento Migrante Centroamericano.** RMHU, ano XXIV, n. 48, set/ dez. 2016.

LEÃO, Augusto Veloso; DEMANT, Peter Robert. **Mobilização política e integração de migrantes no Brasil: os casos de Zulmira Cardoso e Bryan Capcha.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 31, n. 91, junho/2016.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos. **Oportunidades Políticas e repertórios de ação: o movimento negro e a luta de combate à questão racial no Brasil.** Tese. Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

MAGNANI. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Luca (orgs.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2008, pp. 15-53.

MANETTA, Alex. **Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística.** In: BAENINGER, Rosana (org.). **Imigração Boliviana no Brasil.** Campinas: Nepo/Unicamp; FAPESP; UNFPA, 2012.

MC ADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MARINUCCI, Roberto. **O protagonismo dos migrantes.** REMHU – Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana, Brasília, ano XXIV, n.47, p. 7-10, maio/ agosto 2016.

_____. **Mobilizações de migrantes e refugiados: as lutas pela visibilidade e pelo reconhecimento.** REMHU – Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana, Brasília, ano XXIV, n.48, p. 7-10, set./dez. 2016.

MELUCCI, Albetto. **The process os collective identity.** In JOHNSTON, H; KLANDERMANS, B. (orgs). **Social Moviments and culture.** Minneapolis/ Londo: University of Minnesota Press/ UCL Press, 1995.

PETTENI, Oriane; WUSTEFELD, Sophie. **Materialismo feminista, crise do trabalho assalariado e imbricação das relações sociais estruturais: entrevista com Jules Falquet.** Cadernos Cemarx, n.10, pp. 243-265, 2017.

PIERI, Mara. **Undoing citizenship. Undocumented queer activism and practices of rights.** RMHU, ano XXIV, n. 48, set/ dez. 2016.

PRETURLAN, Renata. **Mobilidade e classes sociais: o fluxo migratório boliviano para São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

PUCCI, Fábio M. Serrano; VÉRAS, Maura P. B., **Moradia provisória entre bolivianos em São Paulo: ambiguidade e contingência.** Caderno CRH. Slavador, v.32, n. 87, p. 609-622, set/dez 2019.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Teorias das migrações internacionais.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, XII, 2000. Caxambu. Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000. Belo Horizonte; UFMG/ABEP, 2000. Anais Online.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado.** Brasília, v.2, n.1, p. 109-130, jan/abr. 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SMDHC). **Caderno da Conferência – 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes “Somos Tod@s cidadãos”.** São Paulo, SMDHC: 2019.

SILVA, Sidney Antônio da. **Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo.** São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. **Bolivianos em São Paulo: Dinâmica Cultural e Processos Identitários.** In: BAENINGER, Rosana (org.) **Imigração Boliviana no Brasil.** Campinas: NEPO/ Unicamp; FAPESP, CNPq, Unfpa, 2012.

_____. **Observação Participante e Participação Militante: a pesquisa antropológica entre os movimentos bolivianos em São Paulo.** In: DEMARTINI, de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra, **Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas.** São Carlos: EdUFSCar, 2005.

_____. **Bolivianos em São Paulo: Dinâmica Cultural e Processos Identitários.** In: BAENINGER, Rosana (org.) Imigração Boliviana no Brasil. Campinas: NEPO/Unicamp; FAPESP, CNPq, Unfpa, 2012.

SILVIA CRISTINA, Zelaya. **Da invisibilidade ao protagonismo: uma etnografia em espaços de luta, participação e criação de políticas públicas para imigrantes e refugiados no Brasil.** Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de Doutorado em Antropologia Social), 2017.

SWIDLER, Ann. **Cultured capacities, strategies of action.** In: SWIDLER, Ann, **Talk of love: how culture matters.** Chicago, Londres: The University of Chicago Press, pp. 71, 88, 2001.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópoles, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Contentious performances.** Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios.** Revista Tempo Social, v.20, n.1, pp. 199-218, 2008.

VILLEN, Patricia. **Periféricos na Periferia.** 39º Encontro Anual da ANPOCS, agosto de 2015. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/39596947-Perifericos-na-periferia.html>>

XAVIER, Iara. **A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo: uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade.** In: BAENINGER, Rosana (org.) Imigração Boliviana no Brasil. Campinas: NEPO/ Unicamp; FAPESP, CNPq, Unfpa, 2012

_____. **Projeto Migratório e espaço: os migrantes bolivianos na região metropolitana de São Paulo.** Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Demografia da Unicamp. Campinas, 2010.

ZANELLA, Vanessa Gomes. **Movimentos sociais de imigrantes bolivianos em São Paulo: uma análise cartográfica e crítica sobre as transformações recentes no campo das migrações internacionais.** Rio de Janeiro: (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, PUC-Rio, 2014.

ANEXOS

Anexo 1: Modelo de ‘Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido’ utilizado para realizar as entrevistas:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA / PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: O PROTAGONISMO DE IMIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO: CONDICIONANTES E POSSIBILIDADES.

Pesquisador Responsável: *Júnior César Oliveira Farias* R.G.:

Eu, JÚNIOR CÉSAR OLIVEIRA FARIAS, estudante do curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o(a) convido a participar da pesquisa “O PROTAGONISMO DE IMIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO”, orientada pelo Prof^a Dr^a Oswaldo Mário Serra Truzzi.

Pontos que devem ser esclarecidos:

1. O trabalho se propõe a descrever e analisar sociologicamente quais são e como se dão as ações coletivas empreendidas por pessoas vindas da Bolívia na busca por melhorias nas dimensões política, cultural, social e econômica na capital paulista. O estudo apresenta, ainda, os seguintes objetivos específicos: verificar quais são as pautas, as demandas, as motivações, as formas de organização, os projetos políticos, as estratégias de atuação e as redes de mobilizações que imigrantes bolivianos estabelecem na capital paulista; refletir sobre as relações que estes imigrantes estabelecem com o Estado e com as políticas públicas; e, por fim, pensar os alcances e limites dessas ações coletivas na contemporaneidade.

2. A sua participação nesta pesquisa consistirá em uma entrevista que versará sobre diversos aspectos que envolvem o ativismo de imigrantes na cidade de São Paulo. A entrevista será realizada presencialmente, em local e horário combinado por ambas as partes. O áudio da entrevista será gravado e as respostas serão transcritas pelo pesquisador.
3. Ao participar desse trabalho você contribuirá para a formulação de dados sobre o movimento social de imigrantes. Os resultados da investigação podem vir a servir de base para outras análises que envolvam a comunidade boliviana no Brasil e movimentos sociais – sejam eles de imigrantes ou não.
4. Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento você pode desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhuma penalidade.
5. Caso haja permissão, seu nome será divulgado nos resultados. Caso contrário, seu nome será mantido em sigilo, assegurando, assim, sua privacidade.
6. Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.
7. Você será informada sobre eventos (palestras, congressos etc.) onde os resultados da pesquisa sejam apresentados ou discutidos. Do mesmo modo, você terá acesso à qualquer publicação procedente do estudo.
8. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento, por e-mail ou telefone.

São Paulo, ____, de _____, de _____.

Pesquisador

Participante (entrevistado)